

ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL

Rua Elias Antônio Sayeg, 229 – sala 2 - Vila Reggio - Campinas-SP- CEP 13067-630

Telefone:(19) 3326-2359

E-mail: chance@chance.org.br

Site: www.chance.org.br

CNPJ: 00.300.881.001/66

Representante legal: **Sr. Presidente Luiz Fernando Ferrari** - CPF:060.590.368-99

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 02/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC. 2022.00062112-78

CEI BEM QUERER – VILA RÉGGIO – JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

Campinas, 07 de Junho de 2023

Ofício Nº 02 /2023

Ao Exmo. Sr José Tadeu Jorge
Secretário Municipal de Educação

Assunto: Ofício de encaminhamento da proposta da Associação CHANCE Internacional à Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Educação de Campinas.

Prezado Sr. Secretário: Sr José Tadeu Jorge

Conforme determinação do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC. 2022.00062112-78, estamos encaminhando a Vossa Senhoria, o Plano de Trabalho da Associação CHANCE Internacional, no intuito de celebrar Termo de Colaboração do Centro de Educação Infantil – Bem Querer – VILA RÉGGIO – JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI.

Atenciosamente

Luiz Fernando Ferrari

CPF:060.590.368-99

Presidente da CHANCE Internacional

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CHANCE INTERNACIONAL



COMPROVANTE DE CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA CHANCE INTERNACIONAL –
MATRIZ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.300.881/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/11/1994	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CHANCE INTERNACIONAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CHANCE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.11-2-00 - Educação infantil - creche			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 330-1 - Organização Social (OS)			
LOGRADOURO RELIAS ANTONIO SAYEG	NÚMERO 229	COMPLEMENTO SALA 03 PAVMTO SUPERIOR COND GALERIA PANIERE	
CEP 13.067-630	BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO HABITACIONAL VILA REGGIO	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO WILLIAM@WHBCONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (19) 3304-0923	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/01/2023 às 11:50:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

COMPROVAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL FUNCIONA NO ENDEREÇO POR ELA DECLARADO



ASSOCIACAO CHANCE INTERNACIONAL
R ELIAS ANTONIO SAYEG, 00229 SALA 2
CONJ HABIT VILA REGGIO
13067-630 CAMPINAS SP

Código **052/020866080**

CPF/CNPJ **00.300.881/0001-66**

Vencimento **10/01/2023**

Forma de Pagamento **BOLETO BANCÁRIO**

Valor **180,04**

PARA 2ª VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE MINHA CLARO.COM.BR

Importante:

Mantenha seu e-mail e telefones sempre atualizados. Acesse claro.com.br/minha-claro, faça seu login ou cadastre-se.

Atenção: o cancelamento de seus serviços CLARO, durante o período de permanência mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.

Minha Claro:

- NET VIRTUA +
- NET FONE I L I M BRASIL TOTAL

Claro **clube**
Cadastre-se em www.claro.com.br/claro-clube

descrição	total
NET VIRTUA +	140,01
NET Fone	40,03
Valor total	180,04

NET VIRTUA +	
Mensalidade NET VIRTUA +	140,01
01/12/22 A 31/12/22 - OFERTA CONJUNTA BL PME 600 MEGA FIDELIDADE - APLICATIVOS	140,01
Sub-Total Mensalidade NET VIRTUA +	140,01
Total NET VIRTUA +	140,01
NET Fone	
SERVIÇO	DURAÇÃO
LIGAÇÕES LOCAIS	3h14m48s 0,00
LIGAÇÕES DDD	0m04m39s 0,00
ASSINATURA	40,03
Total NET Fone	40,03

MAIS SEGURANÇA NO SEU DIA A DIA COM O VALIDADOR DE BOLETOS DA CLARO.

Verifique a autenticidade da sua fatura Claro de forma simples e rápida:

PARA CONFERIR, É SIMPLES:



Acesse
claro.com.br/seguranca



Selecione a opção
Validador de boleto



Insira o código da
fatura que deseja
verificar a partir de:

Verá marcado a nota.

Atendimento presencial: Av. Guilherme Campos, 500 Lj 769 Jd São Genebra Consulta outras lojas em claro.com.br

Evite o desligamento de seu sinal efetuando o pagamento até a data de vencimento. NET ligada ao Serasa/SCPC.

Para pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%.

Caso existam serviços prestados e não cobrados, esses serão incluídos nas suas próximas faturas. Detentor do endereço ou acesso claro.com.br/minha-claro para Atendimento Chat, Vídeo Chamado ou Ligue 142 de um aparelho telefônico com dispositivo TDD.

Ligue 4004-7777 para atendimento técnico, financeiro e compra de serviços (custo de ligação local).

Ligue 10621 para informações, reclamações ou cancelamentos (ligação gratuita). Ouvidoria 800781010

REGISTROS DE ATENDIMENTO:
09225421427653
05222451811143
05222421809532
0122241805348
05222418423940

Autenticação Mecânica

Pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%. Os encargos de pagamentos efetuados após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Atenção: efetue seus pagamentos nos bancos conveniados a seguir: BANCO BRADESCO S.A., BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A., BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DE BRASILIA S.A., BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DO ESTADO DO PARÁ, BANCO INTER S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO ORIGINAL S.A., BANCO SAFRA S/A, BANCO SANTANDER, BANCO TRIANGULO S.A., BANESPA, BANRISUL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CITIBANK, FATIOLJ, MULTIPAGOS

Cliente ASSOCIACAO CHANCE INTERNACIONAL	Identificação para Débito NET SERVICOS 0520208660801	Mês Referência Dezembro/2022	Vencimento 10/01/2023	Valor 180,04
---	--	--	---------------------------------	------------------------

84690000001-5 80040162202-5 30110052000-8 00236495805-4



Pague com Pix

CERTIFICAÇÃO CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) CHANCE INTERNACIONAL



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 1º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-9500 - <http://www.mec.gov.br>

OFÍCIO Nº 272/2021/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES-MEC

Brasília, 25 de agosto de 2021.

Ao Senhor
ANDRÉ LUIS EUFLAUSINO
REPRESENTANTE LEGAL
ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL
CNPJ 00.300.881/0001-66
AV. ANCHIETA, 173, CENTRO
13015903 – CAMPINAS/SP

Assunto: **Requerimento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS**
Referência: **Processo nº 23000.028537/2018-77**
Interessado: **ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL - CNPJ 00.300.881/0001-66**

Senhor Representante Legal,

1. A Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social do Ministério da Educação (CGCEBAS/MEC) informa que o requerimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social de nº 23000.028537/2018-77 dessa entidade foi **DEFERIDO com validade para o período de 3 (três) anos**, a contar da publicação da decisão no Diário Oficial da União, conforme portaria e respectiva Nota Técnica anexas.
2. Para orientar a entidade, sugere-se a leitura da Cartilha “*O que é o CEBAS Educação?*”, que contém informações sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, na área da Educação, e orientações acerca do procedimento de concessão/renovação do certificado.
3. Em caso de dúvidas ou necessidade de disponibilização de cópia/vistas dos autos do processo em referência, orienta-se a entidade a protocolar demanda **EXCLUSIVAMENTE** pelo serviço FALE CONOSCO, no endereço: <http://cebas.mec.gov.br>. A demanda será formalmente apensada aos autos.
4. O serviço FALE CONOSCO é monitorado pelo Núcleo de Apoio e Atendimento Integrado (NAAI), canal institucional especificamente criado pelo MEC, para que as entidades sejam atendidas com maior precisão e rapidez.

Atenciosamente,

FELIPE DOS SANTOS BORGES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC. 2022.00062112-78

PLANO DE TRABALHO

CEI Bem Querer – Vila Réggio – Prof. José Aristodemo Pinotti.

Campinas, 2023

SUMÁRIO

PLANO PEDAGÓGICO	10
15.3.1. A. Caracterização e Histórico da Organização Social.	10
15.3.1. B. Objeto da Parceria	33
15.3.1. C. Etapas ou fases de execução do objeto	33
15.3.1. D. Caracterização da Unidade Educacional e seu entorno	36
I. Dados do CEI considerando a vistoria prévia	36
II. Características socioeconômicas e culturais do entorno	38
15.3.1 E. Concepção Criança, Infância e Educação Infantil	41
15.3.1 F. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	46
15.3.1 G. Objetivos da Educação Infantil e da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	53
15.3.1 H. Organização e Utilização dos espaços educativos	60
15.3.1 I. Plano da formação em serviço dos professores nos TPEPs	67
15.3.1 J. Plano da formação em serviço dos agentes de educação infantil nos TPEPs	73
15.3.2 Gestão democrática	77
15.3.2. A. Concepção especificando as teorias com as quais o CEI se relaciona e como se dão essas relações	77
15.3.2. B. Plano de Ação da Gestão Educacional	80
15.3.2. C. Propostas de participação dos Colegiados (Conselho de Escola e Comissão Própria de Avaliação	106
15.3.2. D. Avaliação Institucional Participativa:	110
I. Proposta de participação da equipe educacional (todos os profissionais da Unidade Educacional), famílias e crianças nos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico do CEI;	110
II. Proposta de avaliação do desenvolvimento do Plano de Trabalho para elaboração dos relatórios trimestrais e anuais, pela equipe educacional (educadores, funcionários, crianças e famílias).	116
15.3.2. E. Ações intersetoriais em que a escola pode ser envolvida, objetivando o fortalecimento do Projeto Pedagógico e a garantia dos direitos das crianças, em especial das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.	117
15.3.3. Estrutura organizacional	121
Quadro síntese da organização das turmas (Professores e monitores) – ANEXOS III MODELO L.	121

Quadro geral de profissionais (Recursos humanos vinculados a parceria) – ANEXOS III MODELO M	129
15.3.4. Quadro de Metas e Indicadores de Qualidade (ANEXO III MODELO N)	156
15.3.5. Bibliografia	194
15.3.5. A. Indicação bibliográfica para os itens: 15.2.I, 15.2. I.I e 15.2.IV	194
I. No mínimo (08) oito obras de autores reconhecidos na área educacional e da pedagogia da infância	
II. Legislações abordadas no texto	199
15.3.6 GERENCIAMENTO DE RECURSOS	200
a. Detalhamento dos cargos e os respectivos horários e salários dos funcionários, ANEXO III - Modelo M;	200
b. Documento constando a definição das indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, bem como, os respectivos prazos e cronograma de execução do Quadro de Metas. Anexo III Modelo N;	235
c. Aplicação dos Recursos / Categoria de Despesas – Modelo K – fases Programadas da execução;	274
d. Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (quanto será aplicado e a respectiva finalidade), nos termos do Anexo III Modelo P	277
e. Cronograma de Desembolso de acordo com Anexo III Modelo Q	280
f. Descrição dos procedimentos adotados para otimização dos Recursos Financeiros – síntese	280
g. Regulamento Próprio para aquisição de produtos e serviços;	319
h. Detalhamento do valor orçado Recursos Humanos – Modelo O Período 01/08/2023 à 31/01/2026	320
i. Detalhamento do valor orçado – Demais despesas – Modelo X	327



15.3.1. Plano Pedagógico.

15.3.1. A. Caracterização da Organização da Sociedade Civil interessada em executar os atendimentos na Unidade Escolar, contendo denominação social, endereço e breve histórico da organização;

De acordo com as determinações do Chamamento Público N° 02/2023– Processo Administrativo: PMC. 2022.00062112-78, aqui está uma apresentação sucinta da caracterização da Organização da Sociedade Civil CHANCE Internacional.

Nome: Associação CHANCE Internacional

Identidade Social:

A CHANCE Internacional é uma OSC – Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo ajudar crianças, sem distinção ou discriminação de raça, cor, religião, posição política ou classe social, promovendo seu bem estar e desenvolvimento.

A CHANCE Internacional é uma organização centrada na criança, com atenção especial à família e à comunidade onde está inserida, considerando-as como fatores influentes decisivos para o seu bem estar, formação e desenvolvimento.

Endereço:

Rua Elias Antônio Sayeg, 229 – Pavimento Superior – Paniere, Sala 3;
Vila Reggio – CEP 13067-630 – Campinas, SP

Telefone: (19) 3326-2359

Site: WWW.chance.org.br

CNPJ: 00300.881/0001-66

Certificação CEBAS pelo Ministério da Educação:

Portaria 924 de 24 de agosto de 2021 – Processo nº 23000.028537/2018



O que é a CHANCE

A CHANCE Internacional é uma OSC – Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo ajudar crianças, sem distinção ou discriminação de raça, cor, religião, posição política ou classe social, promovendo o seu bem-estar e desenvolvimento.

A CHANCE é uma organização centrada na criança, com atenção especial à família e à comunidade onde está inserida, considerando-as como fatores influentes decisivos para o seu bem estar, formação e desenvolvimento.

Do Nome

O nome CHANCE (Oportunidade) foi inspirado em Marcos, 10: 13-16 e expressa toda a sua essência corporativa de Missão e Visão, passaporte para uma vida de esperança, de sonhos e da dignidade de ocupar o lugar de prioridade no coração de Deus. A CHANCE nasceu com o propósito de possibilitar essa oportunidade à criança, para resgate dessa geração desperdiçada, onde e em quaisquer circunstâncias em que ela se encontre.

Nossa Missão

A CHANCE Internacional existe para defender e cuidar da criança, educando-a para sua participação relevante na sociedade.

Nossa Visão

Ser referência organizacional de cuidado, educação e de defesa dos direitos da criança

Propósitos Básicos da CHANCE

1. Oferecer à criança as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e bem-estar biopsico social.



2. Oferecer à criança as condições necessárias à restauração e fortalecimento de sua autoestima e dignidade, bem como à ampliação do seu nível aspiracional.
3. Oferecer à criança as condições necessárias preventivas da marginalização infanto juvenil, favorecendo a sua integração familiar e social, bem como o pleno desenvolvimento de sua cidadania.
4. Oferecer à criança as condições para o seu pleno desenvolvimento e a prática de seus dons e talentos, capacitando-a a livrar-se da pobreza econômica e habilitando-a a uma participação relevante e transformadora da sociedade.
5. Oferecer à criança a oportunidade de conhecimento e posse dos princípios fundamentais para uma vida de plena realização.
6. Despertar e mobilizar a sociedade para tomada de atitudes e iniciativas em favor dos direitos da criança.
7. O propósito final da CHANCE Internacional é defender e socorrer a criança e ajudá-la a desenvolver todo o seu potencial como ser criado à imagem e semelhança de Deus.

Princípios Invioláveis

1. A CHANCE ajuda crianças e famílias sem distinção ou discriminação de raça, credo religioso, classe social ou de situação econômico-financeira.
2. A CHANCE é uma organização cristã pautada nos padrões do evangelho de socorro ao necessitado
3. A CHANCE é uma organização direcionada prioritariamente para a criança.
4. A CHANCE trabalha com base no Trinômio Criança, Família e Comunidade – A CHANCE dá atenção especial à família e à comunidade, considerando-as como fatores influentes e decisivos no bem estar e desenvolvimento da criança.
5. O respeito à dignidade e à privacidade constitui o fundamento ético em todas as atividades da CHANCE no trato de todas as questões relacionadas com

- a vida da criança.
6. Em todas as esferas de suas atividades, a CHANCE trabalha em harmonia com as leis governamentais afins e regulamentos estabelecidos pelos seus órgãos normativos.
 7. A CHANCE se posicionará a favor da criança sempre que os seus direitos estiverem sendo desrespeitados ou sob ameaça.
 8. Valorização do Capital Humano da Organização, O ambiente de trabalho saudável e motivador, o espírito voluntário e de compromisso pessoal, bem como a capacitação permanente e valorização de cada membro da equipe relacionado direta ou indiretamente com a criança assistida, são fatores chave para o bom desempenho da Organização no alcance de seus objetivos. Por isso, a CHANCE investirá tempo, atenção e cuidados permanentes na capacitação e no fortalecimento e bem estar biopsicossocial e familiar de cada funcionário.
 9. A saúde financeira da CHANCE bem como a boa mordomia (responsabilidade e zelo) na utilização dos recursos públicos ou privados, constituem a base de sua continuidade de forma consistente e irreversível. Por isso, a CHANCE não assume qualquer compromisso sem a garantia real de poder cumpri-lo.
 10. A CHANCE pauta suas ações pela transparência e integridade para com seus parceiros, contribuintes e público em geral.

Políticas

Parceria no Atendimento à Criança

A CHANCE busca desenvolver suas atividades de educação e assistência à criança, família e comunidade sempre através de parcerias com instituições afins e órgãos públicos ou privados, e sempre em harmonia com os programas e iniciativas governamentais maximizando, assim, os recursos sociais disponíveis.

Busca da Excelência



A excelência das condições de trabalho, bem como dos parâmetros dos programas direcionados ao seu público alvo, isto é, a criança, a família e a comunidade, da administração e controles operacionais, bem como da comunicação com os parceiros e/ou mantenedores da organização e o público em geral, constituem fatores básicos para a efetividade e eficácia da CHANCE Internacional na realização de seus objetivos.

Gestão Democrática na Educação

A experiência tem mostrado que a efetiva participação dos pais e/ou familiares e da comunidade, como um todo, não só na elaboração e avaliação dos planos e programas pedagógicos ou sócio educativos, como em toda a administração das atividades escolares, ou dos programas sócio educativos, garante a democracia de gestão, indispensável para o pleno êxito do processo da educação e de desenvolvimento comunitário, no alcance de seus objetivos e metas.

Trinômio Criança, Família e Comunidade na Educação

A estratégia de prestação de serviço da CHANCE ao seu público alvo, buscando não apenas a eficiência, mas a eficácia de suas ações, tem no trinômio CRIANÇA, FAMÍLIA e COMUNIDADE o alicerce de todos os seus programas e projetos de educação e de desenvolvimento comunitário.

Crenças e Valores

Educação para a vida – Cremos que a educação é o instrumento que conduz ao caminho da tomada de decisões com autonomia, discernimento e sabedoria para toda a vida – Prov., 22:6

Potencial de desenvolvimento da criança – Cremos que toda criança tem um potencial de desenvolvimento, independentemente de sua condição racial, religiosa, social ou econômica.



Estrutura Organizacional da CHANCE Internacional

A CHANCE é administrada pelos seguintes órgãos:

Assembleia Geral
Conselho de Administração
Conselho Fiscal
Diretoria Executiva

Conselho de Administração da CHANCE Internacional, eleita pela Assembleia Geral Ordinária de 21.05.2021,

a. Para o mandato de 01.07.2021 a 30.06.2025

Cleonaldo Guiduci – Representante da Assembleia Geral. Brasileiro, Casado, Militar, RG nº 26.978.062-3 – Órgão Expedidor: SSP, SP; CPF nº545-6 024.517.588-13; Residente à Rua Dr. Sales de Oliveira, nº 1844, Vila Industrial, Campinas/SP, CEP 13035-500.

Daniela Cristiane do Prado Silva – Representante da Sociedade Civil – Brasileira, Casada, Pedagoga, RG nº 29.338.948-2 – Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF nº 260.022.318-54; Residente à Rua Deolinda Roncaglia Gonzales, nº 100 – Bairro DIC VI, Campinas/SP; CEP 13054-612

Ricardo de Almeida Rocha – Representante da Sociedade Civil – Brasileiro, Casado, Engenheiro Mecânico, RG nº 17.298.545-6 – Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF nº .941.628-02; Residente a Rua São Joaquim da Barra, nº 372, Jardim Nova Europa, Campinas/SP; CEP 13040-063.

b. Para o mandato de 01.07.2019 a 30.06.2023

Paulo Rogério Simões Regalato – Representante dos funcionários – Brasileiro, Casado, Auxiliar Administrativo, RG nº 14.239.372-1 – Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF Nº 086.693.228-38; Residente à Rua Sara Cândido Rodrigues, nº 170 – Casa 17, Jardim Cristina, Campinas/SP; CEP 13054-011.

Fábio da Silva Keller Cesar de Azevedo – Representante da Sociedade Civil – Brasileiro, Casado, Pastor Evangélico, RG nº 21.316.923 - Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF nº 063.860.548-22; Residente à Rua Odete Leite de Campos Critter, 97, Pq. Residencial Vida Nova, Campinas/SP; CEP 13057-534.

Rev. Luciano Duarte e Silva – Representante da Assembleia Geral – Brasileiro, Casado, Pastor Evangélico, RG nº 7.891.884-4 – Órgão Expedidor SSP/SP; CPF nº 720.438.908-59; Residente à Rua Manoel Antunes Novo, nº 266, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP; CEP 13084-175.

-
Moisés de Melo Ferreira – Representante da Assembleia Geral – Brasileiro, Casado, Advogado, RG nº 24.220.192-1 – Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF Nº 143.706.488-40; Residente à Av. Maria Clara, nº 50, Bloco A, Jardim Santa Cruz, Campinas/SP; CEP 13051-207.

Samuel Vian – Representante da Assembleia Geral – Brasileiro, Casado, Empresário; RG nº 10.861.146 – Órgão Expedidor: SSP/SP; CPF nº 963.148.508-00; Residente à Rua Feliciano Garcia, nº 20 – Jardim Miranda, Campinas/SP; CEP 13034-605

Conselho Fiscal da CHANCE Internacional, eleito pela Assembleia Geral Ordinária de 21.05.2021, para o mandato de 01.07.2019 a 30.06.2022.

Domingos Tadeu Ferreira – Brasileiro, Casado, Empresário; RG nº 5.713185-5 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 202.904.038-04; Residente à Rua Armando Fogagnoli, nº 55 – Condomínio Reserva Colonial, Campinas/SP; CEP 13278-142.

Silas Martins Santos – Brasileiro, Casado, Empresário, RG nº 1.694.827-0 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 025.111.428-72; Residente à Alameda Americana, nº 804, Jardim Paulista, Vinhedo/SP; CEP 13280-000.

Jorge Luiz Amorim – Brasileiro, Casado, Pastor Evangélico; RG nº 56.075.952-6 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 540.120.581-34; Residente à Rua Noêmia Von Zuben Amstaldem, nº 432 – Jardim Bom Princípio, Indaiatuba/SP; CEP 13345-680.

Suplentes:

Sidney Amancio da Silva – Brasileiro, Casado, Vigilante; RG nº 37.315.392.2 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 319.898.508-04; Residente à Rua Deolina Roncaglia, nº 100 – DIC VI, Campinas/SP; CEP 13054-612.

Agenir Oliveira da Silva – Brasileira, Divorciada, Cuidadora de Idosos; RG nº 24.998.287-0 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 150.339-05; Residente à Rua Jornalista Maurício de Moraes, nº 54 – Núcleo Residencial Boa Vista II, Campinas/SP; CEP 13067-500.

Lutero Oliveira Messias – Brasileiro, Casado, Pastor Evangélico; RG 3.830.755 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 602.819.528-68; Residente à Rua Oscar Leopoldino, nº 139, Marília/SP; CEP 17501-140.

Diretoria Executiva da Associação CHANCE Internacional, eleita em 18.05.2019, para o mandato de 01.07.2019 a 30.06.2022.

Presidente: Luiz Fernando Ferrari – Brasileiro, Casado, Empresário; RG nº 13.298-514 – Órgão Expedidor SSP/SP e CPF nº 060.590.368-99; Residente à Rua



Embaré, nº 52 – Jd. São Fernando, Campinas/SP; CEP 13100-368.

Vice-Presidente: Fausto Gualberto Lara – Brasileiro, Casado, Engenheiro Mecânico; RG nº 1.149.883 – Órgão Expedidor: SSP/MG e CPF nº 008.179.966-72; Residente à Rua dos Senadores, 73 – Condomínio Ville dês Lacs – Água Limpa, Nova Lima/MG; CEP 34000-000.

1º Secretário: André Luiz Euflausino - Brasileiro, Casado, Repórter Cinematográfico; RG nº 28.919.593-7 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 079.778.438-11; Residente à Rua Domingos Marinangelo, 388 – Jardim Novo Horizonte, Valinhos/SP; CEP 13272-030.

2º Secretário: Danilo A. de L. Caires Pacagnella – Brasileiro, Casado, Engenheiro Elétrico; RG nº 34.993996-2 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 314.528.458-40; Residente à Rua Eng. José F. Bento Homem de Melo, 525, Casa 53, Condomínio Campos Verdes; Campinas/SP; CEP 13091-700.

1º Tesoureiro: Márcio Paulo Ruiz Monteiro – Brasileiro, Casado, Pastor Evangélico; RG nº 29.033.391-1 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 212.446.758-14; Residente à Rua Benedito Von Ah, 53 – Jardim Morumbi; Campinas/SP; CEP 13052-112.

2º Tesoureiro: Hildo Felix da Silva – Brasileiro, Casado Pr. Evangélico; RG nº 35.117.653-6 – Órgão Expedidor: SSP/SP e CPF nº 224.316.038-22; Residente à Avenida Nelsia Vanucci, 105 – Amarilis, Apto. 71 – Jardim Nova Europa; Campinas/SP; CEP 13042-104.

Experiência da CHANCE Internacional na Educação Infantil

Desde Agosto de 2009, a CHANCE tem desenvolvido o seu programa de Educação Infantil, numa rica e bem sucedida experiência de cogestão administrativa com a Prefeitura de Campinas, em São Paulo

São 13 anos de um trabalho de parceria que tem recebido uma avaliação muito positiva da própria prefeitura, pelos seus órgãos gestores, e total aprovação dos pais das crianças matriculadas, bem como das comunidades onde tem atuado.

Atualmente, a CHANCE continua prestando seus serviços à Prefeitura de Campinas, na cogestão de 10 Centros de Educação Infantil – CEI's Bem Querido, mediante Termo de Colaboração, por meio de licitação pública.

São as seguintes unidades de CEI's Bem Querido atualmente cogeridas pela CHANCE – Ano letivo de 2023:

CEI Bem Querer e Respectiva Área de Atuação	Nº de Cças	Área Pedagógica				Apoio (*)	Total Geral
		Prof.	Ag. Edu	Dir+ Vice	Coord Pedag		
Antônio V. de Oliveira – Jd. Shalon	304	10	38	1	1	12	62
Amélia Pires Palermo – San Martin	370	10	38	1+1	1	12	63
Prof. Milton Santos – Jd. Ouro Preto	274	8	42	1	1	10	62
Conceição A.M. Gironde - Ibirapuera	240	7	51	1	1	9	69
Eduardo Campos – Vila Esperança	308	8	37	1	1	13	60
Rubem Alves – Campos Elíseos	240	7	49	1	1	12	70
Elenice Ap.M.Ferrari – Jd. Bassoli	274	8	43	1	1	9	62
Maria de Lourdes V. da Silva –Nova Europa	244	7	43	1	1	12	64
Prof. José A. Pinotti - Vila Reggio	532	13	63	1+1	1	16	95
Bento Faria - Jd. Alto Belém	562	11	70	1+1	1	13	97
Totais	3348	87	473	13	10	117	704

(*) Apoio: Secretaria+Manutentor+Cozinheira+Limpeza+Porteiro+**Aprendizes+**PCD

(**) – Exigência Legal Trabalhista

Experiência da CHANCE Internacional na Educação Infantil e Programas Sócio Educativos

A CHANCE iniciou suas atividades no Brasil em 2001, com um programa Casa Lar, em Cocho D`água, distrito da Cidade Rio Acima, a 50 km de Belo Horizonte, MG, na manutenção e administração de um abrigo para crianças órfãs ou abandonadas ou encaminhadas pelo juizado de menores, pela impossibilidade dos pais em cuidá-las.

Paralelamente e em parceria com instituições afins, ajudou na manutenção de 4 projetos com programas conjugados de educação infantil e sócio educativos, também em Belo Horizonte, MG.

Em São Paulo, coordenou a implantação dos seguintes projetos sócio educativos: Instituto Paulo Freire, na Comunidade do Parque Oziel, em Campinas; Projeto Família Digna, na Comunidade São Camilo, em Jundiaí; Projeto Instituto Vida Nova, Bairro Vida Nova, em Campinas.

Atualmente, a CHANCE participa, em parceria com a Instituição Berith, da implantação e manutenção do Projeto Bassoli, na Comunidade do Jardim Bassoli,

para atendimento a crianças e jovens do contra turno escolar, atendendo crianças dentro do trinômio Criança, Família e Comunidade, com atividades de Apoio Escolar, Educação para o Trabalho, Esporte, Música e Arte.

Veja no nosso site a apresentação do nosso programa de Educação Infantil, com 10 unidades de CEI's Bem Querer em parceria com a Prefeitura de Campinas e o Programa Sócio Educativo.

www.chance.org.br



Nossa História

Derci Gonçalves de Souza

Fundador da CHANCE Internacional

Mineiro de Ouro Preto, MG, é casado com Luiza Maria e do casal nasceram 4 filhos: Melissa, Juliana, João Marcos e Hermano, e 6 netos: Daniel, Lídia, Yuri, Olívia, Benício e Tito. A família se completa com o genro Dairson e as noras Camile e Veruska. Derci passou toda sua infância e adolescência na cidade de Nova Lima, MG, onde firmou as estacas de sua formação básica, mudando-se mais tarde para Belo Horizonte, onde começou sua carreira profissional.

Graduado em Pedagogia, com pós Graduação em Administração para Executivos, antes de se graduar em Pedagogia, Derci cursou Engenharia Civil até o 3º ano, quando optou definitivamente pela área de educação, sua paixão. Derci iniciou sua caminhada na área da educação e assistência social, como Coordenador do Setor de Alunos do SENAI, na Cidade Industrial de Belo Horizonte, MG, onde além das atividades próprias da área, coordenou o processo de seleção e o programa de bolsas de estudo SENAI/Indústria, bem como todo o programa sócio educativo e de formação e desenvolvimento de liderança do corpo de alunos.

Uma vida dedicada à educação e às obras sociais.



Desenvolvimento de Comunidade, em Belo Horizonte, MG, com uma equipe interdisciplinar, formada de médicos, dentista, assistente e visitadoras sociais. Convidado pela mesma ONG, mudou-se para Fortaleza, CE, onde ajudou na implantação de seu Escritório Regional

para o Nordeste e, foi seu diretor regional para o Norte e Nordeste do Brasil por 10 anos.

Como Diretor Regional, implantou 59 Projetos afiliados, entre escolas, creches e centros de atividades sócio educativas, assistindo a 32.000 (trinta e duas mil) crianças apadrinhadas e seus familiares. Ainda em Fortaleza, CE, numa parceria com a Prefeitura local, coordenou a mobilização comunitária da beira-mar, numa vitoriosa experiência de desfavelamento.

Implantou também o programa de estágio de estudantes de Serviço Social, em parceria com a Escola de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Em parceria com o Curso de Nutrição da Universidade Federal do Ceará, implantou o Programa de Recuperação de crianças vítimas da desnutrição, tendo recuperado centenas de crianças portadoras de desnutrição severa. Ainda como Diretor da Christian Children`s Fund para o Norte e Nordeste do Brasil, implantou os JOGOS COMUNITÁRIOS, um vitorioso Programa de Prevenção da Marginalização Infanto-Juvenil Através do Esporte, envolvendo o Curso de Educação Física da UNIFOR, Universidade de Fortaleza, Curso de Nutrição da Universidade Federal do Ceará, Federação Cearense de Atletismo e Colégio Militar de Fortaleza, onde se realizaram várias das 54 modalidades esportivas disputadas por 2.700 atletas inscritos na sua terceira edição anual. A abertura solene dos IV JOGOS COMUNITÁRIOS foi realizada no Estádio Castelão com mais de 20.000 pessoas e autoridades, além do emocionante desfile dos 2.700 atletas. A presença dos bonecos Disney, Mikey e Pateta,



vindos da Disneylândia (patrocínio da companhia aérea VARIG), descendo de helicóptero com duas crianças no centro gramado, foi emocionante. O ponto alto da solenidade de abertura foi uma homenagem ao maior jogador de futebol do mundo em todos os tempos, Pelé, com uma alegoria de 600 crianças, saindo dos 4 túneis do estádio para formar a camisa nº 10, marca do grande jogador.

Na Christian Children`s Fund, além de cursos e treinamentos nas áreas de educação e desenvolvimento de crianças, famílias e comunidade, Derci participou nos Estados Unidos, de um treinamento sobre medicina popular comunitária com estágio na sede do Projeto “Where There is no Doctor” (Onde Não Há Médico), do biólogo norte americano David Werner, numa comunidade rural no México, comunidade sede do projeto.

Participou também do Curso de Desenvolvimento de Comunidade do IIRR - International Institute of Rural Reconstruction (Instituto Internacional de Reconstrução Rural), realizado na Guatemala.

A convite do Presidente do Ministério Bernhard Johnson, implantou e dirigiu por dois anos, a ABEM, Associação Beneficente Evangélica para Menores, tendo estabelecido toda a sua estrutura organizacional e de programa e implantado seus 40 Projetos Afiliados com 4.000 crianças apadrinhadas em 10 estados do Brasil.

Depois da Christian Children`s Fund, Derci implantou no Brasil a ONG americana, COMPASSION International, com sede em Colorado Springs, nos Estados Unidos, tendo sido seu Diretor para o Brasil por 18 anos, desde a sua fundação, tendo atingido 23.000 crianças apadrinhadas em 150 Projetos Afiliados (creches, escolas, centros de atividades sócio-educativas, abrigos e centros de recuperação de viciados) em 14 Estados do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Com o apoio da COMPASSION Internacional, Derci fundou a Associação CHANCE Internacional, com sede em Campinas, SP, tendo implantado Projetos Afiliados em Minas Gerais e São Paulo e escritórios de levantamento de fundos nos Estados Unidos e Reino Unido.

Atualmente, a CHANCE vem prestando serviços à Prefeitura de



Campinas, SP, mediante Termo de Colaboração, por licitação pública, num contrato de prestação de serviços na cogestão de 08 unidades de Educação Infantil, as chamadas CEI's Bem Querer, com mais de 2.000 crianças matriculadas.

Títulos:

Derci é cidadão honorário de Campinas, SP, título outorgado pela Câmara Municipal pelos serviços prestados à comunidade campineira nas áreas de educação e assistência social.

Derci é também cidadão honorário de Fortaleza, CE, título outorgado pela Câmara Municipal, pelos serviços prestados à comunidade da capital e ao Estado do Ceará nas áreas de educação e assistência social.

Como Tudo Começou

Das ricas e profundas experiências vividas na área da Filantropia ou Terceiro Setor, três, em especial, me impactaram de forma contundente. Elas têm norteado a minha visão e o modo de pensar e agir em mais 40 anos no trato com a questão do socorro ao necessitado, sua educação, desenvolvimento e sua luta desesperada ou muitas vezes apática – o que é pior, para safar-se da dor da miséria.

Os cinco anos passados na coordenação do Setor de Alunos de uma escola do SENAI em Belo Horizonte, mais precisamente na Cidade Industrial de Contagem, cobrindo toda a área escolar, social, familiar e de relacionamento com as indústrias parceiras, foram parte significativa dos alicerces dessa sólida construção de parâmetros.

Depois vieram os treze anos na Christian Children`s Fund (Fundo Cristão para Crianças), com sede em Richmond, Virgínia, nos Estados Unidos, primeiro como líder de um centro de programa socioeducacional para 3.500 apadrinhadas e seus familiares, em Belo Horizonte e, a seguir, como Diretor da Organização para todo o Norte e Nordeste do Brasil, com sede em Fortaleza,CE, por mais de 10 anos



e com mais de 32.000 crianças apadrinhadas e seus familiares.

O ponto alto, desse verdadeiro laboratório de vida profissional e conhecimento no trato da assistência, educação e desenvolvimento da massa de marginalizados, teve como palco a COMPASSION International, com sede em Colorado Springs, também nos Estados Unidos. Responsável pela implantação da organização no Brasil, fui também seu Diretor Nacional por 18 anos, com 23.000 crianças apadrinhadas e seus familiares, através de mais de 150 projetos, entre creches, escolas, programas sócio educativos e casas de recuperação de vítimas do vício das drogas e da delinquência infanto juvenil.

A excepcional abrangência e qualidade de visão estratégica dessas três grandes corporações, SENAI, Christian Children`s Fund e COMPASSION International, tanto na concepção de sua gestão operacional quanto na eficiência e sensibilidade de seu pragmatismo, pontos de convergência de sua razão de existir, inspiraram-me a refletir na visão de um esforço de mobilização de todo o potencial do nosso país, agregando mais um valor de vital importância na busca e alcance dos resultados afins: a vivência e a identidade sócio-cultural neste cenário dos “SEM NADA” que caracteriza o nosso público alvo.

Residindo em Fortaleza, CE, e, de posse desses fundamentos, buscamos compartilhar com um grupo de amigos a visão de uma ONG que pudesse torná-la realidade. No dia 6 de Junho de 1983, um dos membros do grupo, Wandercy Francisco Fonseca, então gerente regional da VARIG, na época, a maior companhia aérea do país, o casal Wandercy e Edna ofereceu ao grupo de voluntários um jantar em sua residência onde seriam lançadas as bases da nova instituição. A ONG teria o nome de ABC, Associação Brasileira Pró Criança e viria a ser o embrião da CHANCE Internacional. Ainda em sua fase embrionária, foram estabelecidos os alvos de suas primeiras atividades, com uma doação voluntária inicial de US \$20.000,00 (vinte mil dólares) de dois padrinhos da Christian Children's Fund, empresários italianos, Sr. Adamo Tornese (Mino) e Franco Zuchero. O irrestrito apoio do Colégio Batista Santos Dumont, na pessoa de seu visionário e dinâmico Diretor, Dr. José Milton Cerqueira, foi fundamental



para esse promissor começo da CHANCE. A engenheira e empresária Mônica Xavier Brandão foi a primeira Diretora Executiva da CHANCE.

Nesse mesmo dia, 6 de junho de 1983, data marcada para a reunião de constituição formal da nova organização, recebemos um convite do missionário Bernhard Johnson, num telefonema dos Estados Unidos, para mudarmos com a família, de Fortaleza para Campinas, SP, para estruturar e dirigir a ONG ABEM, que seria mantida com recursos do Bernhard Johnson Ministries e da ONG americana, COMPASSION International, ambas com sede nos Estados Unidos. A mudança, se aceito o convite, estava prevista para janeiro do ano seguinte, 1984.

Diante disso o grupo não só aprovou a mudança, como também decidiu que a implantação da nova ONG aguardaria o momento em que fossemos liberados desse novo compromisso. Nos seis meses que antecederam a nossa transferência de Fortaleza para Campinas a nova ONG repassou os recursos recebidos da doação dos padrinhos italianos (US \$20.000,00) para a liderança comunitária do Dendê que os aplicou na construção de um ambulatório médico na comunidade.

Já em Campinas e, depois de dois anos na implantação da ONG ABEM, e já com 40 Projetos Afiliados e 4.000 crianças apadrinhadas, fomos convidados pela própria COMPASSION International para implantar a sua sede para o Brasil, assumindo a sua direção nacional por 18 anos.

A retomada para implantação da CHANCE Internacional, se deu em 2001, tendo deixado a direção nacional da COMPASSION International no Brasil, isto é, 18 anos depois daquele inesquecível encontro de seu lançamento, com um grupo de amigos em Fortaleza, CE.

Dentro da sua nova visão corporativa de Child Advocacy, a COMPASSION International decidiu voluntária e espontaneamente apoiar a iniciativa de criação da CHANCE, patrocinando por três anos os salários do fundador Derci Gonçalves de Souza, para se dedicar exclusivamente à tarefa de organizar estruturalmente e implantar as atividades iniciais da nova ONG.



Em abril de 2001, durante esse tempo de definição de estratégias e construção dos fundamentos corporativos, e numa reunião em Belo Horizonte com o casal Hildefonso Silva, ele brasileiro Hildefonso Silva e ela escocesa, Ann V. Rhodes, na época vivendo na Escócia, Reino Unido, mais um outro casal de ingleses Keith Hammond e sua esposa Maria Hammond, seus mantenedores e também mantenedores de uma casa lar (Sítio Monte Sião) na cidade de Rio Acima, na região metropolitana da capital mineira, decidiram espontânea e voluntariamente doar para a CHANCE todo o patrimônio do Projeto: O Sítio com 98.000 m², uma Kombi do ano, nova, quatro casas (duas das quais recém construídas no valor (da época) em torno de US\$ 30.000,00 cada uma e com todos os móveis e equipamentos. Com a doação, a CHANCE assumiria também a responsabilidade pela continuidade da assistência às 17 crianças abrigadas nas três casas lares, com recursos levantados pelos missionários de UK. O Sítio Monte Sião, foi assim o primeiro Projeto da CHANCE.

Com a doação da propriedade, o processo do registro legal da CHANCE como personalidade jurídica pôde ser efetivado com o aproveitamento do registro da antiga organização mantenedora do Projeto do Sítio Monte Sião (ASSOCEV – Ação Social Socorro Evangélico), apenas mudando o seu nome para Associação CHANCE Internacional, o que aconteceu no dia 05 de maio de 2001, numa reunião da Assembleia Geral realizada no Sítio Monte Sião, na cidade de Rio Acima, Minas Gerais. Assim, a data de fundação da CHANCE ficou definida como sendo o dia 06 de Junho de 1983 e a data do início de suas atividades, 05 de Maio de 2001.

No ano seguinte, a convite da missionária Maria Hammond, Derci passou uma semana (20 a 24 de Agosto de 2002), na cidade de Darvel, Airshire, na Escócia, na residência do casal de Hildefonso e Ana V. Rohdes, endereço estabelecido pelos missionários para ser a sede da CHANCE para o Reino Unido, até então com o nome de Care & Compassion, (sem qualquer ligação ou referência à COMPASSION International da cidade de Colorado Springs nos Estados Unidos). A sede da CHANCE na Escócia já estava equipada com todo



equipamento necessário para o seu funcionamento – Computadores, Impressoras e móveis – tudo repassado, gratuitamente, da antiga ONG, Care Compassion, para a CHANCE Internacional-UK. Ao final da semana, no sábado, 24 de Agosto de 2002, fomos para a cidade de Bedale, na Inglaterra, para um jantar de oficialização da constituição e registro da CHANCE International como uma ONG na Inglaterra, onde a missionária Maria Hammond foi designada como sua Presidente para o Reino Unido. Durante o primeiro período de funcionamento do escritório da CHANCE no Reino Unido, Carol, filha do casal Hildefonso e Ana V. Rohdes, serviu como secretária de apadrinhamento, cuidando da organização do sistema dos primeiros padrinhos de crianças. A então Presidente Maria Hammond acumulou as funções com o levantamento de novos padrinhos na Inglaterra. A madrinha Sheila Donaldson, da Escócia, coordenou voluntariamente a campanha para conseguir os primeiros 20 padrinhos em seu país.

Nos Estados Unidos, A CHANCE teve seu registro como uma ONG americana, no ano de 2003, graças ao empenho do casal de missionários, Pr. Elizeu Silva e Regina, líderes da igreja Betel Assembly of God Church, na cidade de Fort Lauderdale, na Flórida, onde estivemos presentes para a reunião de fundação, com a participação também do então primeiro tesoureiro da CHANCE no Brasil, João Mitkiewicz. Nessa reunião de constituição da CHANCE americana o Pr. Elizeu foi designado como Presidente e sua esposa, Regina, assumiu o posto de Sponsor Relations Coordinator. A diretoria se completou com o Pr. John Depoux (Contabilista) como Tesoureiro e sua esposa, Nazera, como Secretária.

Os primeiros 22 padrinhos americanos foram o resultado de uma visita de um grupo de voluntários do Walking With God Ministries à Igreja Batista Ágape em Campinas. Em visita à comunidade do Parque Oziel, onde a CHANCE estava implantando o seu Projeto Afiliado, Centro Estudantil Canaã, numa parceria com a Igreja do Nazareno local. Na visita às casas os visitantes escolheram pessoalmente suas próprias crianças para apadrinhar.

Dadas as dificuldades financeiras para manutenção do sistema de apadrinhamento no exterior, bem como a impossibilidade de sua administração a

longa distância, as atividades do sítio Monte Sião tiveram que ser suspensas temporariamente, até que as condições possibilitem a sua futura reestruturação tanto dos Estados Unidos, como da Inglaterra e Escócia.

FLASHES DA HISTÓRIA DA CHANCE



Maria Hammond, missionária inglesa, possibilitou a implantação da CHANCE no Brasil, participando de sua primeira reunião, juntamente com Derci Gonçalves de Souza, Sr. Aristino Gomes de Souza, Dervy Gomes de Souza, e João Mitkevitz, realizada na casa do primeiro, à Rua Galena, em Belo Horizonte, em Setembro de 2001. Maria Hammond levantou os recursos na Inglaterra para compra do sítio e construção das casas que abrigou crianças órfãs, ou cujos pais não tinham condição de sustentá-las, e se tornou a primeira presidente da CHANCE para o Reino Unido.



Madrinha Sheila Donaldson, e a criança apadrinhada Willian, sua avó e tia, numa de suas vindas ao Brasil. Grande cooperadora da CHANCE na Escócia onde levantou muitos padrinhos para as crianças brasileiras. Ela doou também dois computadores no início das atividades da organização no Brasil.

Madrinhas Carol Black e Sheila Donaldson em visita à casa da criança apadrinhada Clayton, com toda a família reunida, num projeto da CHANCE em Belo Horizonte. *Na foto também, em primeiro plano, a intérprete voluntária Carla Dias.*



Assistente Social Leny de Oliveira Santos, símbolo de espírito voluntário. Leny coordenou a implantação dos 5 primeiros projetos da CHANCE em Belo Horizonte.



Pr. Elizeu Rodrigues Silva e esposa, Regina, Pioneiros da CHANCE Internacional nos Estados Unidos. Pr. Silva registrou a CHANCE nos Estados Unidos, organizando o Board of Directors, sendo designado o seu primeiro Presidente na grande nação americana. Juntamente com a sua esposa Regina, coordenaram toda a implantação e funcionamento do sistema de apadrinhamento.

As Primeiras Ajudas da CHANCE no socorro às crianças necessitadas



Tão logo foi depositada a primeira ajuda da COMPASSION International para a CHANCE, nós fomos procurados pela Sra. Suely Parraga, uma assistente voluntária do Hospital Boldrini de Campinas, referência nacional no tratamento de câncer infantil, para dar uma ajuda a duas das famílias que estavam com uma criança em tratamento. A primeira ajuda foi para a criança Rian Souza de Oliveira, de apenas três meses de idade e portadora de um tumor cancerígeno no abdômen. Os pais de Rian trabalhavam como cortadores manuais de cana-de-açúcar (bóias frias), com um salário que mal dava para comer. A ajuda da CHANCE foi de R\$100,00 para comprar alimento para a família que estava passando por sérias dificuldades financeiras com o tratamento do filho. Eles moravam fora e a mãe tinha de parar de trabalhar para cuidar do filho no hospital, durante os dias de tratamento em Campinas.

A segunda ajuda foi de R\$373,00 para a criança Pedro Henrique Mariano, de sete anos de idade, cujos pais não tinham condições financeiras. O dinheiro foi utilizado para compra de um medicamento especial nos Estados Unidos, através da Fundação VARIG, Linhas Aéreas Brasileiras. O pequeno Pedro Henrique sofria de um tipo raro de câncer e graças a esse medicamento suas chances de cura foram ampliadas.

Os primeiros Projetos Afiliados de assistência às crianças

Casa Lar Sítio Monte Sião: O Pioneiro

O Sítio Monte Sião é um projeto do tipo Casa Lar para crianças órfãs ou de pais impedidos legalmente de cuidar de suas crianças e que vinha sendo dirigido pela antiga organização ASSOSEV.

Trata-se de um Sítio com um terreno de 98.000 m², localizado no distrito de Coxo d'Água, município de Rio Acima, a 50 km de Belo Horizonte. O Sítio dispõe de quatro casas, duas das quais construídas há três anos a um custo de R\$ 45.000,00 cada uma. Três das casas destinam-se ao abrigo de crianças e uma

casa destina-se ao caseiro do Sítio.

Todo esse patrimônio, incluindo o terreno, as quatro casas mobiliadas, uma Kombi nova (ano 2000) e todos os implementos, móveis e equipamentos, foram passados gratuitamente para a CHANCE, que assumiu também a sua administração e desenvolvimento do programa de assistência e guarda das 17 crianças encaminhadas pelo juiz de menores da cidade de Santa Luzia, cidade da grande BH. Desde o início do acordo de parceria com os irmãos missionários de UK a CHANCE assumiu a direção total do Sítio e do programa de assistência às crianças.

Recebimento de 22 crianças ex-meninos de rua, tão logo a CHANCE assumiu a direção do Sítio Monte Sião nós fomos procurados por uma equipe de voluntários, que trabalhava no resgate e recuperação de meninos de rua na cidade de Belo Horizonte. A equipe já chegou a ter cerca de 200 crianças de rua recebendo assistência em seu programa, mas foi obrigada pelas dificuldades financeiras a reduzir o atendimento a 50 crianças e quando ela nos procurou restavam 30 crianças. 20 das 30 crianças estavam amontoadas numa pequena casa de aluguel, e as outras estavam espalhadas em casas de amigos membros de igrejas evangélicas. Caso a CHANCE não pudesse recebê-las o trabalho ia ser definitivamente encerrado e as crianças voltariam para as ruas, como já havia ocorrido com as outras 20 crianças que estavam sob tratamento e cuidado no Projeto.

O pedido da equipe foi levado à diretoria da CHANCE que, diante da grave situação das crianças e do risco delas voltarem para as ruas, decidiu dar abrigo a elas juntamente com a equipe de obreiros. Para poder atender à necessidade urgente das crianças, a CHANCE fez uma reestruturação nas casas que estavam ocupadas e separou uma casa grande para receber todas as crianças que estavam na iminência de voltar para as ruas. Foram 21 ex-meninos de rua, completamente restaurados e transformados, vidas salvas do vício das drogas, da prostituição e confortavelmente abrigados e carinhosamente cuidados por uma dedicada e inspiradora equipe.



Os recursos para manutenção do programa de cuidado e assistência das primeiras 17 crianças e mais as 30 ex-crianças de ruas abrigadas posteriormente, eram levantados, parte na Inglaterra pelos missionários Maria Hammond, e o casal Hildefonso e Ana V. Rohad, e Escócia pela madrinha Sheila Donaldson e parte pela própria CHANCE no Brasil.

Por estar localizado numa região muito afastada da comunidade mais próxima, impedindo o convívio social das crianças abrigadas, e os riscos decorrentes desse afastamento, as autoridades locais da área de defesa da criança determinaram a mudança do Projeto para a cidade, onde as crianças pudessem desenvolver o seu convívio social com segurança. Com isso as atividades do Sítio Monte Sião foram desativadas.

Mesmo depois de desativado o programa de abrigo, algumas atividades de prevenção das drogas e da marginalização ainda foram desenvolvidas no Sítio Monte Sião, em parceria com uma instituição afim, até serem totalmente suspensas pela inviabilidade dos custos.

Criação da REBECA – Rede Brasileira pela Criança e o Adolescente

A REBECA é uma iniciativa da CHANCE Internacional com o propósito de promover a união das organizações não governamentais de educação e assistência à criança, dando...lhes suporte para sua consolidação e melhor desempenho de suas atividades tendo em vista o alcance de seus objetivos sociais.

Para criação da REBECA foram realizados 3 Encontros com os projetos em processo de cancelamento de convênio com a COMPASSION International, a saber: I Encontro, em Feira de Santana, BA, em 05/06/2002, com os Projetos da Região Nordeste; II Encontro, em Goiânia,GO, em 12/06/2002, com os Projetos dos Estados de Goiás e Tocantins e, III Encontro, em Belo Horizonte, MG, em 19/06/2002, com os Projetos dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Liderado pela então estudante de serviço social Leny de Oliveira Santos, um grupo de voluntários viajava de ônibus de Campinas para Belo Horizonte aos fins de semana para visitar as casas das crianças que seriam as primeiras inscritas para



apadrinhamento pela CHANCE do Reino Unido. O trabalho da Leny e de todo o grupo foi totalmente voluntário uma vez que a CHANCE não dispunha dos recursos suficientes. Profissional competente, já graduada em Serviço Social pela PUC Campinas, Leny optou por continuar trabalhando na CHANCE Internacional, agora como Coordenadora de Programa para todo o Brasil, abrindo mão de um convite para trabalhar em sua área numa grande empresa multinacional. Convidada para coordenar um projeto de educação ambiental e de organização comunitária, numa parceria de prestação de serviços da CHANCE com a Companhia SAMARCO, a maior produtora e exportadora de minério pelotizado do mundo, Leny mudou - se para a cidade de Guarapari, no estado do Espírito Santo, onde deixou a sua marca de competência e dedicação.

As crianças a serem apadrinhadas foram cadastradas através de Projetos Sócio Educativos e de Prevenção da Marginalização Infanto Juvenil mantidos por igrejas evangélicas locais da capital mineira nas comunidades periféricas e muito carentes do Flamengo, Alto Vera Cruz, Ribeiro de Abreu e Alvorada, onde o maior problema era o uso e tráfico de drogas e as crianças começam a serem empurradas para o mundo do crime antes mesmo da adolescência. A população dessas comunidades está abaixo da linha da pobreza e sem nenhuma perspectiva de mudança. As igrejas mantenedoras desses Projetos atendiam a apenas 35 e 50 crianças em cada um deles, mas depois de um treinamento com as igrejas mantenedoras onde tivemos a oportunidade de passar a visão da grande necessidade das crianças e da grande oportunidade para as igrejas serem um instrumento de mudança da situação, resultando num aumento de mais de 500 crianças.

15.3.1. B. Objeto da Parceria;

Celebração de Termo de Colaboração que tem por objeto a execução e o atendimento das atividades e serviços educacionais a crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, matriculadas na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em complementação à Rede Municipal de

Ensino do Município de Campinas, no Centro de Educação Infantil – Bem Querer – José Aristodemo Pinotti, – Vila Réggio, conforme EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC. 2022.00062112-78

15.3.1. C. Etapas ou fases de execução do objeto (número de crianças atendidas por agrupamento e total da Unidade Educacional), período de atendimento (parcial ou integral), com previsão de início e fim da execução;

As parcerias a serem celebradas terão vigência de 30 (trinta) meses, com início no dia 01/08/2023 e término em 31/01/2026, podendo ser prorrogadas até limite de 60 (sessenta) meses.

Etapas e período de execução - Demonstrativo de 12 meses - Agos 2023/ Jul 2024 -													
As atividades darão sequência obedecendo às Resoluções até Jan.2026													
ETAPAS/FASES	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	
	g	e	u	o	e	a	e	a	b	a	u	u	
	o	t	t	v	z	n	v	r	r	i	n	i	
Início do Contrato - Com o pessoal que já está trabalhando na escola	X												
Sequência no Projeto Pedagógico já homologado	x	x	x	x	x								
Matrícula das crianças da listagem da demanda	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Início das atividades letivas com Professoras, cumprimento ao calendário escolar -	x												
Construção e Homologação do Calendário Escolar							X						
Construção e Homologação do Projeto Pedagógico							X	X	X				
Constituição Conselho Escolar							X						
Reuniões de Conselho	X			X			X			X			

Implementação da CPA						X							
Reuniões ou Encontros da CPA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Reuniões de Planejamento e Formação entre Pares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Reuniões Avaliativa Institucional (RPAI)		X			X	X	X				X		

Número de crianças atendidas por agrupamento, total da Unidade Educacional e período de atendimento.

O número de crianças atendidas no Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti, no ano de 2023 obedece aos critérios estabelecidos no Termo de Referência Técnica 2023 e a Resolução SME N° 012, de 01 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município em 02 de setembro de 2022, *que dispõe sobre as normas e políticas de atendimento a demanda nas Escolas de Educação Infantil que integram o Sistema Municipal de Ensino para o ano de 2023.*

Sendo assim, no ano de 2023 a unidade atende 532 (quinhentas e trinta e duas) crianças, o número não foi alterado no Edital de Chamamento Público N° 02/2023, nem no Termo de Referência Técnica 2023/2025

Demonstrativo de Atendimento por Agrupamento

Turmas	Números de Crianças Capacidade máxima de atendimento	Período de Atendimento	Horário
Agrupamento I	96	Integral	7h00 às 18h00
Agrupamento II	180	Integral	7h00 às 18h00
Agrupamento III	256	Parcial	7h00 às 11h00 13h00 às 17h00
Total	532 crianças	*****	*****

Quadro Explicativo – Salas de aula com os respectivos horários de ocupação de cada turma e a capacidade de atendimento por agrupamento.

Sala	Agrupamento	Horário de Atendimento	Período	Capacidade de atendimento por sala	Capacidade de atendimento por curso
1	AG I – A	07h às 18h	Integral	32	96
2	AG I – B	07h às 18h	Integral	32	
3	AG I – C	07h às 18h	Integral	32	
4	AG II – A	07h às 18h	Integral	36	180
5	AG II – B	07h às 18h	Integral	36	
6	AG II – C	07h às 18h	Integral	36	
7	AG II – D	07h às 18h	Integral	36	
8	AG II – E	07h às 18h	Integral	36	
9	AG III – A	07h às 11h	Parcial Manhã	32	256
10	AG III – B	07h às 11h	Parcial Manhã	32	
11	AG III – C	07h às 11h	Parcial Manhã	32	
12	AG III – D	07h às 11h	Parcial Manhã	32	
13	AG III – E	13h às 17h	Parcial Tarde	32	
14	AG III – F	13h às 17h	Parcial Tarde	32	
15	AG III – G	13h às 17h	Parcial Tarde	32	
16	AG III – H	13h às 17h	Parcial Tarde	32	
				Total de Atendimento	532

Previsão de início e fim da execução

O prazo previsto de execução da gestão das atividades e da parceria será contado a partir de 01/08/2023 e término em 31/01/2026, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

15.3.1. D. Caracterização da Unidade Educacional e seu entorno. Apresentar dados da Unidade Educacional e do entorno que sejam base para o planejamento das ações e propostas da escola, levando em consideração a vistoria prévia realizada.

I. Apresentar dados do CEI considerando a vistoria Prévia da Edificação, pela OSC:

O CEI Bem Querer José Aristodemo Pinotti, está localizado na rua Antônio Benedito Guerreiro, 217 – Vila Réggio – Campinas - SP , CEP - 13.067-615, a OSC Associação CHANCE Internacional, está à frente da administração da escola este ano, mediante o processo Seletivo Emergencial 01/2023, ocorrido em janeiro de 2023.

Sobre a infraestrutura predial e recursos físicos do CEI, destacamos que a mesma se apresenta em um terreno plano, com amplos espaços externos, divididos em várias áreas que compõem:

12 Salas de aulas que atendem os agrupamentos I, II e III,

2 salas com solários e circuitos de banhos;

2 banheiros externos com circuitos de banhos e adaptados para crianças com dificuldades de locomoção;

2 banheiros externos PNE;

1 refeitório mobiliado para as crianças – com bancos e mesas ;apropriadas para a idade;

1 lactário com pia e cadeirões para os bebês;

1 Cozinha, onde constam os seguintes equipamentos: geladeiras, fornos, máquina de lavar louça, fogão e refrigerador industrial, além de todos os utensílios para uso diário;

Cozinha e banheiros para funcionários, equipado com: micro-ondas, geladeiras,

mesas e cadeiras.

Setor Administrativo

Secretaria: armários com todos os prontuários das crianças, impressoras e mesas individuais com computadores.

Sala de Direção: com uma mesa redonda para reunião, armários com prontuários de todos os funcionários e documentações pedagógicas e administrativas, e uma mesa individual da direção com computador.

Coordenação Pedagógica: Possui duas mesas individuais com dois computadores, armários com documentação pedagógica e livros pedagógicos e uma mesa redonda para reunião.

Almoxarifado: contém materiais didáticos e pedagógicos;

Lavanderia: possui máquina de lavar, tanque, armários e produtos de higiene e limpeza.

Áreas para atividades e recreação das crianças.

2 Quiosques:

1 Palco

1 Pátio interno

3 parques externos

1 quadra de futebol

As observações referentes ao trabalho que vem sendo realizado, assim como as propostas ainda a serem desenvolvidas, que já estão apontados no Projeto Pedagógico homologado, constam no decorrer de todo este plano de trabalho.

II. Características socioeconômicas e culturais do seu entorno, tendo como base para o planejamento das ações e propostas da escola;



O conjunto habitacional Vila Réggio, onde o Centro de Educação Infantil Prof. José Aristodemo Pinotti está localizado, é um bairro do distrito de Nova Aparecida, em Campinas, tendo ao sul o Núcleo Residencial Boa Vista, a leste o Parque Via Norte e a noroeste a Vila Padre Anchieta. O Centro de Educação Infantil Prof. José Aristodemo Pinotti atende crianças da comunidade Vila Réggio e das comunidades circunvizinhas: Vila Padre Anchieta, Vila Francisca, Núcleo Residencial Boa Vista (I e II), Parque. Shalon (I e II), Núcleo Residencial Francisco Amaral, Bairro Sete de Setembro, Núcleo Residencial Portelinha, Núcleo Residencial Beira Rio, Núcleo Residencial São Luiz, Núcleo Residencial Padre Josimo e Núcleo Residencial Parque Família – CDHU, Núcleo Residencial jardim Rosália (I, II, III e IV). Juntos buscamos a parceria de interação e de respeito na relação comunidade, família e escola.

Baseados nos diálogos com as famílias, nos momentos de matrículas, cadastros e nas reuniões da família e educadores, observou-se que muitas famílias sobrevivem de atividades informais, como: plantação de hortas, vendas de verduras e legumes, material artesanal e vários tipos de alimentações, evidenciando o quanto necessitam da unidade escolar na formação e na vida das crianças.

As residências são de alvenaria, as ruas são asfaltadas e decoradas com

belas obras de artes de pneus feitas pelos próprios moradores, plantações de variados tipos de plantas, flores e árvores, possuem parquinhos e áreas de atividades de ginástica e quadras esportivas. Por se tratar de um bairro planejado (COHAB), com ruas estreitas e de pouco movimento, as crianças ainda costumam brincar nas ruas, e é comum encontrar vizinhos em rodas de conversas.

Baseado nas características social e econômica da comunidade atendida, a escola continuará prezando por um trabalho que favoreça a formação da criança em sua totalidade, permitindo uma rotina dinâmica e interativa, pautada em um trabalho coletivo, formativo e com envolvimento de toda equipe educativa e da própria comunidade. Localizada na região Norte da cidade, a referida escola foi inaugurada em 20 de agosto de 2009, em processo licitatório de cogestão com a Prefeitura Municipal de Campinas, a OSC CHANCE Internacional administrou a unidade escolar de 2009 até o início de 2021. Neste ano de 2023 retornou a administração desta unidade escolar, através do Processo Seletivo Emergencial 001/2023.

No bairro e em seus arredores (especialmente na Vila Padre Anchieta) encontram-se vários estabelecimentos que prestam apoio e serviços à comunidade local, referente a saúde, entretenimento, lazer, abastecimento, comércio, alimentação, religião, educação, tais como: Padarias, Açougues, Restaurantes, Feira Livre (noturna e aos domingos), Supermercados, Farmácias, Bares, Sorveterias, Pizzarias, Floricultura, Academias, Salão de Beleza, Bancos, Posto de Combustível, Igrejas e diversos comércios (roupas e calçados, papelaria e bazar, materiais de construção, veículos, vidraçaria), escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (Municipais e Estaduais). Também conta com instituições intersetoriais que auxiliam e promovem junto à comunidade, como a horta comunitária. O Centro de Saúde referência da unidade escolar, é o Jardim Rosália, hoje as famílias contam também com o amparo do Pronto Socorro “Pastor Agostinho Godinho de Souza”, localizado no Padre Anchieta.

O CEI tem como objetivo desenvolver um trabalho integrado e de parceria com os equipamentos e as secretarias, tecendo ações articuladas com a

intersectorialidade, através das relações e do diálogo coletivo, visando a construção de conhecimentos e esforços que auxiliem no levantamento de percepções sobre a realidade vivenciada pela criança, que contribua para a garantia e efetivação das políticas públicas com estratégias de alcance das necessidades elencadas.

Nota-se que as famílias valorizam a escola, e que apreciam participar e acompanhar o processo educacional das crianças. Aproveitamos estas características para incluí-las no processo e valorizá-las, buscando fortalecer e manter uma boa parceria entre a comunidade, as famílias e a escola. Para esse segundo semestre realizaremos uma pesquisa com as famílias. Esses indicadores permitirá que tracemos metas e planejamentos, onde a família se sinta cada vez mais presente e parte do processo da educação infantil da criança, fortalecendo ações na relação do trabalho com a UE.

Diante disso, o atendimento no CEI – Bem Querer – Prof. José Aristodemo Pinotti em parceria com a OSC CHANCE Internacional se torna um importante instrumento para garantia dos princípios elencados pela Secretaria Municipal de Educação, para assegurar os direitos da criança à educação integral, aos cuidados, à proteção e à saúde estabelecidos pelas legislações vigentes.

15.3.1. E. Concepção de Criança, Infância e Educação Infantil, com as quais o CEI se relaciona e como se dão essas relações;

O olhar quanto à criança vem se modificando com o decorrer dos anos, os documentos curriculares, bibliografias atuais que estudam as infâncias, tem nos revelado que as crianças são seres históricos, que possuem características singulares, que pensam, transformam e modificam o seu redor. Neste contexto foi necessário um novo olhar mais apurado da sociedade para a Infância, além do reconhecimento de promulgar a Constituição Federal de 1988 (artigo 208, inciso IV), onde o Estado tem o dever de fornecer creches e pré-escolas para todas as crianças de até 5 anos, destacando-se o estabelecimento desses direitos no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Diante deste contexto de transformações, a Educação Infantil vem crescendo em seus aspectos pedagógicos, uma vez que essas ações alavancaram o surgimento de diversas propostas e políticas direcionadas a ela, onde o *Cuidar e Educar* se tornaram indissociáveis na educação da criança pequena.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro 1996, Lei nº 9394, enfatiza que a Educação Infantil “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (artigo 29).

Desta forma, a Educação infantil deixou de ser vista como filantropia destinada à mãe trabalhadora e passou a ser corresponsável pela formação integral da criança desde a primeiríssima infância.

Segundo Kramer (1999, p. 207), as concepções de Infância e Criança estão sendo criadas ao longo da vida e nem sempre manifestam os mesmos significados pois, modificam-se e expressam o que a sociedade, em determinado momento, as entendem e as interpretam. Portanto, a noção que temos hoje sobre Infância é um conceito relativamente novo, que vem rompendo com a concepção de criança como “adulto em miniatura”, “uma tábula rasa” predeterminada pelo adulto e pela sociedade, onde cabia ao adulto nesse contexto “transferir” seus conhecimentos preparando-as para a vida adulta.

Com essa perspectiva de conceito de Infância temos a contribuição de estudiosos que, através de suas observações e pesquisas apontam não como uma fase relacionada à faixa etária, um tempo cronológico ou uma etapa psicológica, mas sim como uma história de vida inspirada nas diversas maneiras de pensar e viver. Assim, não há uma única Infância, pois as crianças não passam pelas mesmas experiências, e o que diferencia essas Infâncias são os diferentes aspectos sociais, culturais, emocionais e socioeconômicos. A partir desta visão de Infância, considera-se a criança como protagonista de sua aprendizagem e desenvolvimento, tendo papel ativo no seu processo de socialização e por meio das interações sociais significa e interpreta o mundo, produzindo cultura.

Richter (2004, p. 32), descreve que “(...) *O modo poético é como a criança expressa seu jeito simultaneamente particular e universal de ser e estar no mundo (...)*, então devemos prezar por uma concepção de infância, que preserve “o modo poético de abarcar o vivido”, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares de Campinas.

Compreendida a concepção de Infância, passamos a olhar para a criança conforme aponta Kramer, ou seja, como um ser social, ressignificando a infância e seu contexto social, compreendendo o seu valor e suas potencialidades. Assim:

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente a infância essas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1986, p. 79).

Podemos dizer então, que as crianças não ocupam apenas um espaço geográfico, mas, influenciam o meio onde vivem e também são influenciados por ele. É importante ressaltarmos, que as DCNs, nos traz a concepção de CRIANÇA como sujeito histórico de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (página 12). No CEI Prof. José Aristodemo Pinotti, buscamos um fazer pedagógico inspirado na abordagem de Reggio Emilia, onde o professor como mediador desenvolve uma escuta atenta, enfatizando o protagonismo das crianças, com o objetivo de investigar e favorecer o aprendizado. Diante dessa afirmativa podemos dizer que a criança possui diversas formas de expressar quem ela é, e como ela é desde o seu nascimento, formada de múltiplas linguagens.

Baseado nestas concepções de Criança, Infância e Educação Infantil, o

objetivo do fazer pedagógico, é “a busca por significado”, conforme descreve Carlina Rinaldi, em:

“A Pedagogia da escuta: a perspectiva da escuta em Reggio Emilia: *“Como podemos ajudar as crianças a encontrarem significado no que fazem, no que encontram e no que vivenciam? Na busca por significado devemos perguntar: Por que? Como? e O que?”*. Tratamos então da Pedagogia da Escuta, que nos permite entendê-la como: Sensível, aberta (inclusive às diferenças e a mudanças), gerada por emoção, reconhecendo as múltiplas linguagens, escuta interna, proporcionar tempo de diálogo e reflexão, gerada por curiosidade, produzindo perguntas e não respostas, legitimando o indivíduo, contextualizada, sendo uma pedagogia para a vida.

O CEI continuará o trabalho com a proposta de organização dos seguintes espaços educativos e tempos pedagógicos: pátio interno, parques externos, videoteca, quiosque, tanques de areia, quadra e ateliê. Propondo atividades que potencializam a criança em suas investigações, em sua inventividade e imaginação, abarcando contextos investigativos com materiais não estruturados, elementos da natureza entre outros, tais como: jogos simbólicos, fantasias, experimentos e experiências, tempos livres em espaços abertos, brincadeiras tradicionais, cantigas de roda, contação e leituras de histórias, dramatizações, jogos de raciocínio lógico, vivências corporais e artísticas, culinárias, além de possibilitar o manuseio de diferentes materialidades como: areia, argila, tecidos, materiais de diferentes texturas, madeira, plástico, papéis, barbantes e similares, tintas, etc.

“As configurações de tempos e espaços presentes das unidades educacionais traduzem concepções de criança, de infância, de educação e sobre a profissão docente e não docente, dialogando com a visão de mundo dos profissionais das escolas. Nesse sentido, as concepções que atravessam a ação educativa revelam-se, ainda, nos trabalhos pedagógicos dos profissionais, no modo como estes se relacionam com as crianças como planejam, documentam, avaliam e organizam os tempos e os espaços.” (CADERNO CURRICULAR TEMÁTICO, ESPAÇOS E TEMPOS, 2014, p.28).

Diante disso, o Centro de Educação Infantil – Bem Querer – Prof. José Aristodemo Pinotti, vem desenvolvendo propostas pedagógicas que valorizam nos seus diversos tempos e espaços relações práticas que associam o brincar, o educar e o cuidar, garantindo o respeito às especificidades das infâncias, o direito de todos a educação de qualidade, a construção da autonomia, subjetividade cultural, as interações, a construção da identidade pessoal e coletiva e a formação para o exercício da cidadania. Vale ressaltar que as ações educativas, garantem o desenvolvimento integral, os afazeres pedagógicos, e a inclusão de todas crianças na perspectiva de interação e socialização com o todo, seja na acessibilidade de materiais, espaços, objetos e brinquedos, seja na construção de conhecimento das múltiplas culturas, no respeito à dignidade, singularidade e escuta, ou no diálogo com as crianças e famílias, na construção de um espaço limpo, seguro e organizado para as crianças explorarem, brincarem e se desenvolverem.

Em meio a estas experimentações, proporcionamos às crianças riquezas de possibilidades, respeito às diversidades, diferentes experiências, incentivando a autonomia e as capacidades, dando a oportunidade de fazer escolhas a partir de um leque de opções oferecidas e organizadas pelos educadores, com intencionalidade. Estas ações previamente planejadas, são propostas de maneiras alternadas, conforme a demanda e necessidade do agrupamento e das crianças que o compõem, podendo ser individuais, em pequenos grupos ou no coletivo, sendo estas utilizadas para finalidades que vão desde sondagens, propostas que motivem novos conhecimentos ou façam imergir outras curiosidades, bem como que possibilitem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos sujeitos envolvidos, dando tempo às crianças, sem antecipações desnecessárias, aguardando o processo de significação e ressignificação de cada uma delas. A busca fundamental é a de proporcionar às crianças sempre novos desafios com pequenas interferências se necessário, a partir da observação cuidadosa do educador e este assumindo papel de mediador das aprendizagens, usando o fazer pedagógico para manter o encantamento e interesse nas crianças.

Para que o trabalho seja efetivo e de qualidade, é necessário pensarmos na formação da equipe educativa.

No CEI Prof. José Aristodemo Pinotti, a formação continuada de professores e agentes educacionais acontece semanalmente, com 2h de duração, este momento é essencial para que os profissionais se atualizem e compreendam em mais profundidade como mediar as crianças a se relacionarem com seus pares, e adquiram conhecimentos. Além da formação em campo, a equipe terá a oportunidade de participar de formações externas, oferecidas pela SME, pela OSC e por instituições de ensino que oferecem palestras, cursos e seminários que abordam temas relacionados à Criança, Infância e Educação Infantil. Não podemos esquecer também da importância de abordarmos temas relacionados à saúde emocional e física da equipe educativa. Entendemos que o processo educacional é algo vivo, é mutável e deve ser tratado como tal, afinal, é necessário aprimorar as práticas pedagógicas para que elas sejam compatíveis com as necessidades e demandas das crianças e dos novos tempos.

15.3.1. F. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, especificando as teorias e práticas com as quais o CEI se relaciona e como se dão essas relações;

A Educação é um direito fundamental que deve ser garantido a toda e qualquer pessoa, sendo democrática e livre de qualquer tipo de discriminação. É um direito básico, independente de sexo, condições sociais, cor, idade, deficiência, língua, cultura, entre outros, assegurado por uma diversidade de leis.

A Educação Inclusiva no Brasil e no Município de Campinas vem se construindo em um longo processo histórico de sistematização, por muito tempo perdurou o entendimento de que a Educação Especial deveria ser organizada de forma paralela a Educação comum, essa concepção resultou em um efeito duradouro na história da Educação Especial.

A Declaração de Salamanca de 1994 com objetivo de reafirmar a Educação

para Todos, retrata que a “Educação Inclusiva parte do princípio da igualdade de direitos à educação para todos os cidadãos, enfatizando a necessidade de se incluir na escola regular aquelas populações consideradas marginalizadas na sociedade, dentre as quais estão os portadores de necessidades especiais”.

Com isso surge a necessidade da efetivação de políticas públicas que objetivem uma Educação que construa ações que tenham como perspectiva não somente a Inclusão de crianças no processo de ensino regular, mas também todas as pessoas e suas diversidades, estando voltadas para formação social, integral e livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/ 96), no capítulo V trata especificamente sobre a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796 de 2013).

Ainda sobre a Educação Inclusiva, as Diretrizes do Município de Campinas publicada no Diário Oficial Resolução 13/2010, retrata que:

Art. 130. A Educação Especial, modalidade transversal da Educação Básica, é oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da EJA, como parte integrante da educação regular.

Art. 131. A Educação Especial tem como objetivo garantir e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, apoiando, complementando ou suplementando a sua formação escolar.

Atualmente o Município de Campinas tornou público um instrumento riquíssimo o Caderno Curricular Temático: narrativas sobre educação especial nas escolas da rede municipal de ensino de Campinas, que tem como objetivo a partir da realidade e história da Rede Municipal de Ensino, nos inspirar sobre como “fazer” Educação Especial na perspectiva inclusiva no contexto das escolas.

Nessa perspectiva, o Caderno Temático (2020) retrata que “as Diretrizes

Curriculares da RMEC alinhadas aos documentos federais, definem a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva como uma modalidade da educação básica que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Articulada aos projetos pedagógicos das unidades, a Educação Especial busca garantir as condições para o direito de todos à educação, ao pleno acesso e permanência deste alunado na escola, bem como à participação em todas as atividades inseridas neste contexto, desenvolvendo-se articulada e transversal à classe comum da escola”. (Campinas, 2010, 2012, 2013, 2014)

Diante disso, Educação Infantil no CEI Bem Querer Prof. José Aristodemo Pinotti garante acessibilidade a todas as crianças sem discriminação, partindo do princípio de uma educação que visa à formação completa, favorecendo em seus Tempos e Espaços as adequações necessárias para que ocorra a integração social, a convivência, a valorização e o respeito à diversidade, sendo considerados os elementos da cultura a qual enriquece o seu desenvolvimento e a sua inserção na sociedade. As propostas contidas no currículo cumpre um papel socializador e integrador, promovendo a construção da identidade e da autonomia das crianças, sendo flexibilizado de modo a favorecer o acolhimento e construção do conhecimento não somente da criança público alvo de Educação Especial, mas de todas as crianças e suas especificidades que estão contidas no ambiente escolar inclusivo.

Ainda segundo o Caderno Temático Curricular (2020) “Para eliminar as barreiras que possam obstruir a participação e desenvolvimento dos sujeitos com deficiência na escola, em muitos casos, é necessário que o trabalho pedagógico seja organizado com língua, linguagens, recursos e serviços especializados, como: Libras, braille, comunicação alternativa/suplementar, softwares de voz, cuidadores, transporte adaptado, entre outros”.

No tocante a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a unidade escolar considera o trabalho realizado na perspectiva da interação social entre crianças e as relações com meio, diante disso, o CEI está comprometido com ações para operacionalizar, garantindo a inclusão de todas as crianças, suas

singularidades e a educação escolar de qualidade de modo a favorecer não somente a permanência física das crianças público-alvo da Educação Especial, mas de todas as crianças, contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando as diferenças físicas, cognitivas, sociais e culturais, flexibilizando, adaptando e atendendo as individualidades dentro do Projeto Pedagógico da unidade escolar, fornecendo e adequando materiais e mobiliários quando necessário.

Na perspectiva da educação inclusiva acreditamos em uma escola que se ajuste a todas as crianças, que vise uma educação transformadora, benéfica a todos, que favoreça a construção da autonomia e o respeito à diversidade. Tornando seus espaços e tempos preparados para construção de um ensino de qualidade, capaz de acolher, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais.

A Unidade Educacional atende as crianças com deficiência em caráter prioritário, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipal de Campinas, visando igualdade de direitos, favorecendo um ambiente acolhedor, no atendimento, prezando pelo respeito às diversidades.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação - **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**.CAPÍTULO IV, DO DIREITO À EDUCAÇÃO Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

O atendimento ao público-alvo da Educação Especial (AEE) está sendo realizado conforme Termo de Referência Técnica (2023), o Professor especialista tem uma carga horária de 44 horas semanais, sendo 40 (quarenta) horas em atividades com as crianças e 02(duas) horas de formação entre pares e 02(duas)

horas de planejamento e atendimentos às famílias. Tendo como função juntamente a equipe gestora, professores e agentes da Unidade Escolar, assegurando os direitos de igualdade nas necessidades especiais do público-alvo de Educação Inclusiva.

Bem como: “acompanha a criança na sala de referência e demais espaços educacionais, em conjunto com o professor da turma, de acordo com o horário planejado; quando necessário for, encaminha a criança para as salas de recursos multifuncionais (SME) da Secretaria Municipal de Educação; participa do processo de escolha dos livros, materiais pedagógicos e brinquedos em conjunto com o orientador pedagógico e equipe docente e de apoio direto à criança; colabora com a formação continuada da equipe da unidade educacional; participam de reuniões com os profissionais da Educação Especial da SME e em outros serviços especializados; viabiliza as parcerias com a rede de serviços, com a família e comunidade que atuam com a criança fora do âmbito escolar; sugere recursos e adapta materiais específicos quando necessários ao processo educativo realizado na escola; viabiliza a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, possibilitando a interação/socialização com acessibilidade na comunicação, informação, na arquitetura, na segurança e autonomia e nos mobiliários”.

Os Projetos da unidade escolar são elaborados e desenvolvidos a partir dos princípios da Educação para todos, das especificidades de todas as crianças, das concepções/necessidades da infância, da educação para inclusão, tendo como base os eixos de educação infantil que tem como finalidade o desenvolvimento dos aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O Plano de Trabalho do professor de Educação Especial é realizado de forma democrática e colaborativa em concordância ao planejamento do professor titular da sala, e oferece suporte e apoio pedagógico a equipe educacional, considerando a inclusão não somente da criança de (AEE), mas de todas as crianças e suas singularidades. Propondo atividades coletivas e individuais que

aprimorem as funções já existentes visando à construção da autonomia, a integração social das crianças e das famílias.

Para Mendes (2010, p. 50) Inclusão se define como “... a participação plena da criança com necessidades especiais em programas e atividades para crianças com desenvolvimento típico.” Tendo como norteador esse princípio, o trabalho está sendo planejado em espaços educativos, atividades e momentos, oferecendo condições que favoreçam a participação e aproveitamento significativo por parte de todas as crianças.

Este trabalho acontece de forma de acompanhamento nas atividades realizadas na escola, incluindo propostas individuais para cada sala, levando em consideração sua faixa etária, a partir da observação destes, de ações com seu agrupamento e em conjunto com o professor regente.

“Essas revisões teóricas, em conjunto com a legislação vigente e os estudos acerca da educação infantil e as concepções de criança, podem contribuir para que a criança deficiente assuma seu papel de cidadão de direitos, afinal, “como nos ensinou Arendt (1997), a criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, desde que não a abandonemos e a excluamos, com tudo o que ela traz de novo e surpreendente, na originalidade de seu ser e na singularidade imprevista de seu viver” (MANTOAN, 2006, p.185 apud DRAGO, 2011, p. 72).

Partindo desse pressuposto as constantes reflexões sobre os desafios da Educação Inclusiva faz parte das demandas de formação do Centro de Educação Infantil Prof. José Aristodemo Pinotti, pois entendemos que essa troca constante de saberes, entre professores, orientador pedagógico, diretor, agentes educacionais, equipe de apoio escolar, crianças e famílias articuladas às intersetoriais (rede de serviços), é um excelente instrumento para o acolhimento e a inclusão das crianças nas suas diversidades. Deste modo, o CEI vem construindo um planejamento partindo do princípio da Gestão Democrática, visando à inclusão e a igualdade de direitos, assegurando espaços e tempos com múltiplas experiências, ressignificando ambientes de convivência, tornando-os plurais e solidários, objetivando a formação integral das potencialidades das crianças na diversidade, garantindo o direito de todos a educação.

Na perspectiva da Educação Inclusiva a unidade escolar tem trabalhado para construir relações junto às intersetoriais da comunidade local, redes educacionais, de saúde e da assistência social, equipe multidisciplinar em instituições de acompanhamento terapêutico e outras que surgirem ao longo do tempo.

Para que o processo de inclusão seja posto em andamento, é preciso que a pluralidade de relações presentes na sociedade seja contemplada, não se objetivando a padronização de processos e respostas, mas sim o desafio do convívio e compreender sobre as diferenças, cuja origem se deve, justamente, à diversidade das relações sociais mais amplas.

A falta de conhecimento sobre cultura, raça e etnia se torna um problema para o processo formador do cidadão. É na infância que o indivíduo inicia o processo de construção de sua identidade. Dessa forma a Educação Infantil no CEI é vista como um caminho para formação social e um meio para desconstruir discursos que desqualificam o biótipo do outro, já que moramos em um país com diversidades culturais.

São inúmeros os exemplos de preconceito vivenciados pelas crianças causando um impacto negativo em sua autoestima. Estamos dando ênfase a esse assunto, ressaltando nas propostas pedagógicas a relevância do respeito às diversidades culturais, suas raízes, seus valores, elevando sua autoestima e fortalecendo as relações das crianças com a sua identidade e com o outro.

A avaliação das crianças na perspectiva da Educação Inclusiva acontece em caráter formativo, ocorrendo de forma contínua por meio da observação, do registro das conquistas realizadas respeitando o ritmo e o tempo de aprendizagem de cada criança, com o propósito de traçar novas metas, novos objetivos e a reflexão da prática educacional e segue conforme as normativas estabelecidas pela CME nº 01/2016 e SME 10/2016 publicada em 01 de setembro de 2016, que estabelece princípios e normas complementares para a avaliação para as unidades educacionais da rede municipal de ensino de Campinas e das escolas privadas de educação infantil de instituições conveniadas com a Secretaria

Municipal.

Ainda neste contexto, o CEI trilha um caminho pautado com a responsabilidade, de tornar a Educação Infantil acessível a todas as crianças sem discriminação, tornando a escola um espaço de formação e de ensino de qualidade para todos, transformando seu espaço físico em um espaço inclusivo, de acessibilidade, de democracia, contribuindo para que todos tenham a oportunidade de desenvolver suas capacidades, nutrindo valores de respeito ao outro e às diferenças.

15.3.1. G. Objetivos da Educação Infantil e da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com os quais o CEI se relaciona e como se dão essas relações, tendo por base a organização multietária dos agrupamentos;

Objetivos da Educação Infantil

As Leis e Diretrizes Nacionais e Municipais retratam que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, devendo considerá-la como o centro do processo educativo, sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura.

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares (2010) “o objetivo da Educação Infantil é garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”.

Desde 2010, o Regimento Escolar Comum das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas (Portaria SME Nº 114/2010) já define como objetivos da Educação Infantil no Art.77.

I - o acesso a processos de elaboração, apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens por meio da “experienciação” de diferentes linguagens e de novas tecnologias;

II - o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças e adultos”.

Nesse sentido as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular do Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti tem como eixos norteadores as interações e as brincadeiras. Garantindo experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo, por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança. Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical, possibilitando experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, (DCNE 2010, p. 25).

A Educação Infantil no Município de Campinas segundo a Resolução SME Nº 10/2016 Art. 3º (publicada em 01 de setembro de 2016) com base na CME 01/2016, orienta que as propostas da Unidade Educacional devem ser planejadas de forma a assegurar a participação das crianças, famílias e educadores em suas ações educacionais, de modo a garantir:

I - relações sociais e culturais da criança com a vida e com o mundo, que incluem diferentes gêneros textuais e formas de expressão – corporal, gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

II - vivências narrativas de apreciação e interação, individual e coletivamente, com a linguagem oral e escrita, em meio a diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos no contexto das práticas sociais;

III - relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaços temporais a partir de contextos significativos que recriam as práticas

sociais da vida da criança, da família, dos educadores e da comunidade;

IV - relações com variadas formas de expressões artísticas: música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, teatro, literatura e dança;

V - vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos, dialogando com a diversidade humana, social e cultural;

VI - promoção de vivências com o conhecimento e a cultura, que explorem e estimulem a socialização entre sujeitos e grupos, por meio de uma educação integradora e inclusiva que responda às necessidades especiais de todas as crianças de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens e contextos socioculturais e espaciais, que se entrelaçam na vida social;

VII - interações que permitam a autonomia da criança no pensar e fazer com o outro, no cuidado pessoal, na auto-organização, na saúde, nutrição e bem-estar;

VIII - relações com o mundo físico e social, considerando o conhecimento da biodiversidade e a necessidade de sua preservação para a vida, no cuidado consigo, com o outro e com a natureza;

IX - interações com as manifestações e tradições culturais, especialmente as brasileiras e;

X - uso de recursos tecnológicos e midiáticos articulados a práticas sociais que ampliem as vivências das crianças com o conhecimento e a cultura.

As relações com os objetivos da Educação Infantil na prática do Centro de Educação Infantil se dão mediante a construção de propostas educativas que tem como princípio favorecer ações e experiências significativas nos diversos Tempos

e Espaços do CEI (Conforme Caderno Curricular Temático, Espaços e Tempos – 2014, do Município de Campinas), tendo como princípio as interações, brincadeiras, aliando ao cuidar e ao educar em todos os espaços e tempos, sendo o Caderno Temático um dos objetos de estudo oportunizado entre a equipe pedagógica em torno das práticas e os objetivos da Educação Infantil.

Diante disso, na prática as crianças do Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti participam diariamente de atividades ricas e significativas tais como: momento da história e da novidade, pintura, desenhos, brinquedos convencionais e não convencionais, acesso a atividades com o uso de elementos da natureza (água, areia, argila, folhas, gravetos, penas, pedras, e outros), momentos de dramatização, encenação, músicas de repertório infantil, palavra cantada e popular brasileira de acordo com o interesse e objetivo do momento, acesso ao uso de câmeras fotográficas, (podendo ser participantes dos registros).

As rotinas e planejamentos no CEI são elaborados coletivamente pelos educadores garantindo um espaço de experimentação, de interação e de socialização, entre crianças e crianças, crianças e adultos, entre os diferentes agrupamentos multietários, na perspectiva da educação inclusiva, voltada para o respeito às diversidades, acessibilidade e a construção da identidade e autonomia.

O educador enxerga a criança como portadora de verdades, desejos e que possui singularidades. Dispondo-se a escutá-la, não entendendo a educação infantil apenas como um começo de um processo, mas como um período que permite que as crianças se expressem enquanto sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Objetivos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

O Regimento Escolar Comum das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas (Portaria SME Nº 114/2010) define como objetivos da Educação Especial no Art.131:

“A Educação Especial tem como objetivo garantir e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, apoiando, complementando ou suplementando a sua formação escolar”.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo não somente assegurar a inclusão escolar física de alunos com necessidades especiais, mas de garantir o acesso a todas as crianças em suas diversidades o ensino especializado e de qualidade, que favoreça apropriação dos conhecimentos, o desenvolvimento pleno para participação ativa na sociedade e a construção da autonomia. Diante desses objetivos o Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti em consonância com as Diretrizes vigentes tem como objetivo:

- Favorecer e oportunizar a inclusão e a acessibilidade de todas as crianças e suas singularidades ao espaço escolar e ao ensino de qualidade;
- Desenvolver as potencialidades das crianças, considerando as especificidades;
- Assegurar os direitos de igualdade nas necessidades educacionais;
- Oferecer apoio pedagógico especializado;
- Oportunizar Ações Educacionais que favoreçam a formação Integral de todas as crianças respeitando as singularidades;
- Flexibilizar e adaptar as propostas educacionais;
- Promover a formação contínua dos profissionais na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Promover acessibilidade organizando e estruturando os Espaços e Tempos Educacionais;
- Favorecer a implementação dos objetivos da educação infantil, bem como desenvolvimento das habilidades: físicas, psicológicas, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

A unidade busca atender as crianças com Necessidades Especiais, em caráter prioritário conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Municipais visando igualdade de direitos, favorecendo um ambiente acolhedor, no atendimento, prezando pelo respeito às diversidades. O Projeto Pedagógico da unidade escolar foi elaborado, pensado e desenvolvido a partir das necessidades da infância, da educação para inclusão e do diálogo entre todos os coletivos, propiciando o convívio, a troca de saberes entre as crianças e os agrupamentos, nos diversos Espaços e Tempos, visando à experimentação, a socialização e construção de sua autonomia. Na prática isso acontece no Centro de Educação Infantil, por meio das atividades diárias entre as crianças, no desenvolvimento dos projetos institucionais, dos momentos de roda, de refeição, banho, brincadeiras dirigidas e livres, parques, entre outras.

Organização Multietária

A proposta de organização Multietária dos agrupamentos foi formalizada no Município de Campinas através da resolução SME nº. 23/2002, publicada em Diário Oficial do dia 13/11/2002.

Ao findar o ano letivo, teremos o cuidado de mantermos as crianças de um respectivo agrupamentos juntos para o próximo ano letivo, pensando na permanência, manter os vínculos e valorizar as amizades uma vez construídas por elas. Isso também se estende para os agentes de educação infantil, onde pelo menos um profissional acompanhará essas crianças no ano vindouro. Sabendo que uma criança de AG3, pode permanecer neste agrupamento por até três anos, a escola terá o cuidado de conduzir esses anos de aprendizados por meio de estratégias que venham nortear a trajetória dessas crianças, sem ocorrer quebras repentinas de vínculos. Buscaremos sempre conduzir as crianças a caminharem por esses agrupamentos focando na escuta e na necessidade em perpassar a trajetória da Educação Infantil de forma prazerosa e segura.

Para o ano de 2023 a organização Multietária aconteceu, conforme Resolução SME N° 012, de 01 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial do

Município em 02 de setembro de 2022, onde orienta-se que para fins de cadastro, planejamento de turmas, matrículas e rematrículas nas Unidades de Educação Infantil, as crianças serão organizadas em 3 (três) agrupamentos multietários, conforme as datas de referência que seguem:

Agrupamento I Integral	Crianças nascidas entre 01/07/2021 a 31/12/2023
Agrupamento II Integral	Crianças nascidas entre 01/11/2019 a 30/06/2021
Agrupamento III Parcial	Crianças nascidas entre 01/04/2017 a 31/10/2019

Planejamento para o ano de 2023

Entende-se que organização multietária na unidade é um efetivo aliado aos objetivos da Educação Infantil e da Educação Especial, sendo um excelente instrumento para a construção das experiências, com relações sociais/culturais, inclusão, diversidade, das descobertas, do desenvolvimento das potencialidades, da construção da identidade e da autonomia para exercício da cidadania.

As crianças são colocadas diante destas experiências nas atividades em sala, roda de música, roda de conversa, atividade de socialização no pátio da escola, nas refeições onde partilham do refeitório no coletivo, no parque e demais espaços externos da escola. É necessário entender a importância do trabalho multietário, para podermos não mais enxergar as dificuldades, de como lidar com crianças que usam e não usam fraldas, chupetas, que andam ou só engatinham. É preciso ver o que uma criança pode aprender com a outra, o que um bom planejamento pode influenciar no desenvolvimento da turma, mas ao mesmo tempo se atentando ao tempo específico de cada criança, as especificidades do coletivo e também de cada criança.

Essa organização proporciona para as crianças inúmeras aprendizagens, experiências e interações. Acredita-se que um grupo heterogêneo amplia potencialmente as oportunidades de realização de aprendizagens significativas pelas crianças, tendo em vista, que cada uma delas apresenta condições particulares de experimentar e se desenvolver. Rompendo com alguns paradigmas

da seriação, como a padronização, a hierarquização, a classificação e a distribuição das crianças por idade.

A proposta da organização multietária busca deixar de lado a ideia de ver as crianças como seres unicamente biológicos, que percorrem etapas definidas pela idade, ao mesmo tempo em que elas têm a possibilidade de aprender umas com as outras, nas trocas de experiências e informações a partir das ricas interações que elas estabelecem, expandido as possibilidades das produções coletivas.

Entendemos que com a organização Multietária promove-se inúmeras vantagens pedagógicas com as trocas de experiências e a convivência entre as idades e os agrupamentos nos diversos Tempos e Espaços, favorecendo as interações, a inclusão, acessibilidade, as brincadeiras, a experimentação, aliando o cuidar ao educar.

Oportunizando trocas de experiências, fortalecimento de vínculos, nas atividades do convívio diário, nas atividades planejadas ou nos momentos livres, nos espaços internos/externos, nos arredores da escola e nos momentos de alimentação.

15.3.1. H. Organização e utilização dos espaços educativos, considerando os subitens “15.3.1.C”, “15.3.1.D” e “15.3.1.E”

Compreendemos que a organização e utilização dos espaços educativos são de extrema importância e significado no processo de ensino e aprendizagem durante o desenvolvimento da proposta pedagógica, pois além de proporcionar à criança um ambiente saudável e seguro, organiza a vida e rotina da criança e do educador, facilitando a interação entre os pares, a organização, a utilização dos materiais e equipamentos, durante a realização do trabalho pedagógico e a participação das crianças na construção, organização, ambientação dos espaços, possibilitando que se sintam importantes, ouvidas e valorizadas.

No município de Campinas temos como orientação para a organização dos

espaços e tempos o “Caderno Curricular Temático”, intitulado “Espaços e Tempos na Educação Infantil”. Este documento nos possibilita ampliar o conhecimento sobre as concepções de educação, criança e infância, vivenciadas nas ações pedagógicas. Ações essas que evidenciam a importância da forma como os espaços e tempos são organizados nas unidades educacionais, deixando de lado a ideia de que a escola é reprodutora de conhecimentos e valorizando as produções das crianças, acreditando em suas potencialidades e autorias.

Neste sentido para atender as necessidades das crianças e da diversidade do currículo na educação infantil, continuaremos a organização dando significado aos espaços internos e externos da unidade escolar, que permitem as vivências sociais, o conhecer do corpo e seus diferentes movimentos, a imaginação, as expressões das múltiplas linguagens, o brincar de forma significativa, experimentos de diferentes vivências em contato com a natureza, vivências de práticas sociais, autocuidado, construção de novos conhecimentos, identidade cultural, possibilidades que favorecem o correr, pular, subir, descer, escorregar, jogar coletivamente, desenhar, esculpir, relacionar-se com a música e a literatura, comer, banhar, dormir, ouvir, ler e contar e recontar histórias.

Espaços da Unidade

Sala de Referência:

É importante que cada turma de criança tenha uma sala de referência na qual possa manter uma estreita relação de identificação. Este espaço precisa estimular as explorações, a socialização, a imaginação, a capacidade de expressões e que garanta a privacidade das crianças.

É preciso que este espaço seja seguro, acolhedor, organizado e adaptado às necessidades e interesses das crianças. Sabendo que todos os utensílios sendo eles: mesas, cadeiras, almofadas, lousa, quadros informativos, cabides para mochilas, prateleiras, tapetes, brinquedos, jogos, colchonetes, livros, relógio, quadro de nomes, painel, calendário, materiais pedagógicos, espelhos e outros

necessários, estejam sempre ao alcance das crianças. A organização dos espaços ambientes construídos na sala favorece diferentes interações entre as crianças.

Diante disso, cada turma tem a sua sala de referência, onde a criança tem o referencial dos professores e agentes de educação. Diariamente a criança é recepcionada pelos educadores nesta sala, onde recebem as orientações da rotina do dia.

Organização do material individual e coletivo – Os armários são organizados com o material do professor, material individual do aluno e material de uso coletivo.

Roda de Conversa/Assembleia – Promovemos momentos em que as crianças se reúnem e compartilham experiências vividas, histórias, histórias contadas, cantigas, etc.

Atividades Pedagógicas – Favorecem práticas educacionais das atividades planejadas diariamente.

Hora do descanso – Período de descanso após o almoço

Refeitório

O refeitório é o local onde as crianças além de reservar este tempo para a alimentação e socialização, aprendem a importância de se alimentar saudavelmente e assim comer com prazer. Conhece, manipula e explora a cor, o gosto, o cheiro e a textura sensorial dos alimentos oferecidos durante os diferentes momentos de descobertas, proporcionando sensação de prazer, bem-estar e confiança.

O CEI incentiva constantemente a prática da alimentação saudável e o auto-servimento, por meio do projeto “Alimentação saudável”, que tem como objetivo desenvolver a autonomia e a coordenação motora utilizando-se de estratégias para desenvolver e crescer saudavelmente.

O refeitório é visto como um espaço cultural, isto é, além da alimentação as crianças aprendem noções de nutrição, saúde e o cuidado com a natureza.

Além do refeitório para as crianças maiores, o CEI possui um espaço exclusivo para alimentação das crianças pequenas (bebês), um lactário, destinado

à recepção, limpeza, preparo, esterilização e distribuição de mamadeiras e alimentos das crianças de 0 a 1 ano de idade. Em suma, o objetivo principal do lactário em creche é fornecer alimentação apropriada e segura, do ponto de vista microbiológico e nutricional, garantindo a saúde das crianças.

Cada refeição é um momento importante e significativo onde as educadoras se preocupam em ensinar as crianças atitudes saudáveis, como:

- Lavar as mãos antes das refeições;
- Servir a quantidade ideal (para o auto-servimento), evitando assim o desperdício de alimentos;
- Realizar a refeição salgada antes da sobremesa (fruta ou doce);
- Utilizar um tipo de talher para cada alimento (colher, garfo, faca);
- Ter uma postura correta quando sentamos à mesa;
- Mastigar bem os alimentos;

Quiosques

Através das atividades realizadas no quiosque proporcionamos às crianças contato maior com a natureza, construção e expressão de múltiplas linguagens, brincadeiras, interação com outras crianças das mesmas e diferentes idades, através de atividades de motricidades, leituras ao ar livre, piqueniques, encenações de historinhas infantis e outras atividades sugeridas pelas crianças.

Palco e pátio coberto

Através das atividades no palco favorecemos as crianças a relacionar-se e representar saberes e conhecimentos sobre a linguagem artística cultural, social e de identidade, por meio das expressões corporais, orais e faciais. Estimulamos e desenvolvemos a aquisição da função simbólica, externando ideias, atribuindo sentidos e compreensão do mundo, por meio da linguagem artística cultural.

Este espaço é pensado e organizado para o uso do cotidiano em atividades de:

- Encenação e apresentação de conteúdos cênicos;
- Apresentações musicais;
- Musicalização;
- Declamação com parlendas, trava-línguas, poemas, poesias e rimas;
- Trabalho e apresentação de danças diversas/culturais/folclóricas;
- Trabalho com expressões faciais;
- Canto individual e coletivo;
- Cantinhos Pedagógicos no pátio - o trabalho tem como objetivo mostrar a maneira mais adequada com diversificação e organização dos cantos temáticos para possibilitar a autonomia e as possibilidades de aprendizagens das crianças. Sabemos que não adianta só organizar, é necessário também que o espaço com os “cantinhos pedagógicos” permita a movimentação das crianças e a descentralização do adulto, esperando que o professor tenha sua proposta voltada para o bem-estar da criança.

Áreas Externas

- Casinha de Bonecas - Jogo simbólico;
- Tanques de areia;
- Playground - atividades de psicomotricidade, trabalho com cores, formas e brincadeiras livres.

Brinquedos – Área interna e externa

É importante ter em mente a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança. O educador que realiza seu trabalho pedagógico na perspectiva lúdica observa as crianças brincando e faz desta ocasião para reelaborar suas hipóteses e definir novas propostas de trabalho.

Percebe que o melhor jogo é aquele que dá espaço para a ação de quem brinca e instiga e engendra mistérios. No brincar ocorre estimulação da atividade mental e psicomotora da criança, desencadeia questionamentos e sugestões de

ações. Brincar é o momento mais propício para o educador observar as ações das crianças e seus conhecimentos e sentimentos; portanto o educador nunca deve aproveitar este momento para realizar outras atividades (conversar com os colegas ou merendar). O educador infantil deve inspirar ludicamente sua atuação.

Atividades desenvolvidas no brincar

Jogo simbólico

- ✓ Fantoche
- ✓ Carrinhos / Bonecas;
- ✓ Jogos com letras e palavras;
- ✓ Jogos com algarismos e números;
- ✓ Assistir filmes e desenhos;
- ✓ Atividades e Brincadeiras relacionadas aos temas trabalhados nas salas de referência;
- ✓ Leitura de histórias, fábulas e lendas;
- ✓ Apreciação de figuras diversas;
- ✓ Construção de histórias coletivas;
- ✓ Atividades relacionadas às histórias lidas;
- ✓ Oportunidade de manuseio de livros e revistas;
- **Quadra de esporte**

Nesse espaço são empreendidas ações relacionadas ao desenvolvimento psicomotor e às relações interpessoais envolvendo todas as crianças, dentro da proposta temos:

- ✓ Brincadeiras de roda;
- ✓ Brincadeiras de infância (amarelinha, pega-pega, seu mestre mandou, esconde- esconde etc, resgatando as brincadeiras da infância);
- ✓ Apresentações teatrais;
- ✓ Atividades Esportivas e recreativas;
- ✓ Atividades de Psicomotricidade;
- ✓ Jogos Cooperativos;
- ✓ Trabalho com cores e formas, brincadeira livre, estímulos, sensações, elementos da natureza;
- ✓ Jogo simbólico/faz de conta.

- **Banheiros e circuitos de banhos**

Estes espaços também são foco de aprendizagem, interação e conhecimento. Neles as crianças recebem atenção, instruções do educador de higiene e cuidado corporal e bucal.

A unidade possui banheiros adaptados acessíveis e rampas de acesso, que oferecem oportunidade de crianças que apresentarem dificuldades físicas ou motoras se locomoverem e participarem dos momentos de cuidado e higiene, e/ou de todas as atividades propostas.

Sabemos que quando as crianças têm a oportunidade, nem sempre usam os espaços exatamente de acordo com os propósitos pré-determinados pelos adultos que os equiparam; em outras palavras, as crianças não pulam somente na área de movimento, elas não “brincam de casinha” somente no cantinho que representa o lar, e assim por diante. As crianças são nômades da imaginação e ótimas manipuladoras do espaço: elas amam construir, mover e inventar situações.

Materiais e mobílias também são recriados pelas crianças, com sua capacidade enorme de projeção imaginativa durante as brincadeiras. As crianças criam uma variedade de relações com esses materiais, às vezes usando-os para o propósito para o qual foi projetado, mas outras vezes de maneiras totalmente diferentes da ideia original.

Há certas áreas da escola que nunca chamarão atenção do adulto, mas que com certeza assumirão um valor especial quando ocupadas autonomamente pelas crianças. O chão é um espaço aberto, uma espécie de canteiro de obras que pode ser montado e desmontado, uma página em branco que pode ser desenhada e apagada facilmente.

A importância do brincar com materiais heurísticos, materialidade não estruturada, elementos da natureza, amplia as possibilidades de criação mental, dando significado às produções e ressignificando as mesmas. Criar, imaginar, descobrir, experienciar faz parte da natureza infantil.

Baseado nessa crença das infinitas possibilidades que os espaços de um Centro de Educação Infantil devem promover para as crianças, é que desenvolvemos o trabalho no CEI José Aristodemo Pinotti.

A organização do ambiente escolar, objetiva atender de forma dinâmica, aprendizagens que unem o direito das interações e vivências, permitindo a construção da autonomia das crianças para além da sala de aula. Para que as diferentes turmas do CEI possam utilizar os espaços coletivos, torna-se necessário estabelecer uma rotina, com horários definidos para cada

agrupamento. Embora a rotina nos ajude a prever e planejar os acontecimentos do dia, sabemos que as crianças são imprevisíveis e singulares e, portanto, têm ritmos e necessidades diversas, por isso o planejamento e a organização escolar não é engessada, mantemos um olhar atento e uma escuta sensível a necessidades das crianças e dos agrupamentos.

15.3.1. I. Plano de formação em serviço dos professores nos TPEPs, contemplando a organização dos horários e temáticas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais, sob coordenação de um membro da equipe gestora, preferencialmente, o orientador pedagógico;

Considerando que do ponto de vista legal a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art.29), faz-se necessário qualificar os profissionais da educação com princípios que contribuam com as práticas educacionais e o desenvolvimento pleno das potencialidades infantis.

Norteados por esta concepção, a formação dos Docentes quando em congruência com a proposta educacional, possibilita diálogo, desafio, reflexão, avaliação, planejamento, replanejamento que favorecem e enriquecem as ações educativas, aprimorando e desenvolvendo sua própria identidade e prática educacional.

“A formação docente é um percurso formativo que encadeia um elo a outro de um diálogo estabelecido entre as partes de um todo, de tal forma que se mesclam em seus percursos e recompõem a sintonia de um conjunto, como em uma orquestra”. (PROENÇA, 2018, pág 16)

Baseados no fato de que os profissionais docentes que trabalham diretamente com as crianças têm garantido em sua jornada de trabalho, o TPEPs (Trabalho Pedagógico entre os pares), o Termo de Referência Técnica (2023/2025), Edital

SME nº 02/2023, estabelece – 02 (duas) horas semanais para cada jornada de 20 horas. Para os Professores essas horas devem necessariamente ser cumpridas antes ou após o período letivo (antes/após o horário de atendimento às crianças) para discussão e reflexão das práticas pedagógicas à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais para a Educação Infantil e da literatura específica.

Os Docentes contratados para atuar nos dois períodos, ou seja, com dois contratos de 20 (vinte) horas, totalizando 40 (quarenta) horas de trabalho com as crianças, realizam, além das duas horas consecutivas de TPEPs (Trabalho Pedagógico entre pares), 02 (duas) horas por semana com, no mínimo, 01 (uma) hora consecutiva de estudo por dia. Estas horas são garantidas para o trabalho com atendimento às famílias, registros, estudos complementares, (re) planejamento, organização dos projetos e confecção de materiais para o trabalho com as crianças.

Os tempos e espaços destinados às reflexões e avaliação entre pares, visando a construção dos conhecimentos e o desenvolvimento do trabalho com as múltiplas linguagens, que subsidiam o fazer pedagógico no CEI – Prof. José Aristodemo Pinotti são organizados da seguinte forma:

Categoria	Jornada de Trabalho 1º Período	Jornada de Trabalho 2º Período	Formação/ Tempos Pedagógicos entre pares. 02 horas Semanais	Horários de planejamentos, Registros e atendimento às famílias. Professor 40h
Professor de Educação Infantil 40 (quarenta) horas de trabalho mais 02 (duas) horas de	07h às 11h	13h às 17h	Terças-Feiras 17h às 19h	Quarta feira 11h às 12h Quinta-feira 11h às 12h

formação e 02 (duas) horas para planejamento e atendimento às famílias				
---	--	--	--	--

Categoria	Jornada de Trabalho 1º Período	Jornada de Trabalho 2º Período	Formação/ Tempos Pedagógicos entre pares. 02 horas Semanais	Horários de planejamentos, Registros e atendimento às famílias. Professor 40h
Professor de Educação Especial 40 (quarenta) horas de trabalho mais 02 (duas) horas de Formação e 02 (duas) horas para planejamento e atendimento às famílias	07h às 11h	13h às 17h	Terças-Feiras 17h às 19h	Quarta feira 11h às 12h Quinta-feira 11h às 12h

As reuniões pedagógicas são planejadas, executadas e avaliadas pela Orientadora Pedagógica, contando efetivamente com a participação e apoio da Direção. Diante disso, o Orientador Pedagógico tem como responsabilidade, planejar, orientar, executar e avaliar a participação da equipe, atuando como mediador das construções coletivas do grupo, promovendo momentos de estudos, troca de experiências, diálogos, avaliação e discussão sobre o desenvolvimento do Projeto Pedagógico da escola.

A Avaliação Institucional Participativa (AIP), assim como a Gestão Democrática é um recurso e também um tema, que faz parte dos momentos de formação, e preza pela capacitação, formação e superação de problemas da unidade escolar, bem como a melhoria da qualidade educacional, delimitando um objetivo em comum.

O acervo de livros selecionados são escolhidos pontualmente pela Gestão Pedagógica e Corpo Docente, de forma que atenda às necessidades, auxilie com reflexões, aprendizagens da equipe quanto a práticas/ações pedagógicas e possíveis dificuldades.

Teremos como base de estudos Livros e Leis que direcionam as práticas pedagógicas aos objetivos que integram a Educação Infantil, como:

- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil;
- Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- Caderno Espaços e Tempos na Educação das Crianças;
- Modalidades Organizativas;
- O Projeto Pedagógico na Creche e a sua Avaliação a qualidade negociada – (Anna Bondioli, 2013);
- Prática Docente – A Abordagem de Reggio Emília e o Trabalho com Projetos, Portfólios e Redes Formativas – (Maria Alice Proença, 2019);

- Avaliação e Educação Infantil – (Jussara Hoffmann);
- As Cem Linguagens da Criança vol. 1 e 2 (Carolyn Edward, Lella Gandini e George Forman, 2016);
- Etapas do desenho infantil;
- Projetos Pedagógicos na Educação Infantil - (Maria Carmen Silveira Barbosa; Maria da Graça Souza Horn, 2008);
- Documentação Pedagógica teoria e prática – (Suely Amaral Mello; Maria Carmen Silveira Barbosa; Ana Lúcia Goulart de Faria, 2017);
- Registros na Educação Infantil pesquisa e prática pedagógica – (Luciana Esmeralda Ostetto, 2019);
- Estudos sobre Avaliação Institucional Participativa (AIP);
- Estudos sobre Gestão Democrática;
- Estudo sobre Alimentação Saudável.

- DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil.

- KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela (orgs). Infância e educação infantil.

- MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.

- RICHTER, Sandra. Criança e pintura: ação e paixão do conhecer.

Os encontros de formação no CEI Prof. José Aristodemo Pinotti tem como objetivo estimular a reflexão contínua do corpo docente, assegurando uma ação efetiva, conseqüentemente promovendo aprendizagens significativas às crianças.

Ao investirmos na capacitação docente, promovemos qualidade, eficiência e progressos para a instituição, pois a qualificação dos professores influenciará diretamente nas práticas/ações educacionais, sucessivamente refletindo nas relações sociais.

O Artigo 67 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece que:
Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes (...) aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (...) período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; (Art. 67 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996).

Visando a ampliação de conhecimentos sobre assuntos que englobam a Educação e ramificações, os profissionais são estimulados a participarem de cursos oferecidos pela Coordenadoria Setorial de Formação (SME), Palestras, Seminários, Simpósios, Fóruns, Oficinas, Treinamentos externos de modo que complemente sua qualificação profissional.

“A formação em serviço, efetivada no lócus de atuação do sujeito-educador, a escola, pode se transformar em um espaço central de reflexão e melhoria qualitativa do trabalho realizado por um grupo que se percebe como agente de mudanças significativas no contexto institucional, a partir de trocas interativas de fazeres e saberes da prática pedagógica cotidiana”. (PROENÇA, p. 25)

As Reuniões de formações em tempos e trabalhos pedagógicos (TPEPs - Trabalho Pedagógico entre pares) são devidamente registradas em ATA, pontuando os assuntos dialogados, contribuições e reflexões coletivas,

avaliando continuamente o aperfeiçoamento dos profissionais quanto o fazer pedagógico, oportunizando diagnósticos e replanejamento dos assuntos formativos.

15.3.1. J. Plano de formação em serviço dos agentes de educação infantil nos TPEPs, contemplando a organização dos horários e temáticas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais, sob coordenação de um membro da equipe gestora, preferencialmente, o orientador pedagógico.

O Espaço e o Tempo para formação continuada das Agentes de Educação Infantil são voltados para a discussão, reflexão e conhecimento de temas e assuntos que representem desafios ao trabalho pedagógico no cotidiano das relações entre profissionais, crianças e famílias. Diante das reflexões vivenciadas a avaliação é constantemente realizada com objetivo de construir conhecimentos que subsidiarão o fazer pedagógico e a partir das demandas definidas no grupo, visando a qualidade na prestação do serviço de atendimento às crianças e a comunidade escolar.

A formação de um educador é um processo contínuo, fazendo-se necessária a reflexão, investigação e avaliação do processo educativo.

É de suma importância sistematizar os conhecimentos e compreender os saberes específicos para cada idade, ou seja, o desenvolvimento das linguagens, as possibilidades de documentação, o uso dos materiais, os espaços para as ações educativas, as singularidades das crianças, motivando os aprendizados, possibilitando reflexões, construção de novos conhecimentos, elaboração de ideias, que conseqüentemente refletirá nas práticas cotidianas.

A equipe de Agentes é dividida em duas turmas, seguindo o planejamento das normativas instituídas – Termo de Referência Técnica 2023 que estabelece – 2h semanais para TPEP (Trabalho Pedagógico entre pares), no início ou final do

período.

Categoria	Jornada de Trabalho 32 horas semanais – 6h diárias	Formação entre pares 2 horas consecutivas
Agente de Educação Infantil 32 horas 30 horas de Trabalho com as crianças e 2 horas de formações.	7h às 13h	Quintas- feiras 14h às 16h
Categoria	Jornada de Trabalho 32 horas	Formação entre pares 2 horas consecutivas
Agente de Educação Infantil 32 horas 30 horas de Trabalho com as crianças e 2 horas de formações.	12h às 18h	Quintas- Feiras 9h às 11h

A organização dos assuntos abordados com a Equipe de Agente Educacional é compreendida por subsídios informativos, práticos e reflexivos.

Pontuamos alguns assuntos pertinentes para o conhecimento dos profissionais que atuam na Área Educacional do CEI Prof. José Aristodemo Pinotti:

- Contação de histórias na Educação Infantil: por que é importante?
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil;
- Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional

Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;

- Caderno Espaços e Tempos na Educação das Crianças;
- Regimento Escolar Comum das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas;
- Regimento Interno da Unidade Escolar;
- Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil – MEC
- Práticas Comentadas para Inspirar – Formação do Professor de Educação Infantil, Creche o a 3 anos e 11 meses – (Joyce M. Rosset, Maria Helena Webster, Joyce Eiko Fukuda, Lucila Almeida, 2017);
- Cadê? Achou! Educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da Creche – (Aline Pinto, 2018);
- Comunicação Não-Violenta – Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais - (Marshall B. Rosenberg);
- Afinal, o que os bebês fazem no berçário – Comunicação, autonomia e saber- fazer de bebês em contexto de vida coletiva (Paulo Fochi, 2015);
- Brinquedos e Brincadeiras na Creche – Manual de Orientação Pedagógica – MEC.
- Estudo sobre Alimentação Saudável;
- Estudos sobre Gestão Democrática;
- Estudos sobre Avaliação Institucional Participativa (AIP).
- DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil.
- KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela (orgs). Infância e educação infantil.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas

e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.

- RICHTER, Sandra. Criança e pintura: ação e paixão do conhecer.

Os assuntos referidos são flexíveis, podendo ser adaptados conforme as demandas cotidianas. A Equipe de Agentes de Educação Infantil tem autonomia para indicar proposições, e temas que considerem importantes que agreguem conhecimentos coletivos.

As formações (TPEPs) Trabalho Pedagógico entre pares são registradas em ATA e também em portfólios feitos pelas agentes de educação infantil, abrangendo os assuntos dialogados, participantes, contribuições e sugestões.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) , dispõe que os programas de formação continuada tem a incumbência de promover condições de reflexão sobre a prática docente e tomar decisões quanto às melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades. (LDB)

Considerando que as formações possuem especificidades formativas, observamos cotidianamente se os objetivos dos encontros estão sendo considerados perante as ações educativas, sejam eles a garantia do desenvolvimento integral, o cuidado nos fazeres pedagógicos, a inclusão de todas crianças na perspectiva de interação e socialização com o todo, sejam na acessibilidade de materiais, espaços, objetos e brinquedos, o favorecimento ao conhecimento das múltiplas culturas, o respeito a dignidade, singularidade, escuta, diálogo com as crianças e famílias, e condições de relacionar-se em um espaço limpo, seguro e organizado.

É pertinente ressaltar que todas as ações dentro do contexto escolar têm caráter educativo, formativo e reflexivo, portanto as agentes educacionais são

convidadas ou por vezes convocadas a participarem de seminários, palestras, fóruns, exposições culturais, entre outros, de modo a agregar conhecimento, diálogos e questionamentos, assuntos relevantes a serem discutidos de forma construtiva no ambiente educacional.

15.3.2. Gestão Democrática

15.3.2. A. Concepção, especificando as teorias com as quais o CEI se relaciona e como se dão essas relações;

A estrutura e o funcionamento da organização escolar é o modo como a escola se organiza nas instâncias administrativas, financeiras, pedagógicas e como se dá o funcionamento da mesma nos seus vários setores, objetivando o cumprimento da função social e a qualidade das aprendizagens no contexto escolar.

Paro (1996) indica que a administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro. A gestão da organização escolar deve ter como foco principal a formação humana e a construção da identidade.

Com a finalidade de reestruturar a gestão, tornando o trabalho coletivo dinâmico e ampliando as competências entre todos os participantes da comunidade escolar, foi necessária uma adaptação ao modelo de gestão, tornando-a mais democrática.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB 9394/96 explicita os princípios que norteiam a Gestão Democrática.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as



suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Gestão Democrática na unidade escolar é representada pela participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, crianças e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Participando diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação), ou seja, todos participam ativamente no que diz respeito à construção do Projeto Pedagógico, Plano de Trabalho, Avaliações Pedagógicas e também quanto às questões de natureza burocrática da unidade escolar. A voz dos integrantes da escola se dá nas reuniões semanais de agentes e professores, reuniões pedagógicas, reuniões de Conselho Escolar, CPA, e, nos diálogos do dia a dia. As famílias participam desde a escolha de temas dos projetos, bem como no desenvolvimento dos mesmos e ao final avaliarão cada tema e projeto trabalhado.

Por meio da construção da corresponsabilização daquilo que acontece na unidade educacional, assim como o planejamento conjunto nos espaços de discussão e decisão, como o Conselho de Escola e CPA são fundamentais para a concretização da gestão democrática.

As reuniões de Conselho acontecerão trimestralmente conforme descritos no calendário escolar da unidade. Todos os membros efetivos e suplentes serão convidados a participarem das reuniões.

Acreditamos que no sentido de avaliar e construir juntos, a CPA também fortalece o trabalho da escola.

Tivemos logo no início das atividades o objetivo de instituir a Gestão Democrática na organização e no funcionamento e em todas as dimensões

escolares, tendo como finalidade garantir a participação, o pluralismo, à autonomia e dar transparência às ações e atos da escola junto aos pais, crianças, equipe educativa e equipe de apoio.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica no capítulo III Pag. 77 evidenciam a finalidade da Gestão Democrática.

Art. 55. A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola mediante:

I – a compreensão da globalidade da pessoa, enquanto ser que aprende, que sonha e ousa, em busca de uma convivência social libertadora fundamentada na ética cidadã;

II – a superação dos processos e procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância: os planos pedagógicos, os objetivos institucionais e educacionais, e as atividades de avaliação contínua;

III – a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjuntas;

IV – a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais;

V – a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se

compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas;

VI – a presença articuladora e mobilizadora do gestor no cotidiano da escola e nos espaços com os quais a escola interage, em busca da qualidade social das aprendizagens que lhe caiba desenvolver, com transparência e responsabilidade.

Pautados nas orientações declaradas nas Diretrizes Nacionais entendemos que a escola além de permitir a participação dos colegiados e da comunidade escolar (pais, crianças, equipe educativa e equipe de apoio) na definição, implementação e na avaliação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, precisa ter evidente a importância de escutar as crianças, de respeitar o exercício de suas habilidades motoras, sociais e cognitivas, ter essa escuta como um gesto sensível, como um processo que demanda atenção, cuidado e, principalmente, disponibilidade, não só de tempo, mas também de afeto.

15.3.2. B. Plano de Ação da Gestão Educacional, apresentando as ações da gestão para o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do CEI, contendo o plano da equipe gestora e também de cada gestor individualmente e as formas de avaliação;

A Gestão Educacional tem a função de administrar toda a escola, buscando atender as demandas de todos os setores. Desde as práticas pedagógicas, estrutura física, recursos humanos, questões administrativas, financeiras, relacionamentos com as famílias, órgãos colegiados, além de prezar pelo clima organizacional.

A constante presença da equipe gestora é de suma importância em todas as situações que envolve os fazeres pedagógicos, administrativos, financeiros e de recursos humanos, pois compreende que é na atuação direta, dando suporte aos educadores, funcionários, educandos e famílias, que se promovem bons

resultados.

Partindo deste pressuposto na unidade do CEI – Prof. José Aristodemo Pinotti o Plano de Ação da Gestão Educacional está pautado em uma concepção democrática, estruturada em concordância às normativas estabelecidas pela SME, que visam a qualidade da educação oferecida pela mesma junto às crianças e as famílias.

“A gestão escolar constitui um modo de articular pessoas e experiências educativas, atingir objetivos da instituição escolar, administrar recursos materiais, coordenar pessoas, planejar atividades, distribuir funções e atribuições. Em síntese, se estabelecem, intencionalmente, contatos entre as pessoas, os recursos administrativos, financeiros e jurídicos na construção do projeto pedagógico da escola. A gestão democrática, por sua vez, requer, dentre outros, a participação da comunidade nas ações desenvolvidas na escola. Envolver a comunidade escolar e local é tarefa complexa, pois articula interesses, sentimentos e valores diversos. Nem sempre é fácil, mas compete às equipes gestoras pensar e desenvolver estratégias para motivar as pessoas a se envolver e participar na vida da escola”.(CONSED, 2001).

É essencial em um plano de gestão estabelecer objetivos e metas a partir das prioridades definidas e de acordo com a realidade escolar, sendo assim, o CEI Prof. José Aristodemo Pinotti, realiza a análise criteriosa da realidade do entorno, destacando as principais demandas, partindo deste levantamento as metas e as ações foram construídas e Integradas no Projeto Pedagógico da Unidade Educacional.

O Plano de Ação também é visto como uma estratégia para que a escola planeje, execute, monitore e avalie as necessidades e diagnósticos levantados. Temos como objetivos oportunizar a Gestão Democrática, em todos os segmentos, Pedagógicos, Administrativos/Financeiros e de Recursos Humanos, bem como:

- Desenvolver ações da Gestão Educacional que vise a Gestão Democrática,

nos segmentos Pedagógicos, Administrativos, Financeiros, Recursos Humanos e de Integração Social e Cultural. Garantindo também que as metas propostas neste Plano de Trabalho sejam cumpridas em sua totalidade.

- Gerir a construção, implementação e avaliação do projeto pedagógico da unidade;
- Possibilitar a participação da comunidade escolar, órgãos colegiados nos processos da escola;
- Prezar pelo trabalho coletivo, colaborativo e solidário promovendo a educação integradora e inclusiva;
- Gerir os processos avaliativos e de registros da trajetória de desenvolvimento das crianças;
- Gerir os conflitos por meio dos diálogos;
- Articular as questões administrativas, financeiras, pedagógicas, de recursos humanos, a fim de garantir o clima organizacional harmonioso na unidade escolar;
- Planejar e zelar pelo cumprimento do calendário escolar da unidade;
- Promover a gestão do tempo, rotina escolar e do espaço;
- Favorecer a gestão das interações sociais internas, externas, intersetoriais e comunitárias;

- Facilitar a gestão dos saberes escolares, garantindo ações que favoreçam as relações sociais e culturais, o desenvolvimento das linguagens da infância, os gêneros textuais, as relações quantitativas, de medidas formas e noção espacial, relação com as várias formas de expressão artística, interações que favoreçam autonomia e identidade;
- Garantir um plano de formação de professores e agentes de educação infantil focado na gestão dos saberes escolares, das informações e dos conhecimentos. Este plano deve atender as necessidades de conhecimento e informação necessários para o desenvolvimento do trabalho educativo, para que este venha suprir as necessidades das crianças em todos os aspectos, em concordância com as Diretrizes Curriculares Municipais e Nacionais;
- Gestão de recursos materiais e de infraestrutura e da alimentação.

A gestão do CEI é composta pelo Diretor, Vice Diretor e Coordenador Pedagógico, seguindo as orientações descritas no Termo de Referência Técnica 2023/2025.

Acreditamos na importância do trabalho coletivo, com diálogos e compartilhamentos entre a gestão da escola. Buscando consensos nas decisões e resultados dos trabalhos realizados pelos diferentes setores. Apesar desta percepção em relação a importância do entrosamento entre a gestão, existem metas que demandam ações que competem a cada integrante deste setor. Como descrito nos planos que seguem:

Plano de Ação Direção Escolar

Metas	Ações para o cumprimento das metas
<p>Gerir o planejamento e a elaboração do Projeto Pedagógico da unidade educacional, bem como sua implementação e avaliação;</p>	<p>Responsabilizar-se, logo no início do ano, em acolher e reunir o coletivo de funcionários, representantes de todos os seguimentos da escola e pais para realizar uma pesquisa abordando as áreas sociais, econômicas e culturais, para coleta de dados que contribuirá na elaboração do Projeto Pedagógico do CEI;</p> <p>Facilitar a presença das famílias na escola envolvendo-as no planejamento, elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político da unidade educacional. Construir conjuntamente os meios e estratégias para a troca de informações;</p> <p>Criar possibilidades para que as famílias participem do cotidiano de seus filhos através dos projetos e atividades que serão trabalhadas ao longo do ano letivo, trazendo assim as suas contribuições;</p> <p>Cumprir as orientações da SME para a inserção do Projeto Político Pedagógico em sistema informatizado e após homologado, divulgá-lo à comunidade escolar;</p> <p>Facilitar e mediar a construção dos espaços e tempos para reflexões e avaliações das ações educativas, apresentadas no Projeto Pedagógico, por meio das reuniões de Conselho de Escola, Comissão Própria de Avaliação, reuniões de pais, reuniões pedagógicas e</p>

	<p>reuniões entre pares;</p> <p>Promover o planejamento e o replanejamento, quando necessário, através de contínua reflexão e avaliação das propostas realizadas.</p>
--	---

<p>Planejar, elaborar e cuidar para o cumprimento do Calendário Escolar da unidade;</p>	<p>Responsabilizar-se pelo planejamento e elaboração coletiva do Calendário Escolar, obedecendo ao disposto em Resoluções específicas da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>Coordenar reuniões de planejamento da equipe educacional na composição do Calendário Escolar definindo as datas para os eventos, reuniões, entre outros, de acordo com o Projeto Pedagógico da unidade;</p> <p>Inserir o Calendário no sistema informatizado sob orientação de órgãos competentes;</p> <p>Divulgar o Calendário Escolar à comunidade escolar assim que for homologado através de comunicados, murais e em reuniões;</p> <p>Comunicar a Supervisão Educacional via ofício quando houver a necessidade de alguma alteração no Calendário;</p> <p>Assegurar o cumprimento dos duzentos dias letivos estabelecidos no Calendário Escolar bem como as atividades nele declaradas.</p>
---	--

<p>Mobilizar e integrar as famílias, a comunidade escolar e os órgãos colegiados no processo educacional;</p>	<p>Gerir a implementação dos colegiados: Conselho de Escola e Comissão Própria de Avaliação (CPA). Logo no início das atividades escolares, instituir os colegiados de acordo com as exigências de documentos legais;</p> <p>Envolver as famílias como coparticipantes do processo educacional e integrá-las aos órgãos: Conselho de Escola e CPA;</p> <p>Garantir o cumprimento das reuniões dos colegiados nas datas declaradas no Calendário Escolar e participar das mesmas;</p> <p>Mediar os conflitos de interesses que são inerentes ao trabalho coletivo através do diálogo, respeitando as diferenças, primando pela transparência e pelo bom clima organizacional;</p> <p>Manter relações de respeito, diálogo e escuta cotidiana das famílias, valorizando e considerando os seus saberes na corresponsabilidade na educação das crianças.</p>
---	---

<p>Conduzir e planejar a rotina escolar, organizando-a nos tempos e espaços educativos, ressaltando a importância dos registros e de processos avaliativos;</p>	<p>Responsabilizar-se pelo acompanhamento do controle e registro da frequência dos profissionais da unidade educacional;</p> <p>Realizar os termos de abertura e de encerramento para os livros onde serão feitos os registros de ocorrências, deliberações, resoluções e decisões em reuniões que ocorrerão no espaço escolar;</p> <p>Averiguar sistematicamente as documentações dos funcionários, documentos relativos a bens patrimoniais da escola, registros escolares, incluindo o diário de classe dos professores;</p> <p>Garantir a organização dos prontuários das crianças, averiguando sistematicamente se estão em concordância com as disposições legais da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>Responsabilizar-se pela manutenção, guarda e arquivo de históricos e documentos da Unidade Educacional;</p> <p>Construir, conjuntamente com os educadores, registros escritos, fotográficos e vídeos sobre o trabalho desenvolvido pela equipe ao longo do ano, como forma de avaliar o trabalho desenvolvido;</p> <p>Responsabilizar-se pelo cumprimento de orientações técnicas da vigilância sanitária e epidemiológica junto a Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>Acompanhar o Relatório Individual da Trajetória Educacional de cada criança junto ao Orientador Pedagógico até a sua inserção no sistema informatizado;</p>
---	---

	<p>Possibilitar aos responsáveis pelas crianças, acesso e ciência as exigências legais dispostas sobre cadastramento, matrícula, rematricula, frequência escolar entre outros;</p> <p>Garantir que todos os espaços da escola possam ser utilizados pelas crianças.</p>
--	---

<p>Promover a educação de forma integradora e inclusiva para todas as crianças, valorizando o trabalho coletivo, participativo e colaborativo;</p>	<p>Garantir que o processo de inclusão seja integrado de forma responsável e efetivo nos espaços e na prática das atividades diárias desenvolvidas na unidade;</p> <p>Garantir a educação especial na concepção de uma educação de inclusão, proporcionando interações, socializações, relações de afeto, confiança e de respeito;</p> <p>Promover com a equipe educativa eventos para socialização entre escola e família, a fim de estreitar vínculos e firmar parcerias para juntos atender as necessidades das crianças;</p> <p>Assegurar que as crianças tenham momentos de interações entre seus pares, participem de brincadeiras, desfrutem dos espaços físicos de toda a escola, se envolvam em atividades lúdicas, musicais e teatrais;</p> <p>Garantir medidas de acessibilidade para crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;</p>
--	--

<p>Organizar e administrar os recursos materiais, de infraestrutura e da alimentação escolar;</p>	<p>Participar de reuniões, cursos, palestras, seminários sempre que for solicitado pelo NAED - Núcleo de Ação Educativa Descentralizada;</p> <p>Prezar pela limpeza e conservação dos espaços físicos da escola e pelo uso criterioso e consciente de materiais de consumo;</p> <p>Acompanhar e assegurar o cumprimento das orientações e exigências dos órgãos competentes sobre manipulação de alimentos, cuidados de higienização pessoal e do espaço para preparo das refeições e refeitórios;</p> <p>Manter contato com o Departamento de Alimentação Escolar/Central Estadual de Abastecimento, CEASA/Campinas, para possíveis necessidades e orientações e para entrega de documentações solicitadas;</p> <p>Zelar pela estrutura física da unidade e de seus equipamentos e encaminhar, caso necessário, proposta de modificações na infraestrutura aos órgãos competentes;</p> <p>Organizar treinamentos anuais: PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Primeiros Socorros para toda a equipe educacional;</p> <p>Solicitar periodicamente ao órgão competente, de acordo com cronograma pré-estabelecido pela unidade, respeitando o período de manutenção, a realização da limpeza da caixa de gordura, limpeza da caixa d'água, dedetização, corte de grama e troca de filtros.</p> <p>Assegurar o cumprimento da exigência de uso de</p>
---	--

	<p>equipamento de proteção individual, necessários ao desempenho de cada função e com a OSC (Organização da Sociedade Civil) garantir a reposição desses equipamentos;</p> <p>Garantir a participação da equipe de cozinha em reuniões, palestras e treinamento fornecidos pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar através do CEASA e Coordenadoria de Nutrição;</p> <p>Garantir, se necessário, junto ao departamento responsável da OSC (Organização da Sociedade Civil) o encaminhamento do documento Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) à Previdência Social;</p> <p>Elencar as demandas necessárias de materiais de limpeza e pedagógicos (jogos, brinquedos e livros);</p>
--	--

<p>Facilitar a gestão das interações sociais intersetoriais e comunitárias;</p>	<p>Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação educacional vigente e atender as orientações e recomendações da supervisão educacional;</p> <p>Definir, em conjunto com a equipe educativa e colegiados, propostas de atividades de integração, visando ampliar o conhecimento e a aprendizagem das crianças por meio dos projetos que serão trabalhados no decorrer do ano;</p> <p>Garantir uma gestão democrática e participativa de forma efetiva, a todos os envolvidos nos processos de avaliação e decisões para aprimorar a qualidade do ensino oferecido pelo CEI;</p> <p>Envolver os pais ou responsáveis e a comunidade em ações intersetoriais, fortalecendo o vínculo e a parceria escola-família-comunidade;</p> <p>Manter com prioridade, o diálogo como meio de comunicação efetiva com os pais ou responsáveis e também com a comunidade escolar;</p> <p>Dispensar tratamento de qualidade com dignidade, respeito e igualdade às crianças, pais, responsáveis e demais cidadãos da comunidade;</p> <p>Responsabilizar-se pela articulação do processo de implementação e avaliação institucional do CEI.</p>
---	--

<p>Assegurar a articulação e a indissociabilidade dos aspectos pedagógicos, financeiros, administrativos e de recursos humanos;</p>	<p>Garantir que quadro de funcionários esteja completo de acordo com disposto no Termo de Referência Técnica 2023/2025;</p> <p>Averiguar sistematicamente a documentação administrativa da escola;</p> <p>Responsabilizar-se pela veracidade e atualização dos dados e informações inseridos nos sistemas informatizados da Prefeitura Municipal de Campinas;</p> <p>Garantir que os gastos previstos e realizados estejam de acordo com o planejamento orçamentário da instituição;</p> <p>Valorizar o diálogo, estimular o respeito, trabalhar as habilidades de empatia e construir uma boa e harmoniosa convivência entre toda a equipe educativa.</p>
---	--

Plano de ação do Orientador Pedagógico

Metas	Ações para o cumprimento das metas
<p>Cogerir o planejamento e a elaboração do Projeto Pedagógico da unidade educacional, bem como sua implementação e avaliação;</p>	<p>Participar do planejamento, elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da unidade educacional;</p> <p>Orientar o grupo de professores na elaboração dos planos de ensino individuais e coletivos;</p> <p>Trabalhar em conjunto com toda a equipe educacional da escola, as ações propostas para atingir as metas que se referem ao fazer pedagógico, elencadas no Plano de Trabalho;</p> <p>Propor reflexões e avaliações sobre a prática pedagógica nos momentos de trabalho pedagógico entre pares e de encontros coletivos;</p> <p>Orientar o planejamento ou replanejamento das ações pedagógicas em conformidade com o disposto no Projeto Pedagógico do CEI;</p> <p>Identificar e propor ações formativas necessárias à implementação do Projeto Político Pedagógico com base na política de formação da Secretaria Municipal de Educação;</p>

<p>Planejar, elaborar e cuidar para o cumprimento do Calendário Escolar da unidade;</p>	<p>Corresponsabilizar-se pelo planejamento e elaboração coletiva do Calendário Escolar obedecendo ao disposto em Resoluções específicas da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>Corresponsabilizar-se na coordenação de reuniões de planejamento da equipe educacional para a composição do Calendário Escolar, participando das definições de datas para os eventos, reuniões, entre outros, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da unidade;</p> <p>Participar na divulgação do Calendário Escolar à comunidade escolar assim que for homologado através de comunicados, murais e em reuniões;</p> <p>Corresponsabilizar-se pelo cumprimento dos duzentos dias letivos estabelecidos no Calendário Escolar bem como as atividades nele declaradas.</p>
<p>Mobilizar e integrar as famílias, a comunidade escolar e os órgãos colegiados no processo educacional;</p>	<p>Corresponsabilizar-se pela Avaliação Participativa Institucional do CEI, implementando e acompanhando todo o processo de coletas de informações, propostas de ações, reflexão e avaliação;</p> <p>Envolver as famílias como coparticipantes do processo educacional e integrá-las aos órgãos colegiados: Conselho de Escola e Comissão Própria de Avaliação;</p> <p>Mediar os conflitos de interesses que são inerentes ao trabalho coletivo através do diálogo, respeitando as diferenças primando pela transparência e pelo bom clima organizacional;</p> <p>Manter relações de respeito, diálogo e escuta cotidiana das famílias, valorizando e considerando os seus saberes na corresponsabilidade na educação das</p>

	crianças;
--	-----------

<p>Conduzir e planejar a rotina escolar, organizando tempos e espaços educativos, ressaltando a importância dos registros e de processos avaliativos;</p>	<p>Corresponsabilizar-se pela manutenção, guarda e arquivo de históricos e documentos da Unidade Educacional;</p> <p>Construir, conjuntamente com os educadores, registros escritos, fotográficos e vídeos sobre o trabalho desenvolvido pela equipe ao longo do ano, como forma de avaliar o trabalho desenvolvido;</p> <p>Coordenar, orientar e acompanhar a escrita do Relatório Individual da Trajetória Educacional de cada criança;</p> <p>Orientar e acompanhar sistematicamente os professores na organização e escrita do diário de classe de cada agrupamento;</p> <p>Promover espaços de formação para a equipe educacional trazendo a importância das interações e dos diferentes tipos de registro escolar com olhar na indissociabilidade do Cuidar e Educar;</p> <p>Trabalhar com a equipe pedagógica a importância dos documentos e registros no cotidiano escolar, pois serão utilizados para reflexões e avaliações, direcionando os próximos planejamentos ou replanejamento das ações e propostas a fim melhorar a qualidade da educação oferecida;</p> <p>Coordenar, orientar e acompanhar a prática pedagógica dos profissionais da unidade educacional bem como o registro das mesmas;</p> <p>Garantir que todos os espaços da escola possam ser desfrutados pelas crianças, bem como a utilização de brinquedos, livros e materiais pedagógicos;</p>
---	--

	<p>Promover a intersetorialidade facilitando o processo de comunicação entre os educadores;</p> <p>Organizar um espaço para acomodar e proteger os acervos de registros realizados no decorrer do ano;</p>
--	--

<p>Promover a educação de forma integradora e inclusiva para todas as crianças, valorizando o trabalho coletivo, participativo e colaborativo;</p>	<p>Garantir que o processo de inclusão seja integrado, de forma responsável e efetivo, nos espaços e na prática das atividades diárias desenvolvidas na unidade;</p> <p>Garantir a educação especial, na perspectiva de educação inclusiva, proporcionando interações, socializações, relações de afeto, confiança e de respeito;</p> <p>Promover com a equipe educativa eventos para socialização entre escola e família, a fim de estreitar vínculos e firmar parcerias para juntos atender as necessidades das crianças;</p> <p>Integrar o processo de inclusão de forma responsável e efetivo nos espaços e na prática das atividades diárias desenvolvidas no CEI, para que as crianças sejam cuidadas e não sofram nenhum tipo de segregação ou preconceito;</p> <p>Garantir a participação da equipe educativa, dos pais e das crianças como sujeitos ativos nas tomadas de decisões, pedagógicas e administrativas;</p> <p>Assegurar que as crianças tenham momentos de interações entre pares, participem de brincadeiras, desfrutem dos espaços físicos de toda a escola, se envolvam em atividades lúdicas, musicais e teatrais;</p>
--	---

<p>Assegurar que as orientações e normativas das Diretrizes Curriculares Municipais de Campinas sejam cumpridas bem como o seu desenvolvimento na prática do cotidiano escolar.</p>	<p>Trabalhar com a equipe educativa a responsabilidade em integrar o processo de inclusão, de forma responsável e efetivo nos espaços e na prática das atividades diárias desenvolvidas no CEI, para que as crianças sejam educadas e cuidadas sem nenhum tipo de segregação ou preconceito;</p> <p>Organizar espaços onde a criança se sinta segura, acolhida, tendo suas necessidades satisfeitas, onde ela possa ter suas emoções trabalhadas de forma adequada e possa assim formular hipóteses e aprendizagens sobre o mundo que a cerca e construir sua identidade;</p> <p>Assegurar, mediante a construção coletiva da proposta educacional do CEI, o direito da criança viver a infância e se desenvolver, de aprender através da brincadeira, de ser ouvida, cuidada e valorizada;</p> <p>Definir e elaborar coletivamente projetos que ampliem as vivências e que possibilite o uso de recursos tecnológicos e midiáticos para que as crianças possam construir conhecimento e cultura;</p> <p>Elaborar planos de ação em parceria com a Direção e Professores, atendendo a diversidade escolar;</p> <p>Observar e acompanhar as necessidades específicas de crianças em situações de vulnerabilidade e propor ações para minimizar os problemas;</p> <p>Promover e articular eventos culturais e passeios educativos com as crianças, famílias e equipe educacional;</p>
---	---

<p>Facilitar a gestão das interações sociais intersetoriais e comunitárias;</p>	<p>Corresponsabilizar-se pelo cumprimento da legislação educacional vigente e atender as orientações e recomendações da supervisão educacional;</p> <p>Definir, em conjunto com a equipe educativa e colegiados, propostas de atividades de integração visando ampliar o conhecimento e a aprendizagem das crianças por meio dos projetos que serão trabalhados no decorrer do ano;</p> <p>Cooperar para garantir uma gestão democrática e participativa de forma efetiva, a todos os envolvidos nos processos de avaliação e decisões, para aprimorar a qualidade da educação oferecida pela escola;</p> <p>Envolver os pais ou responsáveis e a comunidade em ações intersetoriais, fortalecendo o vínculo e a parceria escola-família-comunidade;</p> <p>Manter com prioridade, o diálogo como meio de comunicação efetiva com os pais ou responsáveis e também com a comunidade escolar;</p> <p>Dispensar tratamento de qualidade com dignidade, respeito e igualdade às crianças, pais, responsáveis e demais cidadãos da comunidade;</p> <p>Corresponsabilizar-se pela articulação do processo de implementação e avaliação institucional da unidade;</p> <p>Coordenar a construção e contribuir para a implementação da proposta pedagógica no espaço escolar, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais e as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação (SME);</p> <p>Sistematizar e coordenar as reuniões de trabalho</p>
---	---

	<p>pedagógico entre pares, com professores e agentes de educação infantil, de acordo com normativas de documentos legais;</p> <p>Coordenar, orientar e acompanhar o planejamento e a realização do trabalho educativo da equipe que atua diretamente com a criança;</p> <p>Participar de reuniões da CEB (Coordenadoria de Educação Básica) com os orientadores pedagógicos da educação infantil municipal, seguindo orientações da SME;</p> <p>Elaborar em conjunto com os educadores, projetos e ações que envolvam as artes, a leitura, a música, a dança e outras formas de expressão;</p> <p>Elaborar com a equipe de educadores, de acordo com as necessidades, listagem de materiais pedagógicos, jogos educativos, livros e brinquedos e enviar a requisição para o setor de compras da O.S.C (Organização da Sociedade Civil) e/ou Secretaria Municipal de Educação;</p>
--	---

<p>Facilitar a gestão dos saberes escolares, garantindo ações que favoreçam as relações sociais e culturais, o desenvolvimento das linguagens da infância, os gêneros textuais, as relações quantitativas, de medidas, formas e noção espacial, relação com as várias formas de expressões artísticas, além das interações que favoreçam a autonomia e a construção da identidade;</p>	<p>Coordenar a elaboração de questionários ou outras formas de coleta de informações sobre a criança, família e a comunidade;</p> <p>Construir, conjuntamente com os educadores, registros escritos, fotográficos e vídeos sobre a prática desenvolvida pelos agrupamentos ao longo do ano;</p> <p>Coordenar e mobilizar toda a comunidade educacional para o planejamento e elaboração do Projeto Político Pedagógico,</p> <p>Proporcionar espaços e tempos para que as crianças tenham momentos de interações entre pares, participem de brincadeiras, desfrutem dos espaços físicos de toda a escola, se envolvam com a música, teatro, literatura, dança, artes, fotografia e cinema;</p> <p>Elaborar coletivamente uma proposta pedagógica que se responsabilize com a construção de uma sociedade democrática, solidária, que proteja o meio ambiente, que cuide da natureza, que seja justa e livre;</p> <p>Garantir que na rotina cotidiana as atividades pensadas e desenvolvidas, contribuam para que a criança possa vivenciar experiências que permitam o desenvolvimento da autonomia e a construção de sua identidade;</p> <p>Envolver toda a equipe educacional do CEI e as famílias na construção de uma proposta pedagógica que considere e respeite a escola como espaço de socialização e diversidade, onde a relação entre adultos e crianças, com origens socioculturais diversas, diferentes religiões e valores, diferentes hábitos e costumes, aconteçam de forma harmoniosa trazendo enriquecimento para experiência educativa.</p>
--	--

Avaliação

A avaliação do plano de trabalho da equipe gestora é realizado no CEI sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da rotina escolar, sendo realizada internamente com os profissionais e com as crianças da escola, por meio dos questionários autoavaliativos, da observação e do registro das práticas pedagógicas e do desenvolvimento das crianças. As avaliações são realizadas nos momentos de formação entre pares e Reuniões Pedagógicas de Avaliação Institucional (RPAI), tendo uma contínua reflexão sobre a prática educativa da unidade escolar, contando com a participação das famílias, do Conselho Escolar e CPA, a partir de questionários avaliativos baseados nos “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil - *Ministério de Educação Secretária da Educação Básica, Brasília, 2009*”. Externamente, a equipe gestora é avaliada por toda a comunidade escolar (equipe educativa, de apoio, famílias e crianças) e pela Supervisão Educacional, possibilitando a reflexão e transformação do trabalho prestado, assumindo o compromisso da garantia de uma educação de qualidade, que preza por um atendimento humanizado, flexível e responsável para toda a comunidade. A equipe gestora realiza semanalmente, ou sempre que se faz necessário, reuniões onde planejam ações, discutem estratégias e prioridades, a fim de rever a própria atuação, avaliando e contribuindo para a eficiência do trabalho realizado.

15.3.2. C. Propostas de participação dos Colegiados (Conselho de Escola e Comissão Própria de Avaliação);

Conselho Escolar

O Conselho de Escola e CPA, são fundamentais para a efetivação da gestão democrática, propiciando uma ampla participação da comunidade no processo educacional, além de garantir a democracia na gestão financeira, contribuir para qualidade do ensino da unidade, integrar a escola no contexto social, econômico e cultural; enfim ser uma das instâncias da construção e do exercício da cidadania. Sendo o Conselho de Escola no Município de Campinas a Instância Central com Poder Deliberativo conforme disposto na Lei 6662/91.

Sendo assim, o CEI entende a importância do acesso do Conselho Escolar e da participação da comunidade, como um agente de construção, acompanhamento e de avaliação dos processos da organização e da gestão escolar, além de subsidiar a LEI 13.005 – PNE que estabelece como uma das metas da Gestão Democrática da Educação.

De acordo com a *Lei Municipal nº 6662/91* (que cria o Conselho de Escolas nas unidades educacionais do Município de Campinas), o Conselho de Escola será constituído, na unidade, como uma ponte de comunicação e democratização da escola.

O Conselho de Escola já é uma prática da Unidade CEI “Prof. José Aristodemo Pinotti”. Anualmente serão eleitos novos membros para participação desta comissão, seguindo a orientação do Termo de Referência Técnica 2023/2025, e a lei vigente, às reuniões serão estabelecidas no calendário escolar seguindo resolução SME vigente, que estabelece as diretrizes para elaboração do calendário, sendo 01(uma) reunião para eleição dos conselheiros e 04 (quatro) reuniões ordinárias.

A Composição dos conselheiros obedece à proporcionalidade de:

106

- 15% (quinze por cento) de docentes e/ou especialistas;
- 35% (trinta e cinco por cento) dos demais funcionários;

- 50% (cinquenta por cento) de pais de alunos.

Na unidade escolar é garantido que o Conselho de Escola zele e participe da gestão pedagógica/administrativa contribuindo com as ações da equipe gestora para a implementação do Projeto Pedagógico, a fim de assegurar a qualidade de ensino na Unidade Educacional.

O envolvimento da comunidade na participação da eleição do Conselho de Escola aconteceu por meio de convocação e da divulgação conforme normativas estabelecidas vigentes, a participação da comunidade e das famílias no contexto educacional da Educação Infantil é uma constante das relações do trabalho educativo. A presença do diálogo com as famílias do CEI tem qualidade participativa, criando um vínculo que compõe a cultura escolar instituída na comunidade infantil.

Comissão Própria de Avaliação

A RESOLUÇÃO SME Nº 14/2014 Publicada no D.O do Município no dia 24 de outubro de 2014, estabelece as diretrizes para a implementação da Avaliação Institucional da Educação Infantil e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Rede Municipal de Ensino de Campinas.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a implementação da Avaliação Institucional Participativa na Educação Infantil na Rede Municipal de Campinas, com os seguintes princípios, conforme o descrito no Anexo Único desta resolução:

I - a participação de todos os sujeitos envolvidos com a unidade educacional visando o avanço no processo de qualificação a partir das especificidades e

disposições locais de cada unidade escolar;

II - a qualidade negociada entre os atores internos e entre estes e os atores externos à unidade educacional, produzindo acordos para contemplar as ações prioritárias definidas no plano de avaliação do ano.

Art. 2º A Avaliação Institucional Participativa das unidades de Educação Infantil ocorrerá:

I. no âmbito interno da unidade educacional e denominar-se-á Avaliação Interna (Autoavaliação);

II. no âmbito externo à unidade educacional e denominar-se-á Acompanhamento Externo, ficando sob a responsabilidade do NAED (Núcleo de Ação Educativa Descentralizado).

Art. 3º A Avaliação Interna é o processo pelo qual a unidade educacional constrói conhecimento sobre sua própria realidade com a finalidade de planejar as ações destinadas ao aprimoramento institucional e à superação das dificuldades identificadas nas dimensões política, pedagógica e administrativa, como uma tarefa de toda a comunidade escolar.

§ 1º - O acompanhamento externo será realizado pela equipe educativa de cada NAED, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

§ 2º O Plano de Avaliação do Projeto Pedagógico será o instrumento norteador de todas as ações da Avaliação Interna.

Art. 4º O processo de Avaliação Interna deverá ser coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e terá um membro da equipe gestora como articulador deste processo.

§ 1º Os Centros Integrados Municipais de Educação Infantil (CIMEI)

constituirão uma CPA única, devendo-se garantir a representatividade de todos os segmentos das unidades do bloco.

§ 2º A CPA assume a tarefa de mobilizar e viabilizar os mecanismos necessários para que a Avaliação Institucional Participativa se efetive.

§ 3º Os membros da CPA deverão assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo avaliativo interno.

O princípio básico desta política é o da participação de todos os sujeitos direta e indiretamente envolvidos com a unidade educacional, num processo de qualidade negociada.

A avaliação institucional reconhece e valoriza a análise reflexiva e coletiva da prática, em constante movimento pela busca da melhoria da ação educativa, por meio de um modelo avaliativo cujos “Indicadores da Qualidade Na Educação Infantil, MEC 2009” sejam legitimados pelos atores institucionais.

As famílias participaram da escolha dos temas dos projetos, tem uma participação no desenvolvimento e fazem avaliação dos mesmos, pretendemos com isso estar fortalecendo o processo avaliativo não só mediante a CPA, mas com o envolvimento de toda escola e com as famílias.

As equipes de agentes educacionais também produzirão um caderno com fotos e escritas dos momentos de recreação. Esse material estará disponível para apreciação e avaliação das famílias. Pretendemos também ter um “mural do relacionamento” das observações e sugestões que as famílias poderão deixar para a escola. A participação das crianças nos processos avaliativos acontece através do protagonismo, registros das falas, desenhos e todas as expressões de opinião, sentimento e percepção das emoções experimentadas e vivenciadas no cotidiano escolar. O processo de autoavaliação é um ofício de toda a comunidade escolar, em que a Comissão Própria de Avaliação assume a tarefa de estimular e possibilitar os mecanismos necessários para que a avaliação se concretize.

Algumas formações do ano serão pautadas na autoavaliação, de si, do outro, e dos processos, envolvendo toda a equipe escolar.

A Equipe Gestora e a Equipe Educativa também participarão de formações que forem oferecidas e oportunizadas pela SME, relacionadas ao tema Avaliação Institucional e CPA. Prezando sempre pela qualidade do trabalho, por aquilo que podemos oferecer de melhor para as crianças, as famílias e a equipe escolar.

15.3.2. D. Avaliação Institucional Participativa:

I. Proposta de participação da equipe educacional (todos os profissionais da Unidade Educacional), famílias e crianças nos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico do CEI;

O Projeto Pedagógico é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas (DCNEI, p.17). Sendo assim elaborado num processo coletivo, com a participação da equipe educativa, crianças e da comunidade escolar, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

Segundo LIBÂNEO (2005) o Projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação.

Sabemos que a escola possui um papel importante na Educação dos sujeitos e que a família é fundamental na sua formação. Priorizar uma parceria saudável e efetiva entre a equipe educativa, as famílias, as crianças e os órgãos colegiados, Conselho e CPA, ajuda a fortalecer o Projeto Pedagógico da unidade. Essa comunicação deve permitir que as famílias acompanhem as ações

desenvolvidas pelos educadores e crianças no decorrer do ano letivo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (p.17) nos dizem que: A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Diante destas orientações a elaboração do Projeto Pedagógico do CEI aconteceu de forma democrática, envolvendo a equipe educativa, crianças, as famílias e os colegiados, no processo de elaboração e avaliação.

A LEI de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 em seu artigo 13 nos orientam que:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I** – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II** – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III** - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV** – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V** – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados de planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI** – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

No início do ano letivo os educadores, crianças e familiares passaram pelo período de acolhimento e adaptação. Para conhecimento das crianças, familiares e da comunidade, foi enviado para as famílias uma pesquisa, a fim de nos apropriarmos de dados sociais, econômicos e culturais, estes serviram como base de dados para a elaboração das propostas do Projeto Pedagógico. Com essas

características os educadores iniciaram a escrita dos seus planejamentos individuais e coletivos, levando em consideração a participação da família e da comunidade no desenvolvimento das propostas e no processo de ensino e aprendizagem. A equipe educativa também participou coletivamente da elaboração das ações descritas no quadro de metas e calendário anual da unidade. Esses momentos de planejamento inicial aconteceram nos primeiros encontros de formação entre pares da unidade.

Na Unidade temos distribuídos ao longo do ano as (RPAI) Reuniões Pedagógicas de Avaliação Institucional, a serem realizadas em periodicidade conforme calendário escolar. Nestas reuniões a equipe educativa avalia as metas, o cumprimento do calendário e toda a proposta de trabalho do Projeto Pedagógico. Revendo as necessidades de adequações de práticas.

A proposta de avaliação das crianças no CEI segue as orientações da Resolução CME nº 01/2016, Resolução SME 10/2016, são elaboradas trimestralmente a partir das observações e registros do professor. Baseando-se em todo contexto de desenvolvimento, aprendizagens e dificuldades apresentados pela criança no período que permanecem na unidade. A participação no processo de avaliação do Projeto Pedagógico em relação às crianças se darão na observação, no interesse e na escuta ativa das suas falas, gestos e movimentos.

As famílias têm presença constante na unidade não somente nas reuniões estabelecidas no Calendário Escolar, também nos momentos não formais, no tratamento individualizado, nos comunicados informativos, nas atividades de integração com as famílias, oficinas e mostras, nos projetos realizados pelas crianças e nos trabalhos das intersetoriais com a mobilização das famílias e a todos da comunidade.

Índices avaliativos que nos fazem refletir sobre a atuação das famílias e da comunidade:

- Há participação e interesse das famílias e da comunidade nas atividades desenvolvidas na escola?
- Pais e familiares participam ativamente das reuniões sobre a vida escolar dos filhos?
- As famílias e comunidade entendem os comunicados e informações oferecidas pela escola?
- Há relacionamentos baseados em confiança e empatia, nos espaços escolares;
- Está havendo entrosamento das famílias nas atividades e projetos escolares?
- Temos devolutivas realizadas pelas famílias por escrito ou verbalmente?
- Estamos priorizando parcerias com as intersetoriais da comunidade e outras instituições.

Ao final do semestre letivo (última reunião da família e educadores) os pais responderão um questionário onde terão a oportunidade de expor suas opiniões e ideias em relação ao trabalho da escola.

Questionário Avaliativo

<p>Srs. Pais ou Responsáveis Gostaríamos que nos relatassem sobre o desenvolvimento do seu filho (a), sua participação nas atividades durante o ano e sobre a sua satisfação em relação ao programa educacional da escola.</p>	<p>Respostas</p>
<p>Seu filho (a) gosta de vir para a escola? Adaptou-se bem desde o início?</p>	
<p>Seu filho (a) se desenvolveu bem durante o ano? Na trajetória de desenvolvimento dele (a) o que mais chamou atenção da família?</p>	
<p>Vocês acompanham o programa educacional e olham o caderno de recados diariamente?</p>	
<p>Vocês gostam das reuniões e conseguem tirar as dúvidas com as professoras?</p>	
<p>(Para as crianças que já falam) Seu filho (a) comenta sobre as atividades realizadas durante o dia? Conta história, ou canta as músicas?</p>	

Deem suas opiniões ou sugestões para melhoria no programa educacional desta escola.	
Deixe um recado de crítica, sugestão, elogio pelo trabalho realizado para com o seu filho (a) durante o ano.	

Este questionário poderá sofrer alterações no decorrer do ano. A partir das discussões com a equipe educativa, que observarão as necessidades de coleta de dados das famílias e das crianças. Também poderão ser apresentados itens pertinentes pelo Conselho Escolar e/ou CPA.

Nesse sentido, a avaliação se dará nos vários momentos dentro do CEI, com o objetivo de aprimorar as necessidades diagnosticadas nos âmbitos escolares.

Após avaliação, os dados apontados servirão de análise positiva ou não do trabalho realizado, buscando aprimoramento para apropriações de novas práticas.

II. Proposta de avaliação do desenvolvimento do Plano de Trabalho para elaboração dos relatórios trimestrais e anuais, pela equipe educacional (educadores, funcionários e crianças) e famílias.

Baseados no princípio da Gestão Democrática, AIP (Avaliação Institucional Participativa), o Plano de Trabalho tem como objetivo auxiliar ou servir de apoio para a gestão do planejamento escolar.

As propostas de avaliação do desenvolvimento do Plano de Trabalho a ser realizado pelas crianças, educadores, funcionários, colegiados e famílias estarão

pautados na importância da participação colaborativa e na reflexão e mobilização de ações para o avanço do processo de ensino e aprendizagem, deixando evidente que são todos interlocutores da organização escolar, responsáveis pelas ações que possam de fato consolidar uma prática.

A prática avaliativa das crianças acontece com a observação, a escuta e a potência valorizada de suas falas, os educadores deverão conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. As descrições das práticas docentes comporão os relatórios trimestrais e servirão de base de dados para a autoavaliação do professor.

As famílias estarão representadas na Unidade Escolar pelos órgãos colegiados como: Conselho de Escola e CPA (Comissão Própria de Avaliação), que tem como responsabilidade representar os pais e crianças nas reuniões. Nestes espaços os mesmos poderão sugerir ideias, dialogar sobre as práticas passadas e conhecer os projetos e atividades futuras, evidenciando como representantes dos pais o sentimento de satisfação ou pautando sugestões para a escola, fortalecendo o comprometimento de respeito nas relações escolares.

Os pais também terão acesso aos registros pedagógicos (caderno que ficará na entrada de cada sala), neles criaremos um espaço para que os mesmos manifestem suas sugestões e/ou opiniões e críticas.

A avaliação com a equipe escolar acontece nas Reuniões Pedagógicas, norteadas pelos “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – Ministério de Educação Secretária da Educação Básica, Brasília, 2009”. Os problemas e desafios da escola poderão ser diagnosticados pela análise das ações relacionadas às metas do Plano de Trabalho, as quais apontam para questões elencadas como prioritárias pela escola. A partir desta análise, a escola perceberá os problemas e desafios a serem superados. Os diálogos entre pares ocorrem semanalmente no âmbito escolar, estes tempos e espaços também servem para análise, diagnóstico e ações para resolução de problemas.

A escola é o espaço de vivência e convivência onde se estabelecem relações sociais entre todos os sujeitos que dela fazem parte. Este ambiente educativo se constitui como um espaço das diversidades, do respeito, do compromisso, da seriedade de um trabalho que busca formar a criança e garantir todos os seus direitos na infância.

15.3.2.E. Ações intersetoriais em que a escola pode ser envolvida, objetivando o fortalecimento do Projeto Pedagógico e a garantia dos direitos das crianças, em especial das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

Com base no documento PIC – Primeira Infância Campineira – Cuidar para desenvolver (2018- pág.48) – a Intersetorialidade é o fortalecimento de parcerias entre as diversas redes de apoio, articulando os saberes e esforços de modo a favorecer a efetivação do trabalho integral e integrado entre as políticas públicas.

Para atender as crianças em suas singularidades, áreas como Educação, Assistência Social e Saúde de maneira integrada e com ações pensadas em conjunto farão a diferença na aquisição do conhecimento de todas as crianças e seus familiares.

Diante disso o Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti, busca em sua prática, estabelecer parcerias articulando juntamente às equipes, o diálogo, agir e a busca de saídas coletivas.

Em um trabalho integrado e de parceria com a intersectorialidade, o CEI promove ações articuladoras com outros Equipamentos e Secretárias (Saúde, Assistência Social, Educação, dentre outros), tecendo diálogos com esses coletivos que favorecem e propiciam a construção em conjunto de ações e práticas para a

garantia e a efetivação das políticas públicas, com o intuito de elencar as percepções sobre a realidade vivenciada pela criança e sua família, colaborando para o levantamento de dados, estabelecendo estratégias para o alcance das necessidades que forem retratadas.

O Centro de Educação Infantil José Aristodemo Pinotti promove ações em parceria na prevenção, saúde, assistência e na formação junto aos segmentos intersetoriais do seu território, tendo como objetivo integrar-se na comunidade seja por meio do atendimento aos pais, no bom relacionamento com órgãos representativos da escola, tomando como princípio a necessidade de todos e a consolidação de parcerias junto às redes de apoio.

Favorecemos a participação efetiva da família nas ações e no Conselho de Escola, possibilitando o envolvimento com o intuito de articularmos o desenvolvimento e o fortalecimento da parceria família e escola.

Junto ao CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas) buscamos parcerias que favoreçam a capacitação de nossos profissionais, das famílias e das crianças, incentivando na aquisição de novos hábitos e práticas de alimentação saudável. A equipe da cozinha já participou de capacitações externas, a Nutricionista Supervisora da escola tem feito orientações constantes, acerca da melhor forma de organizar, preparar e oferecer os alimentos para as crianças. Assim como também assistimos as crianças que apresentam alergia alimentar.

Buscaremos parceria com a SANASA e CPFL, com objetivo de promover atividades sociais que promovam desenvolvimento social/cultural não somente para as crianças, mas também para toda a comunidade escolar e seus familiares – atividades como teatros / palestras que abordam o tema sobre a importância do uso racional da água nas atividades diárias, no âmbito interno e externo da escola, CPFL sobre a conscientização aos pais/responsáveis referente ao uso do cerol nas brincadeiras de pipa.

Estabelecer junto à EMDEC parcerias para o desenvolvimento do projeto pedagógico, a relação da criança com a escola, seu entorno e a Cidade, a partir da mobilidade urbana, da acessibilidade e da educação para o trânsito, conforme previstos nas Diretrizes Federais e Municipais.

Junto aos Centros de Saúde, Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA), prezamos pela construção da parceria e a troca de saberes, que objetive o diálogo, a integração/conscientização/mobilização de ações junto à comunidade, seja com a realização de palestras, vacinação na unidade em campanhas nacionais, atendimento aos encaminhamentos odontológicos, trabalho de prevenção às cáries, e doenças contagiosas como COVID 19 e orientações no combate as arboviroses e ao Mosquito Aedes Aegypti (transmissor da dengue), entre outras.

A política de priorização do atendimento Educacional no Município de Campinas está pautada nas vulnerabilidades, identificadas e pontuadas no momento do cadastro (PIC, 2018 pg. 41), e diante da situação de vulnerabilidade e risco social a escola priorizará o atendimento, mantendo o contato efetivo com os órgãos representativos, na busca ativa das crianças e seus familiares, sendo assim, será necessário acentuar as relações da escola com o Centro de referência e assistência Social Norte (CRAS), com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e com a Assessoria de Educação e Cidadania da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, visando sempre o atendimento do aluno para a sua formação integral.

Neste ano de 2023 a escola iniciou participação nas reuniões intersetoriais organizadas pela intersetorial Estrela. As reuniões acontecem toda primeira quinta-feira do mês, no período da manhã. Em um grupo de WhatsApp, é feita toda comunicação e orientações a respeito do local da reunião, outras informações necessárias também são enviadas no grupo durante o mês. Tem sido muito importante esta conexão entre os órgãos que compõem o território.



No segundo semestre iniciaremos a parceria com a horta comunitária do bairro, onde por meio da horticultura, traremos a importância da horta como um espaço pedagógico, cuidados com o meio ambiente, alimentação e saúde. Convidaremos os responsáveis pela horta (que já se dispuseram) para dar orientações a equipe e as crianças, assim como despertar nos mesmos o interesse para o cultivo e o processo de germinação, juntamente com a participação da equipe escolar, as famílias e a comunidade.

Trabalharemos com a visão de gestão democrática, que é feita com a participação efetiva de todos. Sabemos que quanto mais potente for a parceria entre o território intersetorial, conseguiremos um trabalho efetivo e integral enquanto instituição de Educação Infantil.

15.3.3 Estrutura Organizacional:

Anexo III - Modelo L
Quadro Síntese da Organização das Turmas (Professores e Monitores)
ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL
CEI BEM QUERER VILLA RÉGGIO - PROFESSOR JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

TURMA	PERÍODO	PROFISSIONAIS				NÚMERO DE ALUNOS DA TURMA
		PROFESSORES	CARGA HORÁRIA	MONITOR	CARGA HORÁRIA	
AG I A	Integral	Gisele Fernanda Toledo Natal	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	MANHÃ – 07h às 13h 1. Simone Aparecida Dalla Vecchia 2. Liliam Aparecida da Costa Gama 3. Ingrid Aparecida Picaço da Costa 4. Antônia Leda de Almeida Araújo TARDE – 12h às 18h 1. Raquel A. Ribeiro Leardini 2. Érica de Souza Santos 3. Elisandra Patrício Silva 4. Aline Martins Veiga	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG I B	Integral	Gisele Fernanda Toledo Natal	13h às 17h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças +	MANHÃ - 07h às 13h 1. Kátia de Oliveira Borges 2. Viviane R. de Oliveira dos Santos 3. Luciana de Oliveira Rosa	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas)	32

			2h (duas) horas de formação	4. Ellen Mathilde Pereira Xavier TARDE – 12h às 18h 1. Laudjane dos Santos David 2. Elizabete Coradine Bispo 3. Ellisa Vitória Inácio Paiva 4. Débora Cazarin França	horas de formação	
AG I C	Integral	Paula Danielle Maciel Leardini	13h às 17h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	MANHÃ - 07h às 13h 1. Alice Rocha dos Santos 2. Ariane Augusto Manchiero 3. Cristina Aparecida Teodoro 4. Adriana A. Pereira Gama Roque TARDE – 12h às 18h 1. Wyllian Maria dos Santos Martins 2. Júlia Odete Godoi da Silva 3. Érica Tamires Oliveira dos Santos 4. Marilaine Lima Rodrigues	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG II A	Integral	Marisa Tourinho Nunes de Souza	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	MANHÃ - 07h às 13h 1. Jackeline Mirian de Melo Barbosa 2. Cristiane do Valle da Silva 3. Léa Pessoa da Silva TARDE – 12h às 18h 1. Michelli Priscilla da Silva 2. Rebeqa Almeida S. Bastos	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	36

				3. Patrícia Aparecida Kammer Terezinha Belo Marques Coelho CUIDADORA		
AG II B	Integral	Joana Paula Ferreira da Rosa	07h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ - 07h às 13h 1. Misma Karen Barbosa da Silva 2. Jéssica Vanessa da Silva 3. Layane Ferreira Ramos Maciel TARDE – 12h às 18h 1. Mariliza Lopes da Silva 2. Jocilene Carvalho de Oliveira 3. Maria Cláudia da Silva Costa	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	36
AG II C	Integral	Regiane Cristina Belarmina dos Passos	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ - 07h às 13h 1. Silvia José Almeida de Paula 2. Suzane A. Amorim Coelho 3. Sara Aline Alves TARDE – 12h às 18h 1. Tatiane Maria Rezende da Silva 2. Stefanny Cristina da Silva 3. Érika Santos de Oliveira	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	36
AG II D	Integral	Marisa Tourinho Nunes de Souza	13h às 17h 22h semanais	MANHÃ - 07h às 13h 1. Vilma Fernandes Ribeiro 2. Ana Paula Ortz de Oliveira	32h semanais 30 horas semanais de trabalho	36

			20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	3. Renivalda de Oliveira TARDE – 12h às 18h 1. Ana Francisca Pereira Paixão 2. Rebeca de Almeida Santos Soares 3. Joyce Cristina do Nascimento Silva	com as crianças + 2h (duas) horas de formação	
AG II E	Integral	Camila Fernandes Custódio Santos	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ - 07h às 13h 1. Ana Paula Alves 2. Laís Helena Mingatos 3. Laiane Ferreira da Silva Almeida TARDE – 12h às 18h 1. Érica Santos Gomes 2. Jeniffer Caroline Alves Sales 3. Priscila Alves Santana de Moraes	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	36
AG III A	Parcial	Lo Ruama Kemily Felipe da Silva	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ 07 h às 13 h Juliane Teodoro de Souza (Volante)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32

AG III B	Parcial	Ariane Ferreira dos Santos Quirino	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ 07h às 13h Jeniffer Caroline Alves Sales (Volante)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG III C	Parcial	Roseli Aparecida de Oliveira	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ 07h às 13h Priscila Vanessa de Araújo de Souza (Cuidadora)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG III D	Parcial	Ana Paula da Costa	7h às 11h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	MANHÃ 07h às 13h Giovanna Dantiely de Souza Bury (Volante)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG III E	Parcial	Lo-ruama Kemily	13h às 17h	TARDE – 12h às 18h Fabrícia Machado Ramos Lima	32h semanais	32

		Felipe da Silva	22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	(Cuidadora)	30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	
AG III F	Parcial	Ariane Ferreira dos Santos Quirino	13h às 17h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	Elizandra Araujo Birtche (Cuidadora)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG III G	Parcial	Roselí Aparecida de Oliveira	13h às 17h 22h semanais 20 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.	TARDE – 12h às 18h Aldeisa Rodrigues Lima de Souza (Volante)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação	32
AG III H	Parcial	Ana Paula da Costa	13h às 17h 22h semanais 20 horas semanais de	TARDE – 12h às 18h Gislainne da Silva Nonato (Volante)	32h semanais 30 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas)	32

			trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação.		horas de formação	
Professora de Educação Especial	Integral	Ellen Cristina Vian Bulima	7h00 às 11h00 13h00 às 17h00 44h semanais 40 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação, 2h (duas) horas para planejamento e atendimento aos pais.
Todos os agrupamentos						
Professor Volante	Integral	Veroneide de Oliveira Silva (volante)	7h00 às 11h00 13h00 às 17h00 44h semanais 40 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação, 2h (duas) horas para planejamento e atendimento aos pais
Todos os agrupamentos						

Professor Volante	Integral	Á contratar (volante)	7h00 às 11h00 13h00 às 17h00 44h semanais			
Todos os agrupamentos			40 horas semanais de trabalho com as crianças + 2h (duas) horas de formação, 2h (duas) horas para planejamento e atendimento aos pais

Obs. Devido os desafios enfrentados no pós pandemia, tendo em vista ser uma escola com grande número de turmas, vimos a necessidade da contratação de 2 (dois) professores volantes, para cobrir eventuais faltas, (licença médica dos docentes), sem comprometer os dias letivos, assim sendo também para os agentes de educação infantil. O número de volantes conseguirá dar um suporte maior às crianças que retornaram à escola após a pandemia com algumas dificuldades e especificidades.

Atenciosamente,

Campinas, 05 de junho de 2023

Presidente - **Luiz Fernando Ferrari** - CPF:060.590.368-99

ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL

CEI BEM QUERER VILA RÉGGIO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

(Anexo III – Modelo M)

QUADRO GERAL DE PROFISSIONAIS (RECURSOS HUMANOS) VINCULADOS À PARCERIA

A CHANCE Internacional vem por este, declarar relação de funcionários que estão vinculados à parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação para a execução do objeto de atendimento educacional no **CEI - Bem Querer Vila Réggio – José Aristodemo Pinotti**.

Gestão:

ORDEM	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	REGIME TRABALHISTA	CARGA HORÁRIA MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO DE REFEIÇÃO	DIA E HORÁRIO DE FORMAÇÃO	SALÁRIO BASE
1	Sandra Maria da Silva Pinheiro Landim	Diretora Educacional	Graduada em Pedagogia (Licenciatura Plena) Cursando Gestão Escolar	05 anos Professora Ed. Infantil	10 anos Coordenação Pedagógica/ Diretora	15/02/2023	CLT	220 h	44 horas	8h às 18h	1h12 min	Sexta-feira das 08h às 10h	R\$7.999,03
2	Lia Aparecida Gomes da Silva Montanini	Vice Diretora Educacional	Graduada em Pedagogia (Licenciatura Plena) Mestre em psicologia da educação (psicopedagoga) doutoranda em neuro psicopedagogia na FCM da Unicamp	10 anos Professora Ed. Infantil	25 anos Coordenadora Pedagógica / Diretora	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	7h às 17h	1h12 min	Sexta-feira das 08h às 10h	R\$ 7.417,28

3	Adriana Maria da Cunha Alves	Coordena dor Pedagógi co	Graduada em Pedagogia (Licenciatura Plena)	15 anos Professora Ed. Infantil	07 anos Coordenação Pedagógica	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	7h às 17h	1h12 min	Sexta-feira das 08h às 10h	R\$ 6 .047, 27
---	------------------------------------	-----------------------------------	---	---------------------------------------	--------------------------------------	------------	-----	-------	----------	-----------	----------	----------------------------------	-------------------

Docentes:

ORDEM	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	REGIME TRABALHISTA	CARGA HORÁRIA MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO DE REFEIÇÃO	DIA E HORÁRIO DE FORMAÇÃO	SALÁRIO BASE
01	Ellen Cristine Vian Bulima	Professora de Ed. Especial	Licenciatura Plena em Pedagogia / Psicologia	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	7h às 11h 13h às 17h	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças-feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta- feira 11h às 12h. Horário de planejamento e atendimento aos pais.	R\$ 4.680,22
02	Gisele Fernanda Toledo Natal MANHÃ: AGIA TARDE: AGIB	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	220 h	44horas	7h às 11h AGIA 13h às 17h AGIB	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças-feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta- feira 11h às 12h. Horário de planejamento e atendimento aos pais.	R\$ 4.680,22
03	Joana Paula Ferreira da Rosa PERÍODO PARCIAL / SOMENTE MANHÃ: AGIIB	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	110 h	22 horas	7h às 11h AGIIB	*****	Todas as terças- feiras das 17h05 às 19h05.	R\$ 2.340,22

04	Regiane Cristina Belarmina dos Passos PERÍODO PARCIAL / SOMENTE MANHÃ: AGIIC	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	110 h	22 horas	7h às 11h AGIIC	*****	Todas as Terças-feiras das 17h05 às 19h05.	R\$ 2.340,22
05	Camila Fernandes Custódio Santos PERÍODO PARCIAL / SOMENTE MANHÃ: AGIIE	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	110 h	22 horas	7h às 11h AGIIE	*****	Todas as terças-feiras das 17h05 às 19h05.	R\$ 2.340,22
06	Paula Danielle Maciel Leardini PERÍODO PARCIAL / SOMENTE MANHÃ: AGIC	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	110 h	22 horas	13h às 17h AGIC	*****	Todas as terças-feiras das 17h05 às 19h05.	R\$ 2.340,22
07	Marisa Tourinho Nunes de Souza MANHÃ: AGIIA TARDE: AGIID	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	07h às 11h AGIIA 13h às 17h AGIID	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças-feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta-feira 11 h às 12 h, horário de planejamento e atendimento aos pais	R\$ 4.680,22

08	Lo Ruama Kemily Felipe da Silva MANHÃ: AGIIIA TARDE: AGIIIE	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	07h às 11h AGIIIA 13h às 17h AGIIIE	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças- feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta- feira 11 h às 12 h, horário de planejamento e atendimento aos pais.	R\$ 4.680,22
09	Ariane Ferreira dos Santos Quirino MANHÃ: AGIIIB TARDE: AGIIIF	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	07h às 11h AGIIIB 13h às 17h AGIIIF	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças- feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta- feira 11 h às 12 h, horário de planejamento e atendimento aos pais.	R\$ 4.680,22
10	Ana Paula da Costa MANHÃ: AGIIID TARDE: AGIIIH	Professora de Ed. Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia	13/02/2023	CLT	220 h	44 horas	07h às 11h AGIIID 13h às 17h AGIIIH	12h às 13h Quarta e quinta-feira. 11h às 13h Segunda, terça e sexta-feira.	Todas as terças- feiras das 17h05 às 19h05. Quarta e quinta- feira 11 h às 12 h, horário de planejamento e atendimento aos	R\$ 4.680,22

										sexta-feira.	planejamento e atendimento aos pais.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------	--------------------------------------	--

OBS: A escola possui 8 professores que cumprem 44h e 4 professores de 22h.

6 professores de 44h atendem 12 turmas, os outros 4 professores de 22h atendem as outras 4 turmas.

Totalizando as 16 turmas da escola

2 professores de 44h são volantes e atendem as demandas de faltas e apoio às crianças e turmas de acordo com a necessidade.

Apoio direto à criança:

ORDEM	NOME DO FUNCIONÁRIO	Agrupamento	FUNÇÃO	ESCOLARIDA DE FORMAÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	REGIME TRABALHISTA	CARGA HORÁRI A MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO DE REFEIÇÃO	DIA E HORÁRIO DE FORMAÇÃO	SALÁRIO BASE
01	Simone Aparecida Dalla Vecchia	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
02	Liliam Aparecida da Costa Gama	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
03	Ingred Aparecida Picaço da Costa	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
04	Antônia Leda de Almeida Araujo	AG I A	Agente de	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	07h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras	R\$1.944,14

			Educação Infantil	Curso de Cuidador							das 14 h às 16h	
05	Raquel A. Ribeiro Leardini	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
06	Érica de Souza Santos	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
07	Elisandra Patrício Silva	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
08	Aline Martins Veiga	AG I A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
09	Kátia de Oliveira Borges	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
10	Viviane Raimundo de Oliveira dos Santos	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
11	Luciana de Oliveira Rosa	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
12	Ellen Mathilde Pereira Xavier	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
13	Laudjane dos Santos David	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h	R\$1.944,14

											às11h	
14	Elizabete Coradine Bispo	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
15	Ellisa Vitória Inácio Paiva	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
16	Débora Cazarin Françoso	AG I B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
17	Alice Rocha dos Santos	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14 h às16h	R\$1.944,14
18	Ariane Augusto Manchiero	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
19	Cristina Aparecida Teodoro	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
20	Marilaine Lima Rodrigues	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	02/05/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
21	Adriana A. Pereira Gama Roque	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
22	Wyllian Maria dos Santos Martins	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14

23	Júlia Odete Godoi da Silva	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
24	Érica Tamires Oliveira dos Santos	AG I C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11h	R\$1.944,14
25	Jackeline Mirian de Melo Barbosa	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
26	Cristiane do Valle da Silva	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo - Curso de Cuidador	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
27	Léa Pessoa da Silva	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
28	Terezinha Belo Marques Coelho	AG II A	CUIDADORA	Ensino Superior Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09h às 11h	R\$1.944,14
29	Michelli Priscilla da Silva	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
30	Rebeka Almeida S. Bastos	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
31	Patricia Aparecida Kammer	AG II A	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09h às 11h	R\$1.944,14
32	Misma Karen Barbosa da Silva	AG II B	Agente de	Ensino Médio	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	07 h às 13 h	15 minutos	Todas as	R\$1.944,14

			Educação Infantil	Completo							quintas-feiras das 14h às 16h	
33	Jéssica Vanessa da Silva	AG II B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	07 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
34	Layane Ferreira Ramos Maciel	AG II B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
35	Mariliza Lopes da Silva	AG II B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
36	Jocilene Carvalho de Oliveira	AG II B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
37	Maria Claudia da Silva Costa	AG II B	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
38	Silvia José Almeida de Paula	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
39	Suzane A. Amorim Coelho	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
40	Sara Aline Alves	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às 16h	R\$1.944,14
41	Tatiane Maria Rezende da Silva	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras	R\$1.944,14

											das 09 h às 11 h	
42	Stefanny Cristina da Silva	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09h às 11h	R\$1.944,14
43	Érika Santos de Oliveira	AG II C	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
44	Vilma Fernandes Ribeiro	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
45	Ana Paula Ortiz de Oliveira	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
46	Renivalda de Oliveira	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
47	Ana Francisca Pereira Paixão	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
48	Rebeca de Almeida Santos Soares	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
49	Joyce Cristina do Nascimento Silva	AG II D	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
50	Ana Paula Alves	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h	R\$1.944,14

											às16h	
51	Laís Helena Mingatos	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
52	Laiane Ferreira da Silva Almeida	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/03/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
53	Érica Santos Gomes	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	18/04/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
54	Jeniffer Caroline Alves Sales	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
55	Priscila Alves Santana de Moraes	AG II E	Agente de Educação Infantil	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às11h	R\$1.944,14
56	Juliane Teodoro de Souza	AG III A	Agente de Educação Infantil (Apoio/ volante)	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
57	Jennifer Isabel dos Santos Mor	AG III B	Agente de Educação Infantil (Apoio/ Volante)	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
58	Priscila Vanessa de Araújo de Souza	AG III C	Cuidadora	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14
59	Giovanna Dantiely de Souza Bury	AG III D	Agente de Educação Infantil (Apoio/ Volante)	Ensino Médio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	7 h às 13 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 14h às16h	R\$1.944,14

60	Fabrcia Machado Ramos Lima	AG III E	Cuidadora	Ensino Mdio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
61	Aldeisa Rodrigues Lima de Souza	AG III G	Agente de Educao Infantil (Apoio/ Volante)	Ensino Mdio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
62	Gislainne da Silva Nonato	AG III H	Agente de Educao Infantil (Apoio/ Volante)	Ensino Mdio Completo	13/02/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14
63	Elizandra Araujo Birtche	AG III F	Cuidadora	Ensino Superior Completo	02/05/2023	CLT	160 h	32 h	12 h às 18 h	15 minutos	Todas as quintas-feiras das 09 h às 11 h	R\$1.944,14

A escola possui 27 agentes de educao infantil no perodo da manhã e 27 agentes de educao infantil no perodo da tarde. Tambm conta com 3 agentes de educao infantil volante no perodo da manhã e 2 no perodo da tarde, estes profissionais prestam apoio ao AG III e cobrem eventuais faltas de outros agentes nas demais turmas.

Para suprir a necessidade do pblico da Educao Especial, a escola possui no quadro 4 cuidadores, que foram contratados baseados nas orientações da Supervisao Educacional e da Professora de Educao Especial do Ncleo.

Vale ressaltar que este quadro de profissionais já encontra-se em efetivo trabalho na escola, conforme o Projeto Pedaggico 2023, já homologado.

Apoio:

ORD EM	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	REGIME TRABALHIST A	CARGA HORÁRI A MENSAL	CARG A HORÁ RIA SEMA NAL	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO DE REFEIÇÃO	DIA E HO RÁ RI O DE FO RM AÇÃO	SALÁRIO BASE
01	Irene Paranhos de Souza	Auxiliar Administrativo	Ensino Superior completo	*****	15/02/23	CLT	220 h	44 h	07 h às 17 h	1h12min	**	R\$3.199,62
02	<i>A contratar</i>	Jovem Aprendiz/ Administrativo	Cursando Ensino Médio	*****								
03	Emerson Gonçalves Rodrigues	Porteiro	Ensino Fundamental	*****	01/03/23	CLT	220 h	44 h	07 h às 17 h	1h12min	**	R\$1.212,00
04	<i>Em contratação</i>	Porteiro	Ensino Fundamental	*****	*****	CLT	220 h	44 h	08 h às 18 h	1h12min	**	R\$1.212,00
05	Abiatá José de Lima	Manutentor / Zelador	Ensino Fundamental	*****	13/03/23	CLT	220 h	44 h	08 h às 18 h	1h12min	**	R\$2.744,11
06	Valdelucia Anaide da Silva	Cozinheira	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	06h30 às 16h30	1h12min	**	R\$2.140,04
07	Nilsa Gonçalves Mendes de Lima	Cozinheira	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	06h30 às 16h30	1h12min	**	R\$2.140,04
08	Rozineide Rodrigues da Mota	Aux. de Cozinha	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	06h30 às 16h30	1h12min	**	R\$1.759,78
09	Valdenice dos Santos	Aux. de Cozinha	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	06h30 às 16h30	1h12min	**	R\$2.759,67
10	Renata de Jesus Beato Mauss	Aux. de Cozinha	Ensino Fundamental	*****	02/05/2023	CLT	220 h	44 h	06h30 às 16h30	1h12min	**	R\$1.759,78
11	Lucia Maria da Silva	Aux. de Limpeza	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	07 h às 17 h	1h12min	**	R\$1.759,78

12	Grazielli Cristina Lopes de Oliveira	Aux. de Limpeza	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	07 h às 17 h	1h12min	**	R\$1.759,78
13	Maria Helena Ramiro da Silva	Aux. de Limpeza	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	07 h às 17 h	1h12min	**	R\$1.759,78
14	Raquel Regina de Oliveira	Aux. de Limpeza	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	08 h às 18 h	1h12min	**	R\$1.759,78
15	Giselma dos Santos Barbosa	Aux. de Limpeza	Ensino Fundamental	*****	13/02/2023	CLT	220 h	44 h	08 h às 18 h	1h12min	**	R\$1.759,78

QUADRO DE PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS – OSC CHANCE INTERNACIONAL

A CHANCE Internacional vem através deste, declarar relação de funcionários que estarão vinculados à parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação sobre o Termo de Colaboração para a execução do objeto das 8 (oito) Unidades Educacionais administradas atualmente pela parceria.

11. CEI Bem Querer Antônio Vieira de Oliveira
12. CEI Bem Querer Governador Eduardo Henrique Accioly Campos,
13. CEI Bem Querer Elenice Ferrari,
14. CEI Bem Querer Conceição Anita Mendes Ferreiro Girondo.
15. CEI Bem Querer Prof. Milton Santos
16. CEI Bem Querer Rubem Alves
17. CEI Bem Querer Profa. Amélia Pires Palermo
18. CEI Bem Querer Maria de Lourdes Vieira da Silva
19. CEI Bem Querer Prof. José Aristodemo Pinotti
20. CEI Bem Querer Bento Faria

Conforme descrito do item 38.1 do Termo de Referência 2023- “*A Organização da Sociedade Civil poderá, de acordo com sua necessidade/conveniência, manter profissional administrativo, da equipe de apoio vinculada ao Plano de Trabalho da parceria, executando atividades, pertinentes à mesma, fora das dependências da Unidade Educacional, desde que haja prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação*”

Diante disso, a CHANCE Internacional tem a necessidade de manter um número mínimo de funcionários no setor administrativo como apoio na execução de todo trabalho vinculado à parceria, tais funcionários estarão alocados no **Escritório Central da OSC CHANCE Internacional, estes serão responsáveis pela coordenação, administração financeira/compras, prestação de contas e departamento de pessoal.**

(*) Os valores de salário base estão na proporção de 1/10 (Um Décimo), pois são compartilhadas entre as 10 (Dez) unidades, já inclusas a unidade deste processo, como segue:

APOIO - Equipe Administrativa OSC CHANCE

ORDEM	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO	DESCRIÇÃO DO CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL/ MENSAL	HORÁRIO DE TRABALHO	SALÁRIO BASE REGIME TRABALHISTA - CLT
1	Derci G. Souza	Coordenador Administrativo	Formação mínima em ensino superior completo, com experiências mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de gestão administrativa e ou financeira.	<p>Responsabilidades: O Coordenador Administrativo é responsável pela legalidade da despesa realizada para a execução do objeto de parceria e por qualquer ato praticado que não estiver em conformidade com o Plano de Trabalho e a legislação vigente.</p> <p>Principais Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Responsabiliza-se pela execução de todas as atividades dos CEI's, segundo as determinações do Termo de Referência, bem como as normas prescritas no Termo de Colaboração e prestação de serviços da CHANCE com a SME-PMC – Prefeitura 	02/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$905,99 (*)

				<p>Municipal de Campinas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representar a CHANCE no relacionamento com a SME-PMC e Órgãos afins, nas questões e atividades decorrentes do Termo de Colaboração. • Coordenar o Fluxo Financeiro das unidades educacionais; • Implementar os Orçamentos Financeiros e Administrar Recursos Humanos, • Controlar patrimônio e seus inventários, • Controlar os suprimentos e logística das unidades CEI, • Coordenar e supervisionar os serviços de contabilidade e controladoria das unidades, • Elaborar, Coordenar e acompanhar o desenvolvimento do Planejamento das Unidades CEI, • Apresentar Relatório Anual das Atividades à SME-PMC • Publicar anualmente, no Portal da Transparência o PP – Plano Pedagógico, depois de homologado pela SME-PMC. • Em suma, Planejar, Coordenar e Supervisionar o funcionamento Geral das Unidades CEI em consonância com o Diretor de cada Unidade. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE.</p>				
2	José Luiz Marques	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo III - Financeiro	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de gestão administrativa e	<p>Controles Financeiros– Realiza a formulação e preparação dos Relatórios Financeiros como controles mensais de contas correntes, Relatórios de Contas à Pagar, Controle de Recebimentos de Notas Fiscais e de Serviços, Controle de Recebimentos de Boletos de Fornecedores e de prestação de serviços, emissão de boletos e relatórios demonstrativos, conferência de notas fiscais, XML, geração de Guias de Impostos Federais como DARFs de retenção, ISSQN, e outros</p>	02/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 639,92 (*)

			ou financeira.	desta natureza. <ul style="list-style-type: none"> • Realiza pagamentos diários das obrigações e encargos financeiros para com os fornecedores e recursos humanos, de todas as unidades decorrentes da parceria da entidade junto a PMC-SME. Auxilia na elaboração dos cálculos e previsão orçamentária dos objetos de parceria. • Controles e Relacionamento Bancário– Banco do Brasil – Documentação e Informação atualizada Banco do Brasil/CHANCE e CHANCE/Banco do Brasil. • Acompanhamento e Preparação de toda documentação referente à manutenção dos Termos de Colaboração - CRC, Relatórios Financeiros Anuais, Declarações e documentações necessárias para atualização e relatórios anuais. Inclusive sendo o contato direto junto aos Órgãos Responsáveis da Prefeitura Municipal de Campinas. - Para todas as Unidades; • Acompanhamento do Fluxo Financeiro – Apoio ao Coordenador Adm. • Acompanhamento de Controle de Orçamento– P.A.A. - Apoio ao Coordenador Adm. na otimização dos recursos e análise dos relatórios “Previsto x Realizado”, emitido pelo sistema PDC; • Apoio ao Coordenador Administrativo na elaboração de Relatório de Prestação de Contas ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da CHANCE. • Prestação de Contas- Acompanhamento, Atualização de Certidões Negativas de Debito, Renovação de Cadastro de 				
--	--	--	----------------	---	--	--	--	--

				<p>Fornecedores, fornecimento junto ao Banco do Brasil, dos Extratos, comprovantes de Pagamentos, Lançamento de Regularizações, Conferência e Acompanhamento de Conciliação Bancária, Contato direto com os Analistas da SME-PMC, Supervisão e Tramitação de Prestação de Contas Mensal de todas as unidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelo Controle de Patrimônio de todas as Unidades, com Inventário atualizado anualmente. • Responsável pelo arquivo e guarda dos documentos financeiros, contábeis e afins pelo tempo determinado por lei e pela SME-PMC; • Assessoria direta ao Coordenador Administrativo em todas as atividades afins – Auxilia, assessora e reporta-se diretamente ao Coordenador Administrativo. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE.</p>				
3	Rogério Mingatos	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo III – Compras e Orçamentos	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de gestão administrativa e ou financeira	<p>Compras- Responsável pelo Departamento de Compras e Contratação de Serviços da CHANCE em relação a todas unidades educacionais com Termos de Colaboração junto a SME-PMC, conforme Regulamento de Compras e Contratação de Serviços com Verbas Públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e acompanhamento de controles de orçamentos de compras de consumo de todas as unidades educacionais, de materiais pedagógicos, de higiene e limpeza, de EPIs, de Utensílios e demais produtos, bem como de materiais de manutenção e mão-de-obra de serviços, mantendo o cadastro atualizado de fornecedores e prestadores de serviços, 	02/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 639,92 (*)

				<p>com suas certidões negativas atualizadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanha e controla os limites disponíveis para cada conta, otimiza os recursos para o melhor desempenho das unidades educacionais. <p>Contábeis:Preparação de Relatórios Contábeis como controles de caixa, Escrituração do Serviços tomados, bem como o controle das Guias de Retenção de ISSQN e Impostos Federais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Relatórios e Fornecimento de Informações Contábeis e financeiras para o Escritório de Contabilidade, de Controladoria e Auditoria Independente, mensalmente e quando solicitados; • Responsável pela publicação dos Relatórios Anuais de Atividades, Balanço Patrimonial e seus anexos, e Relatórios de Auditoria Independente no D.O.M. - Diário Oficial do Município de Campinas; <p>Portal da Transparência:Fornecer dados atualizados da área contábil e financeira para publicação no Portal da Transparência da CHANCE.</p> <p>Estoques e Logística:Otimização da Logística das entregas das compras e acompanhamento dos controles dos suprimentos de Estoques de Materiais de Consumo como de Higiene e Limpeza e Materiais Pedagógicos de todas as unidades educacionais convênio de parceria CHANCE com a SME-PMC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle e acompanhamento dos alimentos recebidos do CEASA em cada unidade; confecção de planilhas para acompanhamento de todos os recebimentos 				
--	--	--	--	---	--	--	--	--

				<p>de alimentos recebidos em cada unidade, afim de serem contabilizados e apresentados em Auditoria Independente anualmente.</p> <ul style="list-style-type: none"> Assessoria direta ao Coordenador Administrativo em todas as atividades afins – Auxilia, assessora e reporta-se diretamente ao Coordenador Administrativo. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE.</p>				
4	Fabiane Trevisan	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo III – DP/RH	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de gestão administrativa e ou financeira	<p>Responsabilidades: Profissional com conhecimento profundo da rotina da Organização e de todos os processos operacionais de gestão de pessoas (base CLT) dentro do setor da gestão pública. Além de noções das obrigações acessórias: e-SOCIAL, SEFIP, RAIS, CAGED, DIRF, Homologanet, Homologações e SPED Folha.</p> <p>Principais Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Relacionar-se amplamente com o público interno, sindicatos e contadores. Manter-se atualizado quanto às convenções coletivas. Coordenar projetos de RH (encontros, treinamento, pesquisas etc.) e registrar minutas, Garantir que as rotinas da empresa estejam de acordo com os termos da legislação trabalhista. Estar atento às mudanças nas leis trabalhistas e tributárias. Responsabiliza-se pela elaboração da folha de pagamentos e benefícios, dentro das normas e procedimentos da CHANCE e legislação vigente. 	05/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 639,92 (*)

				<ul style="list-style-type: none"> • Responsabiliza-se pelos procedimentos operacionais de contratação e demissão de pessoal dentro das normas e procedimentos da Organização, da leis vigentes e das normas contratuais do contrato de prestação de serviços a PMC/SME. • Responsabiliza-se pelos procedimentos operacionais de avaliação de desempenho dentro das normas e procedimentos da CHANCE. • Responsabiliza-se pelos controle de registro e arquivo de toda documentação contratual, trabalhista e financeira. • Realizar o controle de férias dos funcionários. • Gerir o controle da marcação de ponto eletrônico. • Gerenciar informações inseridas em programas de gestão de pessoas e programas fiscalizadores, como o e-Social e outros. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE.</p>				
5	Adilso Dias Batista	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Prestador de Contas	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo e	<p>Prestação de Contas- Funções Específicas:Prestação de Contas Mensal à SME-PMC e Patrimônio de todas as Unidades Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por todo processo de prestação de contas das Unidades junto à SME-PMC; • Controle de Patrimônio da Unidade – Assessora diretamente a Direção da Escola no Controle de Recebimento, Transferência e Inventário do Patrimônio disponibilizado na Unidade; • Sistema PDC – Inclusão e exclusão no Sistema de Folha de Pagamento, Registro de 	01/03/2023	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)

			ou financeiro	Funcionários, Controle de Arquivos de Documentos, Lançamentos de despesas de documentos afins da prestação de contas. Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE				
6	Aguinaldo Marcelo Pereira Pardiniho	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Prestador de Contas	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo e ou financeiro	Prestação de Contas- Funções Específicas: Prestação de Contas Mensal à SME-PMC e Patrimônio de todas as Unidades Educacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por todo processo de prestação de contas das Unidades junto à SME-PMC; • Controle de Patrimônio da Unidade – Assessora diretamente a Direção da Escola no Controle de Recebimento, Transferência e Inventário do Patrimônio disponibilizado na Unidade; • Sistema PDC – Inclusão e exclusão no Sistema de Folha de Pagamento, Registro de Funcionários, Controle de Arquivos de Documentos, Lançamentos de despesas de documentos afins da prestação de contas. Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE	02/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)
7	Eliana Ap. Pereira S Lima	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Prestador de Contas	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo e ou financeiro	Prestação de Contas- Funções Específicas:Prestação de Contas Mensal à SME-PMC e Patrimônio de todas as Unidades Educacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por todo processo de prestação de contas das Unidades junto à SME-PMC; • Controle de Patrimônio da Unidade – Assessora diretamente a Direção da Escola no Controle de Recebimento, Transferência e Inventário do Patrimônio disponibilizado na Unidade; • Sistema PDC – Inclusão e exclusão no Sistema de Folha de Pagamento, Registro de Funcionários, Controle de Arquivos de 	01/03/23	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)

				Documentos, Lançamentos de despesas de documentos afins da prestação de contas. Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE				
8	Viviane A.M. Lelis	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Prestador de Contas	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo e ou financeiro	Prestação de Contas- Funções Específicas: Prestação de Contas Mensal à SME-PMC e Patrimônio de todas as Unidades Educacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por todo processo de prestação de contas das Unidades junto à SME-PMC; • Controle de Patrimônio da Unidade – Assessora diretamente a Direção da Escola no Controle de Recebimento, Transferência e Inventário do Patrimônio disponibilizado na Unidade; • Sistema PDC – Inclusão e exclusão no Sistema de Folha de Pagamento, Registro de Funcionários, Controle de Arquivos de Documentos, Lançamentos de despesas de documentos afins da prestação de contas. Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE	01/11/22	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)
9	Victor Edson Oliveira Neto	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Prestador de Contas	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente	Prestação de Contas- Funções Específicas: Prestação de Contas Mensal à SME-PMC e Patrimônio de todas as Unidades Educacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por todo processo de prestação de contas das Unidades junto à SME-PMC; • Controle de Patrimônio da Unidade – Assessora diretamente a Direção da Escola no Controle de Recebimento, Transferência e Inventário do Patrimônio disponibilizado na 	01/03/2023	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)

			administrativo e ou financeiro	<p>Unidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema PDC – Inclusão e exclusão no Sistema de Folha de Pagamento, Registro de Funcionários, Controle de Arquivos de Documentos, Lançamentos de despesas de documentos afins da prestação de contas. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE</p>				
10	Stella Pinheiro	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Folha de Pagamento	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo	<p>Departamento Pessoal e Recursos Humanos:</p> <p>Responsabilidades: Assistência e apoio ao auxiliar administrativo de Recursos Humanos III , nas operações diárias das funções e obrigações do RH, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prestação de suporte administrativo para a Diretoria, Compilação e atualização dos registros dos funcionários (cópias impressas e digitais), Auxiliar operações diárias das funções e obrigações de RH, Processar a documentação e preparar relatórios relacionados com as atividades do pessoal (agenciamento, recrutamento, treinamento, reclamações, avaliações de desempenho etc.), Negociar as solicitações de funcionário relacionadas com problemas, regras e regulamentos de recursos humanos, Executar e elaborar a folha de pagamento inserindo dados relevantes (ausências, bônus, licenças etc.), Comunicar-se com os administração pública, quando necessário, Tratar adequadamente as reclamações e procedimentos de denúncia trabalhistas, Coordenar a comunicação com candidatos e agendar entrevistas, Conduzir a orientação inicial para funcionários 	04/02/21	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 573,54 (*)

				<p>recentemente contratados,</p> <ul style="list-style-type: none"> Auxiliar os nossos recrutadores na seleção de candidatos e atualizar o nosso banco de dados. <p>Local de Trabalho: Escritório Central da CHANCE.</p>				
11	Ariane O. N. Zavagli de Morais	Assistente Administrativo ou Auxiliar Administrativo II – Folha de Pagamento	Formação mínima em ensino médio com experiência mínima comprovada de 03(três) anos em cargo de assistente administrativo	<p>Departamento Pessoal e Recursos Humanos:</p> <p>Responsabilidades: Assistência e apoio ao auxiliar administrativo de Recursos Humanos III , nas operações diárias das funções e obrigações do RH, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prestação de suporte administrativo para a Diretoria, Compilação e atualização dos registros dos funcionários (cópias impressas e digitais), Auxiliar operações diárias das funções e obrigações de RH, Processar a documentação e preparar relatórios relacionados com as atividades do pessoal (agenciamento, recrutamento, treinamento, reclamações, avaliações de desempenho etc.), Negociar as solicitações de funcionário relacionadas com problemas, regras e regulamentos de recursos humanos, Executar e elaborar a folha de pagamento inserindo dados relevantes (ausências, bônus, licenças etc.), Comunicar-se com os administração pública, quando necessário, Tratar adequadamente as reclamações e procedimentos de denúncia trabalhistas, Coordenar a comunicação com candidatos e agendar entrevistas, Conduzir a orientação inicial para funcionários recentemente contratados, Auxiliar os nossos recrutadores na seleção de candidatos e atualizar o nosso banco de dados. 	01/05/23	44h/220h (4h24/22h)* *para a unidade educacional	7h às 17h 1h12min de almoço	R\$ 479,94 (*)

15.3.4 QUADRO DE METAS E INDICADORES DE QUALIDADE**ANEXO III - MODELO N**

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	PRINCIPAIS AÇÕES PARA O ALCANCE DAS METAS	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
1. Construção coletiva, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico considerando-se as especificidades e demandas da comunidade.	1. Attingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	1.1 Propósitos educativos que contemplem as características e/ou necessidades da comunidade atendida. 1.2 Plano Pedagógico, Planos Coletivos por Agrupamento e Planos Individuais de Ensino/Trabalho	1.1 Envolver toda a comunidade escolar na elaboração, construção, efetivação e avaliação do Projeto Pedagógico da escola. Assegurar o Respeito e conhecimento das diversidades nas características da comunidade atendida, demandando um olhar cuidadoso dos(as) educadores(as) na elaboração do planejamento para o acolhimento contemplando o PP em seus planos; Elaborar questionário impresso para coleta de informações sobre a origem e história de vida das crianças e famílias que compõem a comunidade escolar; entrevistar moradores antigos, para conhecer o histórico do	Equipe Gestora Equipe Docente Agentes Educacionais Crianças Colegiados Famílias	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.

		<p>específicos de cada turma em consonância com os propósitos educativos e as características do grupo de crianças.</p> <p>1.3 Registro das reuniões realizadas para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico da unidade educacional (Reunião Pedagógica de Avaliação Institucional RPAI, Comissão Própria de avaliação - CPA,</p>	<p>surgimento do bairro, seus marcos, origens culturais e características da comunidade; propiciar a presença dos pais/responsáveis na rotina escolar. Garantir parceria e diálogo com as famílias que não poderão estar fisicamente presentes nos primeiros dias letivos e assegurar a escuta das famílias sobre a educação da criança no contexto familiar, suas expectativas, necessidades e receios quanto ao compartilhamento da educação de seus(as) filhos(as), de modo a possibilitar uma participação ativa nas ações desenvolvidas;</p> <p>1.2 Proporcionar ao longo do ano letivo, momentos e encontros acolhendo a escuta das crianças, famílias e comunidade, antes da elaboração dos Planos de Ensino, considerando os campos de interesse do grupo, as especificidades de cada agrupamento e turma; criar material impresso, murais informativos, semanários e portfólios, possibilitando a visibilidade das experiências vivenciadas, contemplando as aprendizagens das crianças neste contexto</p>		
--	--	--	---	--	--

		<p>Tempos Pedagógicos entre Pares e demais tempos pedagógicos).</p> <p>1.4 Registro das ações voltadas à participação das famílias e crianças no processo educativo.</p> <p>1.5 Projeto Pedagógico construído e homologado em consonância com as resoluções e Documentos Curriculares da SME.</p>	<p>social. Proporcionar reunião com as famílias das crianças novas para que conversem sobre suas expectativas e preocupações frente à nova situação, conheçam o relato das famílias em vídeo que revele as vivências entre educadores(as), famílias e crianças na unidade educacional.</p> <p>1.3 Assegurar a participação dos Pais/Responsáveis e equipe educacional na assembleia para a eleição do Conselho de Escola; compor os colegiados da unidade na construção da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) e garantir na parametrização do Calendário Escolar seguindo Resolução específica para a sua elaboração. Elaborar os questionários avaliativos junto ao conselho e CPA; Realizar assembleias com as turmas, avaliando os espaços e sua organização, alimentação, mobiliário e materiais, sob a perspectiva das crianças promovendo momentos de diálogos, negociação e encaminhamento na busca de solução para as problemáticas levantadas; enviar aos pais</p>		
--	--	---	---	--	--

		<p>os questionários avaliativos externos; envolver as famílias e a comunidade nas ações intersetoriais; criar registro das memórias de todas as reuniões e assembleias contendo as falas e fotos destes momentos para compor acervo da história da unidade; realizar momentos de formação continuada para todos os sujeitos escolares, possibilitando a reflexão, a instrumentalização sobre a ação educativa realizada pelos educadores e fortalecer a participação e a relação da comunidade, de modo a garantir a construção do vínculo assim como a socialização, escuta e diálogo delas com os adultos e as demais crianças da turma e de toda a unidade educacional.</p> <p>1.4 Proporcionar atividades que envolvam os profissionais da unidade escolar, crianças e famílias; atividades tais como: Oficinas de artes em telas, criação de brinquedos com materiais não estruturados, pintura de rosto, artes com balões, massinha de modelar caseira, slimes, entre outros que surgirem do interesse das crianças e da equipe</p>		
--	--	---	--	--

			<p>escolar. Realizar apresentações culturais com a participação das crianças e educadores, com apresentações musicais, danças e teatros, com temas baseados nos projetos que serão trabalhados. Promover estudos do meio e passeios culturais. Toda trajetória do cotidiano educacional na escola será documentada em vídeos, fotografias, relatórios e portfólio com escutas e falas das famílias e crianças de todo processo educativo.</p> <p>1.5 O Projeto Pedagógico como documento vivo dentro da escola, será elaborado a partir das observações e avaliações feitas ainda no final do ano anterior, coletivamente e seguindo a Resolução específica para a elaboração do PP. A equipe escolherá os temas dos projetos, por meio de escuta e diálogo com as crianças apontando seus desejos e necessidades e teremos como</p>		
--	--	--	--	--	--

			<p>documentos norteadores do município de Campinas: as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil e os Cadernos Curriculares Temáticos: Espaços e Tempos, Artes, Música e Educação: Tudo é coisa música, As Relações Étnico-Raciais Afro-Brasileiras: Subsídios à Ação Educativa; Narrativas sobre Educação Especial nas escolas da Rede Municipal de Campinas todas as propostas envolvendo o brincar livremente, faz de conta, jogo simbólico, atividades de expressão artística (desenhos, modelagens, esculptores, esculturas, pinturas, arquitetos e arquiteturas), múltiplas linguagens (oral, escrita, musical, corporal); Pesquisar e estudar outras fontes que coincidem e ampliam os princípios das diretrizes, como por exemplo: os ateliês de Reggio Emilia.</p> <p>As famílias terão acesso no processo de elaboração do Projeto Pedagógico através das pesquisas/questionários, durante o ano receberão mensalmente bilhete sobre as atividades que serão desenvolvidas, ao final do mês será enviado um folder com os</p>		
--	--	--	---	--	--

			registros do que foi realizado com as crianças de cada agrupamento. Vale destacar que a escola já possui um Projeto Pedagógico homologado em 2023, que será dado sequência a partir do mês 08 de 2023.		
2. Promoção de uma educação inclusiva e que respeite as diversidades.	2. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	2.1 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos e Projetos que expressem ações éticas e estéticas com a comunidade escolar que dialoguem, acolham e respeitem a diversidade humana, as diferentes organizações familiares, sociais e culturais.	2.1 Assegurar que a construção dos Planos Pedagógico, Individuais, Coletivos e Projetos estejam de acordo com as Diretrizes Curriculares Municipais; Propiciar vivências com temáticas que possibilitem a pesquisa, discussão e reflexão, sobre a origem da história do povo brasileiro, sem estereótipos, mas considerando a miscigenação étnica e cultural; Dialogar sobre as diferenças a partir de materiais literários e diferentes biografias; Respeitar as diferentes configurações familiares, valorizando a história de vida das crianças. 2.2 Promover ações e vivências dentro dos Planos e Projetos garantindo que estejam alicerçados a contos da cultura indígena, africana e europeia, tais como: Um lugar para todos – Daniel Munduruku, Obax –	Equipe Gestora Equipe Docente Agentes Educacionais Crianças Colegiados Famílias	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.

		<p>2.2 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos e Planos de Formação que expressem ações que oportunizem vivências com o conhecimento e a cultura, que se entrelaçam na vida social e explorem e estimulem a socialização, valorização e respeito entre sujeitos e grupos nas suas diferenças etárias, físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, sociais,</p>	<p>André Neves, para elucidar a riqueza cultural do nosso país; Apresentar as variações linguísticas de cada região brasileira; Promover oficinas de artes (tecidos, cerâmicas, pintura corporal, arte plumária, pintura em pedra, telas), culinárias típicas; Possibilitar escutas e ampliação de repertórios musicais; Apresentação de diferentes ritmos musicais que compõem a cultura do nosso país; Apresentar instrumentos musicais específicos da cultura brasileira, e com as crianças construir alguns deles com materiais recicláveis (chocalhos, pandeiro, flauta de sopro, tambor, matraca, violas); Desenvolver atividades que insiram as crianças no contexto de práticas que englobam textos orais e escritos (parlendas, fábulas, poesias e poemas, cordel, jornais, receitas, cartas, bilhetes) associados ao ambiente cultural e social; Refletir sobre os saberes/fazeres a partir dos princípios da Educação Especial na perspectiva inclusiva; Desenvolver propostas de estimulação dos sentidos (tato, visão, paladar, olfato, audição)</p>		
--	--	--	---	--	--

		<p>políticas, étnicas, regionais, culturais, religiosas e de gênero, de acordo com os Documentos Curriculares e Legislação Vigente.</p> <p>2.3 Plano Pedagógico e Planos de trabalho do Professor de Educação Especial que expressem ações que promovam condições de acesso, de permanência, de participação e a construção de conhecimento pelas</p>	<p>possibilitando a percepção e descoberta do mundo a nossa volta; Organizar espaços investigativos, contendo diferentes materialidades proporcionando diferentes brincades (farinha de trigo, feijão-cru, arroz cru, sagu cru e cozido, macarrão cru e cozido, bolinhas de gel, areia, água e etc), brincadeiras adaptadas (batata quente, estátua, boliche, futebol, basquete e etc); Respeitar a diversidade religiosa, estimulando a tolerância e o respeito por todas as religiões.</p> <p>2.3 Assegurar a educação das crianças da demanda da educação especial, colocando-a salvo de toda forma de discriminação e violência; Garantir o direito das crianças com deficiências de acesso à cultura, educação e participação em todos os tempos e espaços; Assegurar para as crianças com laudo/solicitação médica, o acompanhamento do cuidador; Acompanhar com periodicidade, os encaminhamentos de crianças para os serviços terapêuticos especializados, como atestado de</p>		
--	--	---	---	--	--

		crianças com frequência de fono/terapia ocupacional/outros/retorno dos encaminhamentos feitos; Propiciar ao professor referência da sala, as orientações sobre adaptações no seu planejamento na busca de contemplar todo o coletivo nas propostas planejadas, Produção e empréstimos de materiais adaptados; garantindo a inclusão de todos; Possibilitar experiências que extrapolem os estereótipos e pré-conceitos estabelecidos;		
	2.4 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos que expressem a promoção de ações para o enfrentamento e combate às discriminações, preconceitos e violências em razão de sua etnia, gênero,	2.4 Garantir que nos Planos e Projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano expressem e estimulem o respeito as diferenças; propor rodas de conversas abordando a valorização do negro, oriental, diversas etnias indígenas e povos; sugerir pesquisas sobre as diferentes condições físicas (tetraplégico, paraplégico, cegos, surdos, gordo, magro, baixo, alto, dentre outros), incentivando as crianças a perceberem os valores e beleza existentes nas diferenças; buscar conhecer a genealogia das crianças e suas famílias, e		

		orientação sexual, condição física, religião, nacionalidade, condição socioeconômica, entre outros fatores de identidade social.	levantar dados sobre as regionalidades e nacionalidades que integram a comunidade escolar. Para a realização destas ações nos apoiaremos no Caderno Temático: As Relações Étnico-raciais Afro-brasileiras e no programa (MIPID), (PROIN) e a proposta com a Cultura de Paz (Semeando a Cultura de Paz nas escolas) são ações que envolverá para o enfrentamento e combate às discriminações, preconceitos e violências.		
3. Brincar como eixo estruturante da organização do trabalho pedagógico.	3. Attingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	3.1 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos que promovam ações que envolvam o brincar entre pares multietários, entre bebês e crianças de vários agrupamentos e	3.1 Desenvolver planos pedagógicos individuais e/ou coletivos e os projetos com base em ações lúdicas que propiciem tempos e espaços para encontros entre pares, brincar livremente, passeios estudo do meio, jogos, brinquedos e brincadeiras diversas, brincar livre, investigações e descobertas, ouvir e dramatizar histórias, comer, dormir; propiciando o resgate das diversas infâncias e culturas, fortalecendo ações conjuntas entre crianças-crianças, crianças-adultos. Portanto na elaboração	Equipe Gestora Equipe Docente Agentes Educacionais Crianças Colegiados Famílias	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.

		<p>turmas e destes com os adultos, fortalecendo seus vínculos.</p> <p>3.2 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos que expressem organização de materiais, tempos e espaços (internos e externos), potencializando o brincar, a autonomia e o acesso a todas as crianças.</p> <p>3.3 Plano Pedagógico,</p>	<p>coletiva do Projeto Pedagógico, os olhares para as autorias e criações brincantes configurarão ações e propostas a potencializar e organizar os planejamentos pedagógicos, necessitando ser considerados, registrados, acolhidos, apreciados, compartilhados e dialogados pelas educadoras, replanejando em conjuntos com as crianças, ao longo do ano.</p> <p>3.2 Assegurar espaços que propiciem vivências e experiências novas de interação e descobertas, promovendo diferentes brincades. Garantir o brincar livremente que permite à criança acessar inúmeras outras situações e conhecimentos, construídos por ela e por outras crianças, possibilitando experiências transformadoras durante o cotidiano. Assim, os espaços e tempos são organizados e preparados com as crianças ambientes acolhedores e ricos em possibilidades de criação, agregando seus conhecimentos e interesses com uma diversidade de materiais brincantes e assim transformando os espaços em movimentos.</p>		
--	--	--	--	--	--

		<p>Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos que expressem a proposição de ações que explicitem as multiplicidades de brincadeiras, superando a lógica do consumo.</p> <p>3.4 Plano Pedagógico, Planos Individuais, Planos Coletivos, Projetos que promovam a valorização da escolha, da criação e da autoria de todas as crianças no brincar.</p>	<p>Constituir com elas novos territórios, com materialidades diversas como: as folhas, os gravetos, o ferro, a madeira, os ruídos e outros sons, o sisal, tecidos, o carvão, a argila, o vento, o bambu, o barro, a água entre outros elementos. Assim, brincantemente, as crianças potencializarão o brincar, a autonomia e darão novos sentidos e significados e, às vezes, novas formas em suas brincadeiras. Além das brincadeiras livremente possibilitar brincadeiras em suas relações como: Quebra-cabeça criado por elas; painéis sensoriais (sonoro e tátil) ou até mesmo a construção de uma casinha sensorial; jogo de dominó, memória e jogo da velha construída com elas; Jogo das figuras (garrafas plásticas, latinhas, papéis construído com elas); brincadeiras de mímicas: rir, chorar, dar gargalhadas, fazer caretas, piscar; brincadeiras rimadas e ritmadas, cantigas de roda e canções.</p> <p>3.3 Contemplar nos Planos e Projetos experiências que contemplem e estimulem</p>		
--	--	---	--	--	--

			<p>as multiplicidades de brincadeiras e favoreçam a descoberta dos limites do próprio corpo e assegura a imaginação conectada com o real, concretizada no brincar, permite reconfigurações da vida de várias formas, inclusive na relação com o ambiente, já que as crianças também são (re)criadoras de culturas. Assim, os Planos Pedagógicos, Planos Individuais, Planos Coletivos e os Projetos que expressarão a proposição de ações onde as crianças (re)construirão a cada invenção. Garantir um brincar na elaboração e arranjos de conhecimentos, e não um passatempo para entreter as crianças. O brincar nos documentos da unidade vem como potencialidade criadora, assegurando às crianças a curiosidade infantil e investigativa em todo seu processo de aprendizagem e superando a lógica do consumo. Dentro de suas brincadeiras possibilitar com elas intencionalidades do brincar também por meio da escuta quando pedem para brincar de: pular corda; esconde/esconde; dança das cadeiras; cabo de guerra, escorregar no</p>		
--	--	--	---	--	--

			<p>barranco com papelão; estátua, cabra cega; ovo choco; batata quente, cirandas de roda e entre outras brincadeiras que as crianças trazem por meio de sua cultura e território.</p> <p>3.4 Criar e organizar diferentes espaços que reflitam as concepções de criança, infância e educação, oportunizando à criança autonomia para escolher onde, quando e com o que brincar. Desta forma, a escola será estruturada como um grande laboratório/ateliê, organizado da seguinte forma:</p> <p>-Ateliê com diferentes materiais e materialidades (riscantes secos e úmidos, argila, massa de modelar, cones e cilindros, tecidos de diferentes texturas, gravetos, folhagens, grãos, sementes, areia, pedras, dentre outros).</p> <p>- Jogos, neste espaço estarão disponíveis tangram, legos, xadrez, dominó, jogos de encaixe (formas geométricas), pareamento de cores e formas, alinhavo, acerte o alvo e</p>	
--	--	--	---	--

			<p>mesas de jogos eletrônicos interativos.</p> <p>- Tenda de Leitura: espaço de interação e contato com o mundo letrado. Serão disponibilizados diferentes suportes literários para que as crianças manuseiem, realize leitura de forma não convencional e se apropriem da função social da escrita e dos diversos gêneros textuais (contos, fábulas, parlendas, cartas, revistas, jornais, panfletos e etc.).</p> <p>-Canto “Faça você mesmo”, neste espaço estarão disponíveis materiais recicláveis (garrafas pet, cds, tampinhas de garrafa, caixas de papel, latas de leite), com esses materiais as crianças e educadoras poderão produzir brinquedos e invenções a seu modo (bilboquê, pião, vai e vem, carrinhos, telefone sem fio e etc.)</p> <p>- Cantos de faz de conta (casinha, salão de beleza, escritório, brinquedos (carrinhos e profissões), materiais não estruturados, cones entre outros).</p>		
--	--	--	---	--	--

<p>4. Currículo construído em consonância com a legislação Municipal e federal e também Documentos Municipais.</p>	<p>4. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.</p>	<p>4. Proposições de ações educacionais no Plano Pedagógico e nos Planos Individuais, coletivos e Projetos que contemplem:</p> <p>4.1 Relações sociais e culturais da criança com a vida e com o mundo, que incluem diferentes gêneros textuais e formas de expressão - corporal, gestual, verbal, plástica, dramática e musical.</p> <p>4.2 Vivências narrativas</p>	<p>4.1 Oportunizar situações em que a criança reconheça e explore seu próprio corpo (utilizando espelho, imitação e brincadeiras diversas). Realizar exercícios rítmicos através do corpo e com instrumentos. Gravar produções e as interpretações das crianças. Utilizar amplo repertório musical e literário com diferentes estilos e compositores.</p> <p>4.2 Promover atividades permanentes que permitam acolhimento, contação de história, roda de conversa, apreciação de diversos gêneros musicais e textuais, cantigas de roda, dramatização, pantomima; Utilizar a linguagem oral ampliando os modos de comunicação da criança em situações sociais através de: brincadeiras de roda, jogos cantados, parlendas, travas línguas, poemas, poesias, narração de acontecimentos, experimentação gráfica de marcas através de escritas espontâneas, desenhos e pinturas; Familiarizar - se de forma lúdica com a linguagem escrita no contexto social através de: leitura de</p>	<p>Equipe Gestora Equipe Docente Agentes Educacionais Crianças Colegiados Famílias</p>	<p>Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.</p>
--	---	---	--	--	---

		<p>de apreciação e interação, individual e coletivamente, com a linguagem oral e escrita, em meio a diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos no contexto das práticas sociais.</p> <p>4.3 Relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaços temporais a partir de contextos significativos que recriam as práticas sociais da vida da criança, da família, dos educadores e da</p>	<p>imagens, revistas, jornais, charadas, rimas poesias, manuseio de livros. Produzir escrita espontânea em diferentes suportes (caixa de areia, folhas de papel de diferentes texturas, sobre madeiras); Envolver a família em práticas de leitura através do projeto maleta viajante.</p> <p>4.3 Propor brincadeiras, jogos e cantigas que incluam diferentes formas de contagem. Favorecer brincadeiras de construção de torres, pistas, cidades, encaixe com quebra-cabeça de diferentes formas e tamanhos; Construir com a ajuda do educador, painéis com registro do peso, altura, número do calçado e roupas das crianças. Realizar receitas culinárias envolvendo diferentes unidades de medidas: tempo de cozimento, quantidades dos ingredientes (litro, quilograma, colher e xícara); Propor que a criança faça medições utilizando recursos não convencionais (palmos, dedos, pés, barbantes etc); Manusear o tangram e blocos lógicos observando as suas formas</p>		
--	--	---	---	--	--

		<p>comunidade.</p> <p>4.4 Relações com variadas formas de expressões artísticas: música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, teatro, literatura e dança.</p> <p>4.5 Vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos, dialogando com a diversidade humana, social e cultural.</p> <p>4.6 Promoção de</p>	<p>geométricas; Proporcionar marcação do tempo por meio de objetos como: relógio, calendário e outros. Propiciar resolução de problemas de forma não convencional, propostos em contexto de jogos e brincadeiras; Utilizar o dinheiro em situações de faz de conta e brincadeiras.</p> <p>4.4 Promover atividades artísticas através de escultura, desenho, colagem, pintura, gravura, fotografia, teatro, danças e expressão corporal, expressão plástica e sonora, poesias e parlendas. Estimular na criança de acordo com o projeto de cada turma, o gosto pela pintura e pelas artes através da releitura. Realizar com as crianças a realização de curtas metragens. Proporcionar apreciações de obras musicais e artísticas de vários estilos.</p> <p>4.5 Refletir com as crianças sobre as diferentes culturas que compõem o nosso país, valorizando as diferenças existentes no coletivo da unidade; Fazer pesquisa com as</p>		
--	--	---	--	--	--

		<p>vivências com o conhecimento e a cultura na sua diversidade, que explorem e estimulem a socialização entre sujeitos e grupos, por meio de uma educação integradora e inclusiva que responda às necessidades especiais de todas as crianças de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens e contextos socioculturais</p>	<p>o famílias sobre a sua descendência, genealogia, naturalidade; Convidar parentes das crianças (bisavós, avós, tios), para compartilhar histórias sobre sua infância, brincadeiras, músicas, comidas típicas que mais gostava; Associar as diferentes culturas e histórias relatadas ao contexto histórico que constituem a nação brasileira; Apresentar os tipos de moradias existentes nas culturas indígena, africana e portuguesa, associando-as aos tipos de moradias contidas no Brasil; Conhecer as diferenças linguísticas de cada região brasileira, apresentando os diferentes dialetos: caipira, gaúcho, baiano, carioca, pernambucano, dentre outros.</p> <p>4.6 Conhecer o histórico das famílias, buscando dados sobre as necessidades das crianças principalmente daquelas com necessidades especiais; Combater quaisquer julgamentos e pré-conceitos sobre as organizações e os valores dos familiares e das crianças; Fazer brincadeiras</p>		
--	--	---	---	--	--

		<p>e espaciais, que se entrelaçam na vida social.</p> <p>4.7 Interações que permitam a autonomia da criança no pensar e fazer com o outro, no cuidado pessoal, na auto-organização, na saúde, nutrição e bem-estar.</p> <p>4.8 relações com o mundo físico, considerando o conhecimento da biodiversidade e a necessidade de sua</p>	<p>com sons, ritmos e melodias com a voz e instrumentos musicais e objetos sonoros; Promover e realizar brincadeiras populares e tradicionais, realizando adaptações para que as crianças vivenciem experiências que superem qualquer tipo de preconceito e exclusão, serão elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vôlei sentado; - Pega sensorial; - Brincando com sombras; - Caixa dos Sentidos. <p>4.7 Organizar cantos de aprendizagem nos diversos ambientes da escola, favorecendo momentos de integração entre as turmas; Explorar e interagir nos parques e outros espaços da escola como: quiosques, parques, sala de leitura e casinha de boneca; Incentivar as crianças a se alimentarem e evitar o desperdício de alimentos. Conhecer a origem dos alimentos (in natura) e apresentar o cardápio diário da merenda escolar através de uma cesta de alimentos; Oferecer alimentação saudável</p>		
--	--	--	---	--	--

		<p>preservação para a vida, no cuidado consigo, com o outro e com a natureza.</p> <p>4.9 Interações com as manifestações e tradições culturais, prioritariamente locais e regionais.</p> <p>4.10 uso de recursos tecnológicos e midiáticos a práticas sociais que ampliem as vivências das crianças com o conhecimento e a cultura.</p>	<p>para as crianças de acordo com o cardápio enviado pela Ceasa; Receitas culinárias, apresentação e construção da pirâmide alimentar; Dar continuidade na organização do espaço destinado a horta com plantio de temperos e hortaliças; Desenvolver atividades distintas na prática diária que permita a criança (na medida das suas capacidades) formar habilidades do fazer sozinho e com o outro, tais como: organizar seus pertences, guardar brinquedos e jogos, escovar os dentes, utilizar o banheiro sem auxílio do adulto, lavar as mãos, se auto servir durante as refeições, vestir-se e calçar sapatos; Valorizar atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente na prevenção da proliferação de doenças e construir projetos envolvendo a reciclagem e preservação do meio ambiente.</p> <p>4.8 Favorecer o conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais, por meio da sua criação e cultivo (vasos, hortas,</p>		
--	--	---	--	--	--

			<p>aquários e terrários). Incentivar pesquisas que envolvam a diversidade da fauna e flora brasileira e garantir atividade envolvendo o “Meio Ambiente” de acordo com o ProgEA (Programa de Educação Ambiental). Respeitar diferentes formas de relacionamentos no convívio social, propondo momentos de reflexão sobre a diversidade de hábitos, modos de vida e costumes de diferentes épocas, lugares e povos através de pesquisas, entrevistas, músicas e outros (Conhecer a história da cidade). Possibilitar a utilização e manipulação de fotos relatadas e outros registros para observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo. Incentivar e proporcionar reflexão sobre sentimentos positivos como: solidariedade, colaboração, amor e respeito ao próximo, aos animais e as plantas. Refletir sobre aceitação do eu, respeito às diferenças culturais, religiosas e econômicas. Valorizar atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente na prevenção da proliferação de doenças e</p>		
--	--	--	--	--	--

			<p>construir projetos envolvendo a reciclagem e preservação do meio ambiente.</p> <p>4.9 Vivenciar experiências criativas com instrumentos musicais e atividades sonoras, materiais de artes plásticas e gráficas que proporcionam conhecimento da diversidade ligado à música, dança, arte, teatro, literatura e práticas culturais. Conhecer a diversidade cultural brasileira com seus diferentes costumes, entre os quais podemos citar: vestimentas, culinárias, manifestações religiosas, tradições, artistas, artesanatos entre outros. Ter contato com outras culturas, com o novo, favorecendo a tolerância às diferenças bem como a convivência em sociedade.</p> <p>4.10 Utilizar nas atividades propostas o acesso à tecnologia no processo de ensino possibilitando que a criança possa manipular e interagir com diversos recursos como: câmera fotográfica, computador, televisão, aparelho de som, rádio, microfone,</p>		
--	--	--	--	--	--

			filmadora, celular, data show etc. criando e recriando vivências cotidianas.		
5. Implementação da Gestão Democrática no cotidiano da escola.	5. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	5.1 Plano Pedagógico, Plano de ação da Gestão Educacional e propostas que expressem a atuação dos colegiados e de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. 5.2 Plano de Trabalho da CPA, Plano de Trabalho da equipe Gestora e registro das reuniões da CPA, das reuniões de Conselho de escola e das reuniões semanais da	5.1 Desenvolver plano pedagógico e de ação da Gestão Educacional ações que venham propiciar espaços para reflexão, avaliação e construção do Projeto Pedagógico e das metas educacionais, em reuniões com a participação ativa das famílias, educadores, conselho de escola, nas reuniões de CPA e RPAIs, estimulando a participação ativa de todos na vida da escola, atuando e fiscalizando as decisões nas esferas pedagógicas, administrativas e financeiras, a fim de contribuir com a escola para que a mesma exerça a sua função democrática em todos os setores, por meio da participação dos seus pares internos e externos. 5.2 Garantir através dos planos de trabalho da CPA e equipe gestora que os encontros e atuação dos colegiados, Conselho de Escola e CPA tenham participação ativa fortalecendo a participação, atuação e a escuta atenta de todos os atores envolvidos,	Equipe Gestora Equipe Docente Agentes Educacionais Crianças Colegiados Famílias	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.

		<p>equipe gestora e profissionais que expressem a presença e a participação ativa dos diferentes segmentos nos processos de planejamento e avaliação.</p> <p>5.3 Registros da reunião de RPAI que expressem a elaboração, implementação, avaliação e a atualização coletivas do projeto pedagógico com a participação de todos</p>	<p>crianças, famílias e educadores elencando e sugerindo temáticas pertinentes para elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos da escola ao longo do ano letivo, flexibilizando o planejamento e (re) planejamento quando necessário.</p> <p>5.3 Articular nas Reuniões Pedagógicas de Avaliação Institucional momentos coletivos para elaboração, implementação e avaliação que estejam em consonância e baseados nos Indicadores de Qualidade, no quadro de metas da escola, revisando constantemente as intenções descritas no Projeto Pedagógico.</p> <p>5.4 Garantir que nos Planos Pedagógicos, CPA, Coletivos/Individuais e de trabalho da equipe gestora promovam e estimulem a participação efetiva e o envolvimento de todos os atores atuantes no cotidiano da escola, através do diálogo e da escuta, acolhendo e expressando seus pensares na perspectiva avaliativa, a expor e contribuir</p>		
--	--	--	--	--	--

		<p>os segmentos.</p> <p>5.4 Plano Pedagógico, Plano de Trabalho da equipe Gestora, Plano da CPA, Planos Coletivos e Individuais que expressem as estratégias de diálogo, escuta, acolhimento e participação efetiva das crianças e famílias na construção do Projeto Pedagógico.</p> <p>5.5 Planos da CPA e Planos de Trabalho da Equipe gestora que</p>	<p>com ideias e criticidade, nas esferas pedagógicas, administrativas e financeira, em representatividade pelos órgãos Conselho de Escola e CPA, que participarão das reuniões conforme estabelecido em calendário; Fortalecer a participação e a presença constante das famílias na unidade educacional, não somente nas reuniões estabelecidas no Calendário Escolar, também nos momentos não formais, no tratamento individualizado, nos comunicados informativos, nas atividades de integração, oficinas e mostras pedagógicas, nos projetos realizados pelas crianças e nos trabalhos das intersetoriais.</p> <p>5.5 Garantir e efetivar nos Planos a organização da gestão escolar contemplando horário semanal para reunião entre o Diretor, Vice Diretor e Orientador Pedagógico; Assegurar que o trabalho desenvolvido na escola permita que as crianças expressem seus pensamentos, capacidade, invenções, criticidade, sejam</p>		
--	--	--	---	--	--

		<p>expressem a atuação dialógica entre os colegiados e coletivos nos processos de gestão dos recursos financeiros e nos processos decisórios de aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos e manutenção da unidade educacional.</p>	<p>exploradores de seu espaço, encontrando sempre novas descobertas, construindo seus valores, interagindo em seu meio social, ambiental e modificando-o conforme suas habilidades e desejos, tendo suas falas valorizadas pelos adultos que as acolhem.</p> <p>Adquirir mensalmente materiais pedagógicos de uso coletivo e individual, de acordo com os planejamentos docentes e o Projeto Pedagógico.</p> <p>Mensalmente comprar materiais de limpeza e EPIs.</p> <p>Garantir a integridade física da escola, tanto na manutenção dos ambientes quanto dos objetos e equipamentos;</p> <p>Garantir que todas as compras sigam o manual de compras da OSC, efetivando-as sob critérios estabelecidos, como a exigência de três orçamentos.</p> <p>Promover espaço nas reuniões de Conselho Escolar para planejamento de compras, avaliação e aprovação de despesas e documentos financeiros.</p> <p>Assegurar e zelar pela manutenção e preservação do patrimônio público, dos</p>		
--	--	---	--	--	--

			equipamentos, dos materiais, evitando desperdícios e mau uso pelos funcionários.		
6. Realização de 100% das Reuniões de Trabalho Pedagógico entre pares (2h/a) dos Professores e dos Agentes de Educação Infantil com registro em livro ata.	6. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	6 Atas de todas as reuniões de trabalho pedagógico entre pares, sob a coordenação do Orientador Pedagógico.	6 Garantir que a equipe de professores e agentes de educação infantil participem semanalmente dos encontros de formação entre pares que serão planejados, executados e avaliados especialmente pela Orientadora Pedagógica; Assegurar que os encontros formativos sejam registrados em livro ATA; Garantir que os planos de formações descrito nos itens “i, j” deste Plano de Trabalho sejam efetivados.	Equipe Gestora Orientador Pedagógico/ Diretora educacional	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com o planejamento do CEI. O desenvolvimento das metas serão apontados nos relatórios trimestrais em nível de porcentagens.
7. Manutenção de 100% do quadro de recursos	7. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	7.1 Quadro de pessoal completo descrito no relatório trimestral da unidade educacional	7.1 Garantir o número de profissionais exigidos no Termo de Referência Técnico 2023/2025, durante todo o período vigente do contrato de gestão.	Diretora Educacional OSC – CHANCE Internacional	Durante todo o contrato de gestão. De acordo com a necessidade do CEI. Cumprindo com as

humanos, aprovado no Plano de trabalho.		encaminhado ao NAED.			exigências do Termo de Referência Técnico 2023/2025.
8. Cumprimento das disposições legais e orientações da SME nos prazos estabelecidos.	8. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	8.1 Cumprimento de 200 dias letivos. 8.2 Organização do calendário escolar respeitando os dias e horários de reuniões, formação e RPA's previstas em resoluções da SME. 8.3 Cumprimento dos prazos previstos nas resoluções e comunicados para a entrega de documentos e/ou inserção de	8.1 Organizar a elaboração do calendário escolar nas primeiras reuniões entre pares do ano e de família e educadores; Comunicar às famílias por escrito e/ ou telefonemas às reuniões e atividades previstas no Calendário Escolar. 8.2 Fazer a elaboração do calendário no sistema informatizado da SME, conforme Resolução específica e orientações da Supervisão Educacional. Depois de homologado, fixar o calendário em mural na entrada da escola, para que as famílias tenham conhecimento das atividades escolares apontadas em calendário; 8.3 Garantir que os 200 dias letivos sejam cumpridos, bem como todas as demandas	Equipe Gestora	Durante todo o contrato de gestão.

		informações. 8.4 Atendimento às orientações do Supervisor Educacional.	de atividades apontadas em resolução; garantir que todas as solicitações feitas via SME, sejam respondidas com exatidão, veracidade e em tempo determinado pelos mesmos. Seja via Email e/ou Processo no sistema SEI. 8.4. Se necessário alguma alteração no calendário durante o ano, o mesmo deverá ser feito via ofício a Supervisão Educacional.		
9. Manutenção do quadro de profissionais com baixo índice de rotatividade.	9. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	9.1 Manter índice de rotatividade de profissionais demitidos, dentro do período avaliativo, abaixo de 08,00% sendo: 1. Até 06,00% - Bom 2. Até 08,00% Satisfatório	9.1.1. Garantir que o quadro de profissionais, exigidos no Termo de Referência Técnica 2023/2025, se mantenha completo durante todo o período vigente do contrato de gestão. 9.1.2. Realizar pré-seleção de candidatos para preenchimento das vagas. A baixa rotatividade de profissionais começa com uma boa entrevista e avaliação do candidato no momento da entrevista. Diante disso,	OSC – Associação CHANCE Internacional Equipe Gestora	Durante todo o Contrato de Gestão

		<p>3. Acima de 08,00% - Insatisfatório.</p> <p>Obs.: A rotatividade de profissionais demitidos é mensurada conforme fórmula abaixo:</p> $\frac{\text{(total de desligamento)}}{\text{(total de funcionários com quadro de RH completo)}} * 100 = \text{Rotatividade Demissão}$	<p>priorizamos e estamos investindo em melhores procedimentos de entrevistas e avaliação dos candidatos, de maneira a detectar previamente possíveis casos que ensejarão demissões precoces.</p> <p>9.1.3. Prezar pelo zelo da equipe escolar, priorizando o diálogo, a orientação, a formação e o ambiente de trabalho acolhedor, seguro e humanizado, mantendo assim, os funcionários motivados, com o intuito de evitar a rotatividade de profissionais, tendo em vista o vínculo afetivo e educacional do profissional com as crianças.</p> <p>9.1.4. Investir nas Reuniões Semanais, como momento de Formação, mas também de motivação e aprimoramento dos</p>		
--	--	--	---	--	--

			<p>profissionais.</p> <p>9.1.5. Realizar com toda a equipe avaliações trimestrais e anuais, autoavaliação do trabalho possibilitando aos colaboradores refletir e rever as práticas e produtividade.</p> <p>9.1.6. Observar a postura e ações dos funcionários no dia a dia de trabalho, funcionamento da Unidade, procurando sempre a melhora, aprimoramento e motivação dos colaboradores.</p> <p>9.1.7. Manter arquivo de pré-seleção de candidatos, para contratação imediata no caso de haver algum desligamento e/ou pedido de demissão inesperado.</p>		
10. Melhoria do planejamento	10. Atingir nível de classificação	10. Quantitativo de alterações de plano de	10.1.1 Realizar pesquisa acurada de preços e custos na preparação do Plano de	OSC – Associação	Durante todo o Contrato de

financeiro.	igual ou maior que satisfatório.	aplicação conforme índice de qualidade do planejamento financeiro – IPF.	<p>Aplicação.</p> <p>10.1.2 Planejar as despesas previstas conforme proposto no programa.</p> <p>10.1.3 Buscar informações atualizadas junto aos Sindicatos e entidades de classe para embasar planejamento, contratação e orientação dos direitos e deveres trabalhistas.</p> <p>10.1.4 Pesquisar e buscar fornecedores, para melhor aplicação dos recursos disponibilizados.</p> <p>10.1.5 Acompanhar e monitorar o andamento financeiro, de maneira a que os gastos estejam dentro do que foi planejado, não sendo necessárias modificações no Plano de Aplicação.</p>	CHANCE Internacional	Gestão
-------------	----------------------------------	--	---	----------------------	--------

<p>11. Melhoria da execução do ajuste e gerenciamento do recurso.</p>	<p>11. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.</p>	<p>11. Quantitativo de desvios identificados na análise da prestação de contas relacionados à execução da parceria e ao gerenciamento de recursos, conforme índice de qualidade de execução do ajuste e gerenciamento do recurso – IEG.</p>	<p>11.1.1 Acompanhar os recursos repassados, atenciosa e cuidadosamente, bem como a aplicação dos recursos conforme proposto no P. A.</p> <p>11.1.2 Realizar verificação e análise dos sistemas de compras.</p> <p>11.1.3 Executar a verificação e acompanhamento das aplicações financeiras dos recursos ainda não utilizados.</p> <p>11.1.4. Acompanhar, junto ao Plano de Aplicação e Plano de Trabalho, as despesas e gastos a serem executados, de forma a que sejam feitos dentro das previsões e programa aprovados.</p>	<p>OSC – Associação CHANCE Internacional</p>	<p>Durante todo o Contrato de Gestão</p>
---	--	---	---	--	--

<p>12. Melhoria do processo de prestação de contas.</p>	<p>12. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.</p>	<p>12. Quantitativo de desvios identificados na prestação de contas relacionados ao procedimento de prestar contas, conforme índice de qualidade da prestação de contas – IPC.</p>	<p>12.1.1 Realizar prestação de contas de forma precisa, pontual e organizada.</p> <p>12.1.2 Realizar com a equipe administrativa treinamentos e atualização, visando aperfeiçoamento das Prestações de Contas.</p> <p>12.1.3 Verificar mensalmente a Prestação de Contas de maneira a evitar a ocorrência de erros ou qualquer irregularidade que possa gerar algum tipo de pendência.</p> <p>12.1.4 Acompanhar a evolução, modificações e aprimoramento do Sistema PDC de Prestação de Contas.</p> <p>12.1.5 Manter canal de comunicação ativo com a coordenadoria de convênios da SME-PMC para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos, quanto a despesas e</p>	<p>OSC – Associação CHANCE Internacional</p>	<p>Durante todo o Contrato de Gestão</p>
---	--	--	---	--	--

			lançamentos que não sejam comuns em seus detalhes.		
13. Melhoria do nível de administração financeira geral.	13. Atingir nível de classificação igual ou maior que satisfatório.	13. Resultado obtido pelos índices IPC, IEG e IPC, conforme índice e qualidade administrativa total - IQA.	<p>13.1.1 Verificar e acompanhar a eficiência dos processos administrativos financeiros e seus resultados.</p> <p>13.1.1 Verificar e acompanhar a eficiência dos processos administrativos financeiros e seus resultados.</p> <p>13.1.2 Acompanhar a Evolução dos Planos de Trabalho junto ao Plano de Aplicação.</p> <p>13.1.3 Averiguar mensalmente os balancetes contábeis e sua coerência com as propostas e resultados obtidos. Submeter todas as operações financeiras à verificação e análise de auditoria externa e independente, obtendo assim, com clareza,</p>	OSC – Associação CHANCE Internacional Equipe Gestora	Durante todo o Contrato de Gestão

			consciência e conhecimento dos pontos que podem ser melhorados e problemas que poderão ser evitados.		
--	--	--	--	--	--

Atenciosamente,

Campinas, 05 de junho de 2023

Presidente - **Luiz Fernando Ferrari** - CPF:060.590.368-99

ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL
CEI BEM QUERER JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

15.3.5. Bibliografia –

15.3.5. A. Indicação bibliográfica para os itens 15.2.I, 15.2.II e 15.2.IV, guardando coerência com as DCNEI, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil do Município de Campinas e a proposta pedagógica da UE, sendo:

I. No mínimo 08 (oito) obras de autores reconhecidos na área educacional e da pedagogia da infância;

ROSSET, Joice M., WEBSTER Maria Helena, FUKUDA Joice Eiko, ALMEIDA Lucila. **Práticas Comentadas Para Inspirar**- Formação do Professor de Educação Infantil. Editora do BRASIL, 2017.

O livro está dividido em 10 capítulos apoiados nos cinco campos de experiências apontados na Base Nacional Curricular Comum, seguidos de uma reflexão sobre a prática pedagógica. É importante dizer que não nos referimos a uma “proposta disciplinar” por entender que os temas trabalhados com as crianças pequenas se apoiam na curiosidade e no interesse delas.

HORN, Maria da Graça Souza, **Brincar e Interagir nos Espaços da Escola Infantil** – Porto Alegre: Penso, 2017.

Nesta obra encontramos elementos que ajudam professores, gestores e pesquisadores da área a qualificar o modo como estão organizando os ambientes na educação infantil.

Um texto aberto que convida o leitor a seguir em direção a uma pedagogia que afirme que as crianças são capazes e que um professor criativo é um agente importante na ação educativa.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira, HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

No livro *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil* as autoras Barbosa e Horn enfatizam a importância de se lutar por uma educação infantil de qualidade e humanizadora. Ressalta a defesa da indissociabilidade entre o cuidar e o educar que deve caracterizar as ações escolares voltadas para este nível de ensino. Fundamentam a metodologia de trabalho de projeto em uma perspectiva socioconstrutivista e sociointeracionista.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

O livro relata a importância de acompanhar a criança em seu desenvolvimento, exigindo um olhar teórico reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas. Considerando-se que as crianças desenvolvem-se de forma aceleradíssima em termos da oralidade, da evolução motora e de novas descobertas, em tempos e em aspectos muito diferentes de uma criança para a outra.

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os Bebês Fazem no Berçário?: Comunicação, Autonomia e Saber-Fazer de Bebês em um Contexto de Vida Coletiva**. Editora: Penso, Ltda, 2015.

Este livro traz a narrativa de Paulo Fochi dentro do universo dos bebês que protagonizam esta obra. Por meio da abordagem da documentação pedagógica, o autor torna visíveis suas aprendizagens em contextos de vida coletiva: os primeiros passos, os encontros com os amigos, a descoberta do seu entorno. A partir de uma vivência prática e fundamentado nas ideias de importantes teóricos da educação infantil contemporânea, aponta caminhos metodológicos para a pesquisa, para a prática pedagógica e para a formação docente.

OLIVEIRA, Zilma Ramos, MARANHÃO, Damaris, ABBUD, Ieda, ZURAWSKI, Paula Maria, FERREIRA, Vasconcelos Marisa, AUGUSTO, Silvana. **O Trabalho do Professor na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Biruta, 2012.

Este livro tem a intenção de promover o diálogo com professores que trabalham na Educação Infantil, compreendida como aquela etapa básica voltada para acolher crianças de zero a cinco anos e que se faz instituições do sistema de ensino em período parcial ou integral, sob a responsabilidade de professores legalmente habilitados para a tarefa.

PINTO, Aline. **Cadê? achou! Educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da Creche**. Curitiba: Editora Positivo, 2018.

Este livro integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e pretende contribuir para o desenvolvimento práticos, alicerçados em uma base teórico-crítica. Almeja, ainda, auxiliá-lo na busca de soluções para os desafios que se descortinam diariamente, reafirmando a importância da integração entre educar e cuidar.

ROSENBERG, Marshal. **Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Editora: Ágora, 2021.

Nesta obra, best-seller no Brasil e no mundo, Marshall Rosenberg explica de maneira revolucionária os valores e princípios da comunicação não violenta, que se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem nossa capacidade de manter a humanidade, mesmo em condições adversas. Usando sua experiência como psicólogo clínico e criador do método da CNV, ele ensina o leitor a:

- entregar-se de coração aos relacionamentos e se libertar dos condicionamentos e dos efeitos de experiências passadas;
- identificar e expressar sentimentos;
- expressar a raiva de forma não violenta;
- transformar padrões negativos de pensamento;
- resolver seus conflitos com os outros de forma pacífica;
- criar relacionamentos interpessoais baseados em respeito mútuo, compaixão e cooperação.

SALLES, Fátima, FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo Com os Demais Elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo. Editora Ática, 2012

O livro traz embasamento de como deve ser construída uma proposta pedagógica na educação infantil. Normas para elaboração da proposta pedagógica, elaboração da proposta pedagógica, elementos constituintes da proposta pedagógica, estratégias para elaborar, implementar e avaliar propostas pedagógicas.

FRIEDMANN, Adriana. **O Brincar na Educação Infantil: Observação, Adequação e Inclusão**. São Paulo, Editora Moderna, 2012.

O livro tem o intuito de reforçar mais do que nunca ideias, teorias e caminhos que possibilitem ao educador propiciar, de forma consciente e consistente, oportunidades lúdicas para as crianças. Ressaltando a importância de deixar as crianças brincarem de forma espontânea e compreender melhor o que elas nos dizem com o seu brincar, observando-as e percebendo suas necessidades, interesses e potenciais.

EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella, FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: A Experiência de Reggio Emilia em Transformação**. Porto Alegre, Editora Penso, 2016.

O livro nos traz uma história fascinante sobre como Loris Malaguzzi, um jovem professor italiano, interessou-se pela construção de uma nova escola logo depois da Segunda Guerra Mundial e como essa paixão momentânea pela nova invenção tornou-se um compromisso para a vida toda com crianças pequenas. Especialmente na cidade de Reggio Emilia onde o educador plantou a ideia de que a escola deveria permitir que o potencial intelectual, emocional, social e moral de cada criança fosse cultivado.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Editora Heccus, 2014.

O livro proporciona a todos os que irão trabalhar em escolas - diretores, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários técnico-administrativos - o conhecimento da organização escolar, das formas de gestão e de competências e procedimentos necessários à participação eficaz a vida da escola, incluindo a elaboração e discussão pública do projeto pedagógico-curricular.

LÜCK, H. **Perspectivas da Avaliação Institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

O livro aborda princípios, fundamentos e diretrizes da avaliação institucional da escola como fundamental instrumento da gestão escolar e condição com a qual a mesma passa a ter condições de estabelecer de modo consistente os avanços e melhorias necessários para a qualidade dos processos educacionais que compete à gestão promover.

PROENÇA, Maria Alice. **Prática Docente: A abordagem de Reggio Emilia e o Trabalho com projetos, portfólios e redes formativas**. Panda Educação, 2021.

A obra traz uma proposta de formação de professores, coordenadores pedagógicos e gestores da Educação Infantil e séries iniciais do Fundamental I pautada na cultura do coletivo e na importância do grupo na construção do conhecimento. A partir do uso de registros reflexivos como documentação de aprendizagem, fonte de planejamento e material de avaliação, e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares como uma metodologia de trabalho para a efetivação de aprendizagens significativas, a autora lança um olhar inovador e propõe uma (trans)formação da prática pedagógica de professores/educadores para a consolidação de uma cultura de grupo.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

Este livro procura trazer para o debate sobre o processo educacional das pessoas com deficiência concepções de criança, educação infantil e inclusão, com o objetivo de que a criança com deficiência possa fazer parte do contexto educativo de modo amplo e irrestrito.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela (orgs). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papyrus, 1999.

O livro reúne trabalhos escritos por e para profissionais ligados à prática pedagógica com crianças de zero a seis anos. A primeira parte agrupa estudos que, partindo dos fios da narrativa - leitura e escrita -, partilham processos de construção do conhecimento e culminam na análise das políticas públicas. A segunda parte é reservada à discussão dos diferentes caminhos da formação, da cultura, da estética e do cotidiano na educação.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin. 2010. 495 p.

O livro aborda faz refletir as questões predominantes na área que são as perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. A obra contém 42 capítulos organizados em 15 partes que abordam os temas mais importantes desta área.

RICHTER, Sandra. **Criança e pintura: ação e paixão do conhecer**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

O livro traz uma completa e profunda retomada teórica sobre desenvolvimento infantil e arte, fundamental a todos que lidam com crianças. Com base nessa teoria, Sandra Richter apresenta, então, sua rica experiência com a formação de professores mediadores em escolas de Educação Infantil. Recomenda-se o livro também a professores dos anos iniciais.

II. A Legislação abordada no texto;

_BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF: Senado, 1998.

_ BRASIL. LEI Nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, Brasília, 1996.

_ BRASIL. LEI Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

_ BRASIL. LEI Nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a LEI Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE no 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2020.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, 2012.

CAMPINAS. Caderno Curricular Temático Educação Básica: ações educacionais em movimento. Volume I - **Espaços e tempos na Educação das crianças**. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico. Campinas, SP, 2014.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico. Campinas, SP, 2013.